



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 194 SEXTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 2016



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Vago



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

Hélio Lopes de Azevedo
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 180ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 24 DE NOVEMBRO DE 2016	6
1.1 – ABERTURA	6
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO Destinada a comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra e à entrega da Comenda Senador Abdias Nascimento, em sua 3ª edição.....	6
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro, interpretado por Denilson Bhastos.....	6
1.2.2 – Oradores Senadora Lídice da Mata.....	7
1.2.3 – Entrega da Comenda Senador Abdias Nascimento à Srª Jackeline Maria da Silva representando o Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso - IMUNE	10
1.2.4 – Oradores (continuação) Srª Jackeline Maria da Silva	10
1.2.5 – Exibição de vídeo da artista Zezé Motta agradecendo a premiação da Comenda Senador Abdias Nascimento	11
1.2.6 – Entrega da Comenda Senador Abdias Nascimento ao representante da artista Zezé Motta, Sr. Vinícius Oliveira Melo	11
1.2.7 – Entrega da Comenda Senador Abdias Nascimento a Juvenal de Holanda Vasconcelos <i>in memoriam</i> , à Srª Maria da Paz dos Santos Brandão	11
1.2.8 – Entrega da Comenda Senador Abdias Nascimento ao Sr. Lázaro Jerônimo Ferreira	11
1.2.9 – Oradores (continuação) Sr. Lázaro Jerônimo Ferreira (Lazzo Matumbi), cantor	12
Sr. Marivaldo de Castro Ferreira, Secretário Executivo de Assuntos Legislativos e de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça	13
Srª Deise Benedito, Perita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, do Ministério da Justiça.	15
Srª Cida Abreu, Presidente da Fundação Palmares no exercício de 2015-2016.....	18
Senador Wellington Fagundes.....	21
Sr. Felipe Freitas, Sociólogo, Pesquisador Associado do Grupo de Pesquisa em Criminologia da Universidade Estadual de Feira de Santana	22
Senadora Regina Sousa	24
Srª Débora Maria da Silva, representante do Movimento Nacional MÃes de Maio	25
Sr. Mário Theodoro, consultor legislativo do Senado Federal e membro da Comissão da Verdade sobre a escravidão negra no Distrito Federal e Entorno.....	28
1.2.10 – Fala da Presidência (Senador Paulo Paim).....	29
1.2.11 – Execução da canção “Primavera”, de Tim Maia, interpretada pelo cantor Denilson Bhastos.....	31
1.3 – ENCERRAMENTO	32
2 – ATA DA 181ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 24 DE NOVEMBRO DE 2016	33
2.1 – ABERTURA	33
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE 2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	35
2.2.2 – Requerimento Nº 892/2016, do Senador José Medeiros e outros, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 78/2016	35
2.2.3 – Oradores SENADOR ALVARO DIAS – Críticas à noticiada tentativa de anistia a delitos de doações eleitorais não contabilizadas pretendida por parlamentares.....	35



SENADOR RICARDO FERRAÇO – Alegria com a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça, de PEC que limita a incidência do foro por prerrogativa de função.....	37
SENADOR JOSÉ ANÍBAL – Anúncio da protocolização da PEC que estabelece critérios objetivos para concessão de aumentos aos funcionários públicos; e outros assuntos.	39
SENADOR BENEDITO DE LIRA, como Líder – Defesa da aprovação de PEC de limitação dos gastos públicos.	41
2.3 – ORDEM DO DIA	
2.3.1 – Item 2	
Projeto de Lei da Câmara nº 144/2015 (nº 5.568/2013, na Câmara dos Deputados), que <i>altera o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores. Aprovado, com Emendas</i>	43
Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 144/2015 (Parecer nº 910/2016-CDIR). Aprovada . À Câmara dos Deputados.....	49
2.3.2 – Item 3	
Projeto de Lei da Câmara nº 62/2016 (nº 1.901/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>altera as Leis nºs 8.906, de 4 de julho de 1994, e 13.105, de 16 de março de 2015, para estipular direitos e garantias para as advogadas gestantes, lactantes e adotantes e dá outras providências. Aprovado, com Emendas</i>	50
Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 62/2016 (Parecer nº 911/2016-CDIR). Aprovada . À sanção	52
2.3.3 – Item extrapauta	
Projeto de Decreto Legislativo nº 38/2016 (nº 281/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, assinado em Brasília, em 11 de novembro de 2009. Aprovado, após Parecer nº 912/2016-CRE</i> . À promulgação	53
2.3.4 – Item extrapauta	
Projeto de Decreto Legislativo nº 39/2016 (nº 56/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana, celebrado em Córdoba, Espanha, em 28 de novembro de 2007. Aprovado, após Parecer nº 913/2016-CRE</i> . À promulgação	53
2.3.5 – Item extrapauta	
Projeto de Decreto Legislativo nº 40/2016 (nº 103/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, assinado em Brasília, em 28 de setembro de 2012. Aprovado, após Parecer nº 914/2016-CRE</i> . À promulgação	54
2.3.6 – Requerimento	
Nº 893/2016, do Senador Renan Calheiros, de inclusão na Ordem do Dia da sessão deliberativa de 8 de dezembro próximo de proposições apresentadas em relatório da Comissão Especial destinada a analisar a efetividade do limite remuneratório imposto pelo teto constitucional aos agentes públicos e vedar a vinculação remuneratória automática entre subsídios. Aprovado	54
2.3.7 – Apreciação de requerimento	
Nº 892/2016, do Senador José Medeiros e outros Senadores. Aprovado	54
2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
2.4.1 – Oradores	
SENADOR JORGE VIANA – Defesa da aprovação de PEC que torna o delito de estupro inafiançável e imprescritível.....	55
SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Críticas à PEC de limitação dos gastos públicos, por suposta filiação neoliberal.	58
SENADOR PAULO ROCHA – Defesa da tese de inconstitucionalidade da PEC 55/2016; e outros assuntos.....	62
SENADOR REGUFFE – Indignação com a discussão na Câmara dos Deputados de anistiar caixa 2; e outros assuntos.....	64
SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Preocupação com as atuais ações do Banco do Brasil.....	65
2.4.2 – Apreciação de requerimentos	
Nº 884/2016, do Senador Sérgio Petecão. Aprovado	70
Nº 882/2016, do Senador Ataídes Oliveira. Aprovado	70
2.4.3 – Oradores (continuação)	
SENADOR LINDBERGH FARIAS - Preocupação com possíveis retrocessos sociais gerados a partir da aprovação da PEC 55; e outros assuntos.	70
2.5 – ENCERRAMENTO	81



PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 180^a SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Discurso encaminhado à publicação

Senador Renan Calheiros..... 82

4 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 181^a SESSÃO

4.1 – EXPEDIENTE

4.1.1 – ComunicaçãoDo Senador Jorge Viana, de participação de S. Ex^a em missão realizada no período de 17 de julho a 5 de agosto último 89**4.1.2 – Discursos encaminhados à publicação**

SENADORA ANGELA PORTELA – Registro do transcurso, em 25 de novembro, do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra a Mulher. 90

SENADOR PAULO ROCHA – Posicionamento contrário à PEC 55/2016..... 93

4.1.3 – Mensagem do Presidente da República

Nº 622/2016, na origem, que comunica que o Projeto de Lei de Conversão nº 28/2016 (proveniente da Medida Provisória nº 737/2016) foi sancionado e convertido na Lei nº 13.361/2016 98

4.1.4 – Requerimentos

Nº 892/2016, do Senador José Medeiros e outros Senadores, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 78/2016..... 99

Nº 894/2016, da Senadora Gleisi Hoffmann, de dispensa do parecer da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 650/2015 100

4.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

4.2.1 – Projeto de Lei da Câmara nº 144/2015

Redação Final (Parecer nº 910/2016-CDIR)..... 102

4.2.2 – Projeto de Lei da Câmara nº 62/2016

Redação Final (Parecer nº 911/2016-CDIR)..... 105

4.2.3 – Projeto de Decreto Legislativo nº 38/2016

Parecer nº 912/2016-CRE 108

Matéria aprovada..... 112

4.2.4 – Projeto de Decreto Legislativo nº 39/2016

Parecer nº 913/2016-CRE 113

Matéria aprovada..... 119

4.2.5 – Projeto de Decreto Legislativo nº 40/2016

Parecer nº 914/2016-CRE 120

Matéria aprovada..... 125

4.2.6 – Requerimento nº 893/2016

Matéria lida e aprovada..... 126

PARTE III

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL..... 127**6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 130****7 – LIDERANÇAS 131****8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 134****9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 155****10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 160****11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 213**

180ª Sessão, Especial, em 24 de Novembro de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 20 minutos e encerra-se às 14 horas e 7 minutos.)

ATA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia a todos!

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a Sessão Especial do Senado Federal destinada a comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra e à entrega da Comenda Senador Abdias Nascimento, em sua 3ª edição.

Antes mesmo de terminar com o protocolo inicial, faço questão de convidar para a Mesa a Senadora Lídice da Mata, uma das mentoras – e por que não dizer? –, a principal mentora da Comenda Abdias Nascimento. (*Palmas.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela foi a Primeira Presidenta. Neste mandato sou eu. Vamos dividir aqui os trabalhos, nós dois.

A Comenda Senador Abdias Nascimento, instituída pela Resolução nº 47, de 2003, de autoria da Senadora Lídice da Mata e coautoria deste Senador, é destinada a agraciar personalidades que tenham oferecido contribuições relevantes à proteção e à promoção da cultura afro-brasileira.

Nesta Sessão, serão agraciados o Instituto de Mulheres Negras do Mato Grosso do Sul (Imune); o Sr. Lázaro Jerônimo Ferreira – Lazzo Matumbi; a Srª Maria José Motta de Oliveira – Zezé Motta.

O Conselho decidiu, por unanimidade, prestar homenagem, *in memoriam*, ao Sr. Juvenal de Holanda Vasconcelos, mais conhecido como Naná Vasconcelos.

Vamos, neste momento, à composição da Mesa dos trabalhos. Já está conosco a nobre Senadora, mentora da Comenda, Lídice da Mata.

Convido o Secretário-Executivo de Assuntos Legislativos e da Reforma do Judiciário, do Ministério da Justiça, no período 2014 a 2016, Sr. Marivaldo de Castro Pereira. Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Convidamos a Perita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura do Ministério da Justiça, Srª Deise Benedito. (*Palmas.*)

Convidamos a Presidenta da Fundação Palmares, no exercício 2015/2016, Srª Cida Abreu. (*Palmas.*)

Convidamos o pesquisador associado do Grupo de Pesquisa em Criminologia da Universidade Estadual de Feira de Santana, Sr. Felipe Freitas. (*Palmas.*)

Estão conosco, nesta atividade da Comenda Abdias Nascimento, representando o Instituto de Mulheres Negras do Mato Grosso (Imune), a Srª Jackeline Silva; o Sr. Lázaro Jerônimo Ferreira – Lazzo Matumbi; representando a homenageada Maria Zezé Motta, o Sr. Vinícius Belo; e representando o homenageado Naná Vasconcelos, a Srª Maria da Paz.

Demais autoridades presentes: a representante do Governador do Estado do Ceará, Srª Luciana da Mata Vasconcellos; e o Presidente Nacional do Partido Progressista Afro, Sr. Bruno Teté.

Neste momento, em posição de respeito, nós vamos cantar o Hino Nacional.

Esta sessão conta com a participação especial do cantor, produtor musical e professor de canto Denilson Bhastos, do DF. Aos 8 anos de idade, Denilson descobriu a vocação musical. Além de cantar, ele toca bateria, teclado e violão. Em outubro, fez uma apresentação de tirar o fôlego dos jurados e da plateia em um programa nacional de competição musical, que seleciona e premia os melhores cantores do País.

Convido todos para que, de pé, ouçamos, na voz de Denilson, o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o cantor Denilson Bhastos, que nos presenteou com essa bela interpretação do Hino Nacional. No encerramento, dizem, estará com a gente para nos dar mais oportunidade de ouvi-lo.

Eu queria cumprimentar no plenário, também, o ex-Senador João Pedro, para quem peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

É um batalhador por essas causas, que fez questão de estar aqui.

Neste momento, eu convidaria a Senadora Lídice da Mata a fazer o seu pronunciamento. Pode optar pela tribuna ou aqui, fique à vontade.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Meu caro Presidente e companheiro de lutas, Senador Paulo Paim, uma das principais referências da luta contra o racismo no Parlamento brasileiro porque dedicou todos os seus mandatos a esta causa, entre outras, e que recebeu, recentemente, no 20 de novembro deste ano, na nossa terra, na Bahia, o título de cidadão baiano por sua participação destacada, como aqui disse, por ser reconhecidamente um dos principais líderes nacionais da luta antirracismo no Brasil.

Quero saudar a todos os companheiros, companheiras, representantes dos movimentos, da sociedade civil organizada, líderes, que estão aqui conosco na Mesa, ou fora dela, entendendo este Plenário como uma extensão desta Mesa.

Dizer da nossa alegria de poder estar aqui hoje, marcando essa data no Senado Federal, marcando essa data que é de luta do povo negro da sociedade brasileira democrática no País inteiro e que, neste ano, aconteceu em um dia de domingo. Nós não tivemos a oportunidade de poder, portanto, fazê-lo exatamente na data de 20 de novembro.

Eu quero iniciar o meu pronunciamento com uma frase de uma pessoa muito conhecida na Bahia: “Não sou descendente de escravos. Eu descendo de seres humanos que foram escravizados” (Makota Valdina).

Com essa frase de Makota Valdina, líder comunitária, militante da liberdade religiosa e porta-voz das religiões de matriz africana, dos direitos das mulheres e da população negra, abro este pronunciamento. Essa frase representa o rompimento de uma cultura ainda existente em nosso País e em todo o mundo: a do racismo institucionalizado, que permeia frases como as que dizem que o negro descende de escravos.

Senhoras e senhores, hoje esta sessão homenageia pessoas que contribuem para a proteção da população negra e a promoção da cultura afro-brasileira.

Hoje entregamos a Comenda Senador Abdias Nascimento, que leva o nome de um negro que liderou projetos pioneiros na luta pela igualdade racial, como o teatro experimental do negro e o *Jornal Quilombo*, e que passou 13 anos de sua vida no exílio após a edição do Ato Institucional nº 5 pelo regime militar em 1968. Também foi um dos principais idealizadores do Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro – que também marca as comemorações desta sessão –, de que tive a honra, juntamente com o Senador Paulo Paim, de ser a autora em 2013.

Assim, nossas homenagens hoje com esta Comenda vão para o cantor Lazzo Matumbi, indicado por mim e representando o movimento negro da Bahia; para o Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso (Imune); para a atriz Zezé Motta, *in memoriam*; para o percussionista Naná Vasconcelos, de tanta contribuição à cultura afro-brasileira no Brasil e à música brasileira; e também para o ator Lázaro Ramos, que foi indicado e declinou de participar desta homenagem, em uma referência aos momentos difíceis por que passa a política no Brasil.

Eu concordo com a dificuldade dos momentos em que vivemos. No entanto, escolho a manutenção desta sessão e destes homenageados todos, inclusive do Lázaro, para mostrar à sociedade brasileira, dar visibilidade à sociedade brasileira da contribuição destas pessoas à vida do povo brasileiro, com sua contribuição na cultura, com sua contribuição na religião, com sua contribuição nas artes, na educação, na arquitetura, em tudo. O negro brasileiro contribuiu para a formação do Brasil de maneira tão especial.

Afinal, em 300 anos de escravidão, há um legado extremamente doloroso para a civilização; há um legado extremamente nefasto à identidade, à formação deste País, escravizando seres humanos. Mas, por outro lado, há o legado dessa população enorme que veio para o Brasil e conseguiu erguer esta Nação.

Sobre Lazzo Matumbi, o nosso homenageado pela Bahia, quero falar de maneira especial. Quero lembrar que esse cantor e compositor da música baiana se tornou referência para uma geração de cantores de blocos afro-baianos desde a década de 1980. Os blocos afro da Bahia são expressão dessa cultura de resistência e, ao mesmo tempo, da denúncia do racismo no Brasil.

Quando nós tínhamos blocos em que havia quase exclusivamente a presença de brancos no nosso Carnaval, surgem, com a força, com o vigor da resistência política, democrática e de combate ao racismo, os blocos afro da Bahia, para dizer que a negritude tinha e tem uma enorme contribuição na nossa sociedade



soteropolitanas, baiana e no Brasil, especialmente nos seus ritmos e na sua música.

A música de Lazzo tem a cadência do samba, a pulsação do coração do jazz, o batuque dos tambores africanos, a mandinga da capoeira, a pegada do maracatu, ijexá, agoerê, alujá e tantas outras células rítmicas da nação iorubiana, e, por toda a sua contribuição, ele é merecedor desta comenda, assim como todos os outros homenageados.

Mas, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, homenageados, convidados, eu gostaria de pontuar algumas questões que permeiam a reflexão sobre a vida dos negros e a negritude no Brasil e o Dia da Consciência Negra. O Dia da Consciência Negra foi iniciativa do poeta e militante do movimento negro gaúcho Oliveira Silveira, no ano de 1971, do grupo Palmares de Porto Alegre. A celebração do dia 20 de novembro, como data maior da luta contra a escravidão e o racismo no Brasil, corresponde à importância que o movimento quilombola, simbolizado pelo Quilombo dos Palmares, possui para a história do Brasil.

Zumbi é a representação viva da resistência permanente, da luta contra a escravidão, e sua morte representou um legado da luta sem tréguas em defesa da liberdade. Em verdade, a celebração do dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra representa, a um só tempo, tanto aqueles que morreram lutando quanto aqueles que, liderando o maior movimento de massa do século XIX, também obtiveram grande vitória com a abolição da escravatura no Brasil em 1888, assinada pela Princesa Isabel, mas que foi também uma conquista da luta abolicionista.

Nós não podemos nos esquecer de que a abolição, independentemente de quem a proclamou, libertou mais de 800 mil pessoas, mesmo não tendo dado a elas as condições de cidadania necessárias.

Foram todos movimentos históricos que se completaram, o Movimento Quilombola e o Movimento Abolicionista, que são, na verdade, filhos da mesma matriz: a luta pela liberdade plena do ser humano.

O movimento negro, neste momento, sofre, como todos os outros movimentos sociais do nosso Partido, as dores e as vicissitudes da situação política conjuntural, que é muito singular, porque tivemos em curso um processo de mudança traumático do Governo brasileiro.

Não quero transformar isso aqui em um debate sobre *impeachment* ou não *impeachment*, mas é impossível discutir-se um movimento popular neste dito momento no Brasil sem levar em conta que houve uma ruptura de acordos, de programas, de políticas que estavam sendo desenvolvidas por um governo que foi eleito e que, portanto, pactuou essas políticas públicas com a sociedade brasileira e com o movimento negro, que, neste momento, sofre um revés nessas conquistas; um revés que, às vezes, me assusta. Eu vinha para esta sessão, Senador Paulo Paim – estava dizendo isso a V. Ex^a –, e me assustei com o que vi pela televisão.

Sabia que ia haver uma audiência pública para discutir a implantação da EBC no País. A criação da TV Brasil, no País, foi um debate político e ideológico. Muitos eram contra o Brasil ter um canal de televisão, que o Governo brasileiro pudesse adotar como política ter um canal de televisão, embora diversos países do mundo desenvolvido e capitalista o tenham. Os principais países da Europa têm como um vetor ou canal essencial de divulgação e de transmissão de notícias confiáveis para o seu país e para o mundo.

Vi na televisão, ao dirigir-me a esta Casa, um verdadeiro processo de censura – e mais do que isso –, de discurso de ódio e de perseguição, identificando pessoas que faziam parte da EBC, quais os seus salários, quais os salários dos jornalistas, se são grandes ou se são pequenos.

Quem discute isso não é mais o Sindicato dos Jornalistas, que, aliás – coitado! –, diante da situação da Comunicação no Brasil, está hoje bastante fragilizado, nem a Federação Nacional dos Jornalistas. Ele é, em si e em princípio, condenado por alguns que apontam: o jornalista tal é filiado ao partido tal; o cantor ou o artista tal também é filiado ao partido tal. Ora, isso é típico dos regimes ditatoriais. É uma situação que o Brasil e o mundo conheceu nas décadas de 40, 50 e 60. É fruto do ideário do ódio do mundo que viveu o fascismo. Essa foi uma política dos fascistas que se estendeu nos Estados Unidos para o macartismo, e que aqui no Brasil – não se espantem! – está presente nesse discurso do ódio e da perseguição em apontar as pessoas pelo partido a que elas foram ou são filiadas ou pelo tipo de pensamento que têm. Tempos difíceis, companheiros do movimento social! Tempos difíceis! E esses tempos porão as nossas lutas e a nossa capacidade de resistir à prova.

Como legados importantes deste momento por que passamos, que vivemos, é preciso lembrar o Decreto nº 4.887, de 2003, que regulamenta as terras quilombolas; a Lei nº 10.639, de 2004, que inclui, na grade curricular do ensino fundamental, as disciplinas de História da África e Cultura Africana; a Lei de Cotas para o Ensino Superior, aprovada, por unanimidade, pelo Supremo Tribunal Federal.

É importante também a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, cujo autor está presente aqui na Mesa, e que, embora incompleto pelas necessidades de negociação do Parlamento, não deixa de ser um avanço que precisa ser aprimorado com a criação do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial; a inclusão da questão racial na agenda política da sociedade brasileira, bem como a própria instituição desta



Comenda Abdias Nascimento pelo Senado, como a mais alta condecoração dada pelo Legislativo àqueles que lutam pelas causas da negritude.

(Soa a campainha.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Essas são igualmente iniciativas que contribuem para o combate ao racismo e pela igualdade racial promovidas por pessoas e entidades da sociedade brasileira.

Quero ressaltar, para finalizar, problemas atuais. Fui Presidente, Sr. Presidente, há pouco tempo, da CPI que investigou a morte de jovens no Brasil. A radiografia daquela CPI é absolutamente chocante em relação à situação da juventude negra do nosso País. São mais de 50 mil jovens que são assassinados por ano no Brasil; destes, mais de 80% são jovens negros. Nós estamos finalizando, na gráfica, o relatório para que possamos, juntamente com o Relator, o Senador Lindbergh, entregar ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal o resultado desses debates e dessas investigações.

Durante os trabalhos da CPI, nós pudemos constatar que um jovem negro é morto a cada 23 minutos no Brasil. Dados divulgados pelo IBGE da Anistia Internacional e da Secretaria de Segurança Pública mostram que os negros são 76% dos mais pobres, o que significa dizer que três em cada quatro pessoas que estão no grupo dos dez mais pobres são negras. Essa população possui renda média 2,5 vezes menor que a população branca e soma mais de 60% da população penitenciária. Há um processo fortíssimo de discriminação, com recrudescimento do racismo na sociedade brasileira, em particular, nas redes sociais e nos esportes de massa, a exemplo do futebol e do vôlei, em que os nossos atletas são xingados.

Além disso, tem se ampliado, de forma perigosa, a intolerância religiosa em relação às religiões de matriz africana e seus adeptos, ensejando, inclusive, invasões e expulsões de regiões controladas pelo tráfico e agressões físicas aos adeptos dessas religiões. O nosso País é um País em que a Constituição garante a liberdade de culto. E é esta Constituição que precisa ser garantida ao povo negro e branco que pratica a religião de matriz africana.

Como retrocessos, temos a reação dos setores conservadores aos avanços conquistados pelos negros. Em particular, nas Casas Legislativas, surge com muita força a discussão da redução da maioridade penal, sem que se discuta em que população vão incidir as consequências dessa redução da maioridade penal.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que tem havido uma convivência – ora sutil, ora explícita – dos mais variados setores dos Poderes constituídos – no Legislativo, no Executivo, no Judiciário –, ao desclassificar manifestações da condição de racismo para a famigerada injúria racial, promovendo, assim, a impunidade.

Diante disso, meus amigos e meus companheiros, nós temos que resistir e estabelecer a nossa nova agenda de luta.

Na próxima terça-feira, tenho notícias que será lançado aqui, em Brasília, um novo Fórum Permanente das Entidades do Movimento Negro do Brasil, que se reorganizou para, com uma pauta nova e antiga, garantir a aplicação daquilo que nós já conquistamos na lei no nosso País e pôr adiante uma pauta de novos avanços na luta contra o preconceito.

Eu destaco algumas delas e finalizo: políticas de permanência dos cotistas nas universidades, com o objetivo de consolidar uma classe média negra intelectual, com vistas ao enfrentamento ideológica e cultural, visando estabelecer uma nova narrativa histórica para a presença negra no Brasil; a inclusão, no mercado de trabalho, de jovens negros, oriundos, muitos deles, das políticas de cotas no ensino superior; criação de políticas públicas no campo econômico para estimular os empreendedores e empresários negros; ocupação de espaços políticos, com o objetivo de defesa da legislação antirracista existente e ampliação de mecanismos de proteção à diversidade racial, religiosa e cultural da sociedade brasileira; luta pela redução da violência, em particular contra a juventude negra, por meio de políticas públicas de inclusão, de educação e cultura; inclusão de uma agenda específica das mulheres negras, em particular a luta contra o machismo e o empoderamento feminino negro; combate à intolerância religiosa em todos os campos – já temos o dia 21 de janeiro como o Dia Nacional de Luta Contra a Intolerância Religiosa e vamos torná-lo efetivo.

(Soa a campainha.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Liberdade religiosa, liberdade de ter acesso à vida e dignidade à vida, é isso que exigem os negros do Brasil.

Para finalizar, Sr. Presidente, diferente do que alguns analistas dizem – que Trump venceu nos Estados Unidos, porque a maioria branca não queria continuar sendo governada pela minoria negra –, no Brasil nós somos maioria, somos 52% da população, e... (Palmas.)



... isso não se reflete nas conquistas, no Parlamento, no Executivo, no Poder Judiciário, na participação em nenhum dos Poderes e nem nas oportunidades para o povo negro do nosso País.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus amigos, minhas amigas, depois do brilhante pronunciamento da nossa querida Senadora Lídice da Mata, neste momento, nós passaremos à entrega da comenda.

Cada homenageado que queira usar a palavra poderá fazê-lo da tribuna depois de receber a homenagem.

Eu convido, de imediato, nosso querido amigo, comprometido com as causas dos direitos humanos, o Senador Elmano Férrer, para entregar a placa e o diploma à representante do Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso (Imune), Srª Jackeline Maria da Silva. (*Palmas.*)

O Senador Elmano vem aqui neste momento, e também a Srª Jackeline Maria da Silva.

(*Procede-se à entrega da Comenda Senador Abdias Nascimento à Srª Jackeline Maria da Silva.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deem uma canjinha para a Mesa, venham os dois para trás, vamos tirar uma foto. Agora, tira com a Mesa toda aqui. (Pausa.)

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O Instituto de Mulheres Negras do Mato Grosso (Imune) é uma Organização Social sem fins lucrativos, criada em 2002, que busca o reconhecimento dos valores históricos, da ancestralidade e da cultura das comunidades afrodescendentes do Mato Grosso como estratégia para enfrentar o racismo, a discriminação de gênero, as igualdades raciais e sociais.

O Imune-Mato Grosso é composto majoritariamente por mulheres afrodescendentes e luta permanentemente contra a discriminação racial de gênero, que foram os fatores que motivaram a criação do Instituto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu tinha combinado o jogo com a Jackeline. Ela disse: "Meu pronunciamento está lá em baixo". Eu disse: "Vá lá pegar, enquanto isso eu falo do Instituto."

A palavra é sua.

Nós vamos dar cinco minutos para cada um, mas sem nenhum controle rígido. Se você chegar a dez minutos, chegou bem.

A palavra é sua.

(*Interrupção do som.*)

A SRª JACKELINE SILVA – Senhoras e senhores, bom dia.

O Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso (Imune MT) dedica esta comenda a todas as mulheres... (*Fora do microfone.*) ... de coração valente, do passado e do presente, que resistiram às crueldades, aos insultos, aos abusos, às violências e que, apesar de todas as animosidades vividas, das quais foram vítimas, resistiram bravamente – algumas lutaram até a própria morte. Foram essas mulheres que permitiram que hoje estivéssemos aqui.

As mulheres negras de Mato Grosso trazem no sangue a força da nossa ancestral mais ilustre – Teresa de Benguela –, líder do Quilombo do Quariterê, localizado hoje no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, que foi a primeira capital do Estado de Mato Grosso.

Assim, em nome das mulheres negras cuiabanas, mato-grossenses, quilombolas, urbanas, idosas, jovens e LGBT, nós agradecemos esta honraria, que traz, em seu nome, a personalidade que lutou contra o racismo, defendeu políticas de inclusão e os direitos da população negra, promoveu a valorização da cultura afro-brasileira, Abdias Nascimento, orgulho e inspiração para o movimento negro.

Nós agradecemos também ao Senador Paulo Paim e ao Senador por Mato Grosso Wellington Fagundes pela indicação.

Aceitar esta comenda significa honrar Abdias do Nascimento e o seu legado, demonstra o nosso profundo respeito às pessoas que lutam contra a discriminação racial, mas significa também uma reparação por todos os 516 anos em que nós, negras e negros, ouvimos que o preconceito racial não existe, que não precisa existir o Dia da Consciência Negra, nem ações compensatórias para garantir a igualdade de condições.

Nós aceitamos a retratação que esta comenda simboliza. Entretanto, não podemos deixar de mencionar o delicado momento que estamos vivendo neste País, em que emendas à Constituição são feitas em gabinetes, sem consulta popular – como a PEC 55. São atos injustificáveis, que atentam contra a Constituição Federal.



Em apenas três meses, sofremos vários retrocessos, como a eliminação das instâncias responsáveis pelas políticas públicas de gênero, igualdade racial e direitos humanos. Tais fatos constituem ameaça a uma população que já se encontra desfavorecida social e economicamente.

Sabemos que boa parte dos ocupantes deste espaço institucional, no qual estamos hoje, posicionam-se abertamente contrários aos ideais que Abdias defendeu. Hoje, em 2016, vemos os Poderes Executivo e Legislativo Federal destruindo todos os direitos conquistados em décadas de luta, do povo e dos movimentos sociais, aniquilando as políticas públicas de equidade para a população negra, o que atinge diretamente as mulheres negras.

Precisamos lembrar que, dentro dos grupos sociais historicamente marginalizados e excluídos das políticas sociais, as mulheres negras são maioria. Lamentavelmente, nós mulheres não conseguimos nos ver representadas e incluídas nas instâncias de Poder, como bem disse a Senadora Lídice, mesmo constituindo a maioria no País e também em Mato Grosso.

Somos professoras, cozinheiras, administradoras, enfermeiras, atletas, donas de casa, artesãs, vendedoras, estudantes, artistas, mestres e doutoras; somos filhas, avós, tias, irmãs, madrinhas, esposas e mães, que criam e cuidam de uma Nação brasileira, que se volta contra nós. (*Palmas.*)

Foram 388 anos de escravidão, sofrimento e tortura; contra apenas 128 anos de abolição. Agora, no século XXI, quando começávamos a superar as desigualdades de 516 anos, nos deparamos com um sistema oligárquico, conservador, patriarcal, machista e discriminatório, que opõe a população negra, principalmente as mulheres.

O que nós faremos? Resistência – resistência! Vamos continuar a luta de nossos ancestrais, para garantir e tornar real uma reparação justa e necessária.

Em memória de Abdias, axé. Salve às mulheres negras e aos afrodescendentes de todo o Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos à Srª Jackeline Maria da Silva, que fez um discurso que com certeza mexeu com a alma, o coração e a emoção de todos.

Está conosco, já à Mesa, a representante do Movimento Nacional Mães de Maio, Srª Débora Maria da Silva. (*Palmas.*)

A nossa próxima homenageada, agraciada, é Zezé Motta.

Como ela não pôde estar presente por motivos profissionais, enviou-nos um vídeo agradecendo a premiação. Nós vamos exibi-lo neste momento, mas, ao mesmo tempo, convidado para vir à Mesa o seu representante, o Sr. Vinicius Oliveira Belo.

Eu peço que o vídeo seja passado neste momento.

Fique ao meu lado, porque eu mesmo vou entregar o diploma e a medalha a você.

Vamos assistir ao vídeo.

(Procede-se à apresentação de vídeo)

(Procede-se à entrega da Comenda Senador Abdias Nascimento ao Sr. Vinicius Oliveira Belo, representante da Srª Zezé Motta.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Neste momento fizemos uma homenagem *in memoriam* ao Sr. Juvenal de Holanda Vasconcelos, mais conhecido como Naná Vasconcelos.

Convidamos a representante do homenageado, Maria da Paz dos Santos Brandão. (*Palmas.*)

A Senadora Lídice da Mata vai entregar aqui a homenagem.

(Procede-se à entrega da Comenda Senador Abdias Nascimento à Srª Maria da Paz dos Santos Brandão, representante do Sr. Juvenal de Holanda Vasconcelos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Neste momento, convidamos a Senadora Lídice da Mata, porque foi dela inclusive a indicação, para entregar a placa e o diploma ao Sr. Lazzo Matumbi.

Lazzo Matumbi é cantor e compositor, dono de uma rica musicalidade, que veio do samba ao jazz, passando por ritmos como *reggae*, *soul* e todos os outros batuques de origem africana.

(Procede-se à entrega da Comenda Senador Abdias Nascimento ao Sr. Lazzo Matumbi.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A pedido da



Senadora Lídice da Mata, ele vai dar um recado e uma "canjinha" como dizem.

O SR. LAZZO MATUMBI – Primeiramente, quero agradecer aos meus deuses ancestrais por terem me conduzido até esta premiação; depois, agradecer a indicação da Senadora Lídice da Mata. Sem palavras. Tudo certo! É isso aí mesmo.

Quero agradeço aos Senadores que aprovaram, em nome do Senador Paulo Paim, e dizer que para mim é uma grande honra poder receber uma comenda que leva o nome de um grande líder, que morreu exatamente lutando pela nossa causa e que deixou exatamente um ensinamento profundo para todos nós: continuem lutando, resistindo para que o nosso País, chamado Brasil, possa se olhar no espelho, possa se enxergar, miscigenado, possa respeitar as suas etnias e, lá na frente, quando tiver acontecido tudo isso, ele possa dizer "agora, sim, eu sou uma grande Nação, respeitando as diferenças". (*Palmas.*)

Lá na Bahia, com quase 80% da população negra, a todo momento, a todo instante, a gente discute, a gente conversa, a gente tenta chegar a uma solução, a uma denominação de como resolver isso. E aí a gente se questiona: por que tanta desigualdade? Por que tanta indiferença conosco, povos "negríndios", que somos abandonados? Enquanto nós negros ainda estamos na tribuna discutindo as nossas vidas, os nossos irmãos indígenas estão sendo mortos na rua como objeto, como qualquer coisa.

E aí eu me reporto a um poema de um parceiro de música, chamado André Luiz Oliveira, que diz mais ou menos assim:

Quinhentos anos se passaram e tudo continua igual
 O açoite agora é mais sutil e natural
 Eternas noites de sufoco no porão, na construção
 O braço, a força, o pilar desse Brasil, ingratidão
 E ninguém fala, ninguém grita, ninguém quer ver
 Nossa gente abandonada hoje sabendo por quê
 Favelados, indigentes, sem dinheiro
 Todos ou quase todos descendentes de nobres guerreiros
 Africanos, indígenas. Homens livres para amar
 Tantos anos, nem um teto para morar
 Ei! Ei! Abram caminho!
 Branca é a dor que passa
 Negra é a paixão, é Alvorada.
 Eu sei que sem a noite não vai haver dia
 Por isso, não vamos adiar mais nossa alegria

E canto:

No dia 14 de maio eu sair por aí
 Não tinha trabalho nem casa nem para onde ir
 Levando a senzala na alma, subi a favela
 Pensando em um dia descer, mas eu nunca desci
 Zanzei zonzo em todas as zonas da grande agonia
 Um dia com fome, no outro sem o que comer
 Sem nome, sem identidade, sem fotografia
 O mundo me olhava, mas ninguém queria me ver
 No dia 14 de maio ninguém me deu bola
 Eu tive que ser bom de bola para sobreviver
 Nenhuma lição, não havia lugar na escola
 Pensaram que poderiam me fazer perder
 Mas minha alma resiste meu corpo é de luta
 Eu sei o que é bom, e o que é bom também deve ser meu
 A coisa mais certa tem que ser a coisa mais justa
 Eu sou o que sou pois agora eu sei quem sou eu
 Será que deu para entender a mensagem?
 Se ligue no Ilê Aiyê
 Se ligue no Ilê Aiyê
 Agora que você me vê
 Repare como é belo ver nosso povo lindo



Repare que é o maior prazer
 Bom pra mim, bom pra você
 Estou de olho aberto
 Olha, moço, fique esperto, que eu não sou menino!
 Olha, moço, fique esperto, que eu não sou menino!
 Olha, moço, fique esperto, que eu não sou menino!

Axé para todos!

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu diria muito, muito obrigado, Lazzo Matumbi.

Foi muito forte. A verdade contada em verso e em poesia e cantada é muito forte. Por isso, eu vou tomar a liberdade de pedir mais uma salva de palmas. (*Palmas*.)

Passamos a palavra, neste momento, aos nossos representantes na Mesa.

Passamos a palavra, de imediato, ao Sr. Marivaldo de Castro Pereira, que é Secretário Executivo de Assuntos Legislativos e de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, no período de 2014 a 2016.

O pedido vai na mesma linha: cinco minutos para cada um. Se necessário, chegaremos a dez.

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA – Muito bom dia todos.

Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Senador Paim e a Senadora Lídice por criarem este espaço. Acho que este espaço, como a Senadora colocou muito bem, é imprescindível, essencial, porque nós não temos espaço para colocar nossas pautas. Nós vivemos um momento muito difícil em nosso País, em que os poucos espaços que havíamos conquistado começam a se fechar, espaços em que a população negra poderia colocar suas pautas, suas reivindicações. Então, a manutenção, o acontecimento deste evento, abrir este espaço para que façamos um debate sobre os temas que afigem a nossa população é imprescindível, é fundamental, tendo em vista nossa sub-representação em todos os Poderes. Hoje, no Executivo, nossa sub-representação talvez seja uma das maiores pós-período autoritário. Talvez, no período democrático, a população negra nunca tenha estado tão mal representada no Executivo como hoje.

Eu queria cumprimentar os companheiros de Mesa, cumprimentar os agraciados e trazer um tema que não pode passar batido neste mês da Consciência Negra, que é o tema dos homicídios. Nós temos hoje, no Brasil, um problema seriíssimo com os homicídios. Dados divulgados recentemente demonstram que o Brasil ultrapassa mais de 58.400 homicídios. Nós temos, de 2011 a 2015, mais mortos do que a Síria, que está em plena guerra – assistimos a imagens todos os dias –, um país completamente devastado, e tem menos mortos do que o Brasil.

Mas quem se importa? Nós não vemos essas mortes, não vemos esses dados o tempo todo na televisão, não vemos isso sendo divulgado, não vemos isso sendo explorado pelos grandes jornais. Por quê? Ora, talvez porque grande parte da sociedade saiba quem são esses mortos. Talvez porque quem controle o Poder econômico, quem controle a grande mídia, quem controle o poder político saiba quem são as principais vítimas desses homicídios.

Eu sei que os jovens da periferia sabem quem são. Os jovens da periferia sabem quem são as principais vítimas desses homicídios e há muito tempo gritam por isso. Há muito tempo, por meio das suas manifestações culturais, têm denunciado, têm gritado, têm clamado por ajuda em relação a isso, como uma música que eu gostaria de mencionar, do grupo de *rap* Racionais Mc's, um grupo que foi muito importante para a minha formação, que dizia, ao analisar uma cena em frente ao cemitério no Dia de Finados. Ela dizia:

2 de Novembro era finados. Eu parei em frente ao São Luís do outro lado
 e durante uma meia hora olhei um por um e o que todas as Senhoras
 tinham em comum: a roupa humilde, a pele escura, o rosto abatido pela
 vida dura. Colocando flores sobre a sepultura. ("podia ser a minha mãe").
 Que loucura.

Creio que esses versos dizem bem o que sente o jovem da periferia. Nós somos as principais vítimas dessa onda de homicídio, somos as principais vítimas da violência no nosso País. A cada 10 homicídios registrados no Brasil, ao menos sete são de negros, e essa proporção segue aumentando, de acordo com os dados recentes, enquanto o homicídio de brancos segue estabilizado ou até mesmo caindo. Enquanto os índices seguem crescendo, nós temos uma completa ausência de discussão sobre o tema. Quem se importa? Quem se importa com o tema?

Nós temos, com urgência, que firmar um pacto pela redução desses homicídios.



E o Governo anterior, democraticamente eleito, estava travando esse debate, estava construindo esse debate...

(Soa a campainha.)

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA – ... dando sequência às políticas de inclusão social que vínhamos tendo até então. O próximo passo era fazer esse confronto; buscar Estados, Municípios e construir uma política que enfrentasse o problema de homicídios. Mas quem se importa?

Nós levantamos, de acordo com os dados, que 50% dos homicídios do País ocorrem em apenas 81 Municípios, ou seja, o problema é extremamente concentrado. Logo, o problema é possível de ser enfrentado.

Dentro dessas cidades que concentram esses homicídios, estes estão concentrados nos bairros mais pobres. Quem habita esses bairros mais pobres? Obviamente, a população mais pobre. De acordo com relatório da ONU, como a Senadora Lídice colocou aqui, mais de 70% da população miserável do País é negra. É essa população que é vítima dessa violência. Mas quem se importa com esse problema?

Questionado, recentemente, sobre a implementação do pacto pela redução de homicídios, o Ministro da Justiça disse: "não faz parte da pauta deste Governo". E não faz mesmo, por várias razões que foram colocadas aqui.

Vivemos um momento muito difícil. Vivemos um momento em que os espaços que havíamos conquistado estão sendo reduzidos. Vivemos um momento em que as políticas que conquistamos correm sério perigo. Vivemos um momento em que nossas políticas, que antes haviam sido pacificadas na sociedade, hoje voltam a ser contestadas.

O que seriam as causas desses homicídios? Também estudamos, pesquisamos, trouxemos especialistas, debatemos com a sociedade à época e verificamos que são múltiplas as causas dos homicídios: porte de armas, violência contra a mulher, tráfico de drogas. Mas uma dessas causas é central: é a violência policial, a violência do agente do Estado. O agente do Estado que deveria proteger acaba se tornando o agente da violência, aquele que pratica a violência. E debater a violência policial não é ser contra a polícia. É importante deixar isso claro. Ao contrário, debater a violência é querer ter uma instituição que seja legítima perante a sociedade, uma instituição que tenha o respeito da sociedade, uma instituição que não desperte medo naqueles a quem ela deve defender.

Uma das discussões que a gente fez, levantando os dados, é que – aliás, dados recentes –, em 2015, foram 3.345 pessoas mortas pela polícia, nove por dia, uma alta de 6,3%. Ao mesmo tempo, nós tivemos uma redução de 4% do número de policiais mortos em ação. Ou seja, temos um problema. Precisamos avaliar.

Por que temos este problema? Temos este problema porque nós temos uma situação... E aí mais um poeta, o rapper Gog, sintetiza isso muito bem: poder demais na mão de um indivíduo, poder para matar e não ser punido. Esse é o problema. As mortes causadas pela violência policial hoje não são apuradas na maioria dos Estados. São registradas em um documento chamado auto de resistência, um documento no qual a vítima acaba se tornando o agressor e a vítima passa a ser investigada. E aí você não tem investigação nenhuma.

Ora, Senador, é importante dizer, não são todos os policiais, não é um problema generalizado nas polícias, são poucos. Aliás, uma obra que estudou esse tema, o livro *Rota 66*, do jornalista Caco Barcelos, foi um dos primeiros a estudar este tema e apontou que o número de policiais que praticam esses atos de violência, que praticam o extermínio, é muito reduzido, mas a sua consequência na periferia, na sociedade, nas famílias que...

(Soa a campainha.)

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA – ... têm seu jovens mortos por esses policiais é drástica, é desastrosa. Suas consequências diante da perda de legitimidade da instituição policial na periferia é desastrosa. Nós temos que debater este tema.

Foi por isso que após o debate – inclusive Débora, da instituição Mães de Maio – com a sociedade civil, um debate com a Seppir, com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, um debate com o Conselho Nacional do Ministério Público, nós elaboramos uma proposta que diz simplesmente o seguinte: toda morte ocorrida durante a atuação policial deve ser investigada. Toda morte ocorrida durante a atuação policial deve ser investigada. Muitos podem olhar e pensar: "como assim? Isso é óbvio." É óbvio, mas não é o que ocorre, não é a realidade.

Elaboramos uma proposta que deu origem ao Projeto de Lei nº 4.471, de 2012, apresentado pelo Deputado Paulo Teixeira e mais três Parlamentares. Essa proposta determinava que essa investigação acontecesse, determinava que o local do fato ...

(Soa a campainha.)



O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA – ... fosse preservado para que fosse feita uma perícia científica e determinava que os órgãos responsáveis pelo controle da atividade policial fossem notificados para acompanhar a apuração. Infelizmente essa proposta está há quatro anos parada na Câmara dos Deputados. Infelizmente um dos primeiros atos desse Governo ilegítimo que tomou posse foi retirar a urgência da tramitação desse projeto, que foi solicitada pela Presidenta anterior, pela Presidenta Dilma, democraticamente eleita.

Quem se importa? Quem se importa? Nós nos importamos. Se nós nos importamos, é um momento em que nós devemos existir. Devemos ocupar cada espaço que nos for dada a oportunidade, para clamar pela aprovação desse projeto, para defender nossas conquistas, para clamar que a gente não tenha nenhum direito a menos. Nenhum direito a menos! Não podemos consentir com isso. Eu tenho certeza de que a maioria dos que estão aqui presentes,....

(Soa a campainha.)

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA – ... a maioria dos companheiros que estiveram junto conosco nessa luta de construção desse projeto, pela aprovação desse projeto, estaremos unidos, fazendo frente a esse retrocesso que infelizmente vem tomando conta do País.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Passamos a palavra agora à perita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura do Ministério da Justiça, Sra Deise Benedito.

Mas anuncio já a presença conosco do Senador Wellington Fagundes, que foi quem indicou o prêmio para as mulheres negras do Mato Grosso e que fez um belo pronunciamento aqui, inclusive as lágrimas rolaram. Uma salva de palmas pela tua bela indicação. *(Palmas.)*

Você usa a palavra no momento que entender mais adequado.

Quero registrar a presença da nobre e querida Senadora Regina Sousa, que também usará a palavra no momento que entender mais adequado. *(Palmas.)*

E o Senador Elmano Férrer também, se quiser usar a palavra, o fará no momento que entender mais adequado.

A palavra é sua.

A SR^a DEISE BENEDITO – Bom dia a todos e a todas! Eu quero agradecer mais uma vez o *(Fora do microfone.)* convite feito pelo Senador Paulo Paim, para estar aqui presente nesta sessão solene alusiva ao Dia da Consciência Negra. Cumprimento os agraciados. É mais do que merecido o prêmio que receberam, pelo seu trabalho, pelo seu compromisso, pela luta dos direitos humanos e existenciais da população negra deste País.

Eu fiquei muito emocionada com a sua fala, Jackeline, porque é uma fala que vem com um conteúdo ancestral, que vem com força, coragem, dor, amor, resistência e resignação. Uma das coisas em que você tocou foi a questão da tortura.

Eu sou membro do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Esse órgão foi criado pela Lei nº 12.847, em 2013. Uma das funções dos onze peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura é prevenir a tortura e fazer inspeções a locais de privação de liberdade – manicômios, presídios, locais onde existe cumprimento de sentenças socioeducativas, asilos, e também comunidades terapêuticas.

Quando a gente vai abordar a questão da tortura neste País, lamentavelmente a tortura tem cor. E quando a gente fala de tortura e cor da tortura, a gente não pode deixar de lembrar que os primeiros corpos torturados neste País, os primeiros corpos que foram violados no seu direito de existência, os primeiros corpos que foram aprisionados neste País, neste continente, foram dos povos indígenas. Como bem lembrou Lázaro, dos nossos “negrinhos.”

Não podemos deixar de nos lembrar, não podemos falar de violência contra a mulher, se não falarmos do que foi a violência contra as mulheres indígenas. Não podemos falar da questão da violência e da exploração contra a criança, se não nos lembrarmos das crianças indígenas. Não podemos falar de extermínio de juventude neste País, se não levarmos em consideração o que foi feito com os jovens indígenas. Então, a gente vive um processo secular do uso desses corpos, como aqueles que podem ser torturados, dizimados ou exterminados, porque são corpos de menos valor humano.

Aí, não podemos deixar de falar sobre o que foi feito com a população negra, com os jovens africanos aqui escravizados, até porque as mãos que vieram para este País, para a construção deste País, para o desenvolvimento da economia, eram de jovens africanos. Esses jovens tiveram seus corpos torturados, castigados, marcados com ferro em brasa, assim como as jovens africanas, que foram vilipendiadas na sua



essência, no sentido mais profundo da alma. A essência humana era despersonalizada durante todo o período da escravização deste País.

Quando a gente em tortura, a gente não pode se reportar apenas à questão da prática dessa tortura no físico dessas pessoas, mas às marcas deixadas na alma dessas criaturas, porque a tortura, além de inferiorizar, diminuir e submeter um indivíduo a uma condição inumana, despersonaliza a essência da dignidade da pessoa, porque não basta apenas açoitar; você tem que reduzir aquela pessoa à condição de não existência. Essa condição de não existência enquanto pessoa perdurou em nosso País por mais de 300 anos.

(Soa a campainha.)

A SR^a DEISE BENEDITO – Obviamente, essa prática do castigo corporal, utilizado amplamente dentro do sistema de um Estado escravagista, que eu chamo de “ferro a ferro”, perpetua-se lamentavelmente ainda nos dias de hoje.

Mas, hoje, essa tortura tem requintes de crueldade. Nós, que fazemos inspeções nos locais de privação de liberdade, vemos que essa tortura não é só o tapa, não é só pendurar na cela, não são só choques elétricos. Essa tortura vem através da forma e dos locais em que essas pessoas ficam, muitas vezes, em condições insuportáveis de existir. Nem os porcos conseguem viver em determinados locais de privação de liberdade, podendo ser manicômios, assim como os presídios, diante da superlotação, da condição da alimentação oferecida.

Há repunição ao indivíduo que já foi sentenciado ou, então, está aguardando a sentença na qualidade de preso provisório. A punição, o estado punitivo no Estado brasileiro... Lamentavelmente, a cor da pele define a sua pena neste País. Lamentavelmente, ainda temos a grande questão do acesso à justiça, a dificuldade de se acessar um advogado, de se acessar essa justiça, de comprovação da prática da tortura e dos maus tratos, que passam pela ausência de colchão, pela ausência de médicos, assim como pela ausência, muitas vezes, de corpo de funcionários que possam levar ou escoltar homens e mulheres em cumprimento de pena; as condições pelas quais muitas mulheres que estão cumprindo pena nos presídios, quando são mães, passam, principalmente durante a gravidez, em locais superlotados; as condições do socioeducativo neste País, ainda, em que muitos jovens são sistematicamente torturados fisicamente, são humilhados, ficando, às vezes, mais de 22 horas sem poder tomar banho de sol, que é um direito mais do que humano, o direito ao sol. É sempre bom lembrar que esses corpos têm nome, esses corpos têm RG e esses corpos têm cor.

Então, uma das formas de também se trabalhar com a tortura é desumanizar essas pessoas na sua essência. E aí, quando se fala dessa questão da desumanização, remete-se à questão do extermínio. Eu tenho o hábito de dizer que o extermínio da juventude negra neste País se dá no momento em que ancora o primeiro navio negreiro aqui.

Com o primeiro navio que aportou neste País, deu-se início à grande saga de todos os povos africanos e seus descendentes na luta de sobrevivência digna. E aí, quando a gente vê do ferro ao ferro, esse ferro que marcou em brasa, esse ferro se traduz hoje nas grades de ferro dos presídios, transforma-se nas algemas do dia a dia, em que nós vemos as mortes desses jovens, porque estar preso é aquela morte lenta gradual, segura e eficaz. Por outro lado, nós também temos que ver que, como bem lembrou Marivaldo: se nós temos maus policiais, temos bons policiais, temos bons agentes públicos; mas também temos, do outro lado, infelizmente, a questão dos territórios defendidos pelo tráfico de drogas, em que a morte é certa na divisão de territórios, em que vemos tantos jovens tombando.

Nós não podemos também deixar de falar de uma questão. Quando a gente se reporta à questão do extermínio, do número de jovens que morre, há a questão do impacto social, o impacto que, daqui a alguns anos, a morte de 60, 70, 80 mil jovens por ano neste País fará na Previdência Social, Senador, porque eram jovens que poderiam estar trabalhando, contribuindo para a Previdência Social, e que são covardemente mortos com os diversos métodos hoje que há para matar esses jovens.

(Soa a campainha.)

A SR^a DEISE BENEDITO – Outra questão também que nós não podemos deixar de lembrar é o impacto da morte desses jovens para as famílias, porque não morre só um jovem, mas morre uma mãe, morre uma irmã, morre uma tia, morre uma filha; desencadeiam-se doenças dentro da família, como hipertensão, como infarto, como AVCs, pela perda, pela dor. Ninguém pode ter a dosimetria da dor de um ente que perde o filho num confronto em que a bala só vem; a bala não vai. Então, essa é uma das grandes questões.

Por outro lado, quando a gente fala de acesso à Justiça, nós não podemos deixar de sempre falar das dificuldades, e também lembrar o esforço, o compromisso das Defensorias Públicas estaduais em busca de justiça; das dificuldades dos defensores públicos, que se esforçam em condições, muitas vezes, sobre-humanas



para atender uma população que foi desumanizada quanto ao acesso à Justiça, em que não é permitido o acesso à Justiça. E esses defensores públicos têm o compromisso sério também na luta contra o extermínio.

Senador, também eu quero colocar que a gente teve avanços significativos dessa juventude, como nas políticas das ações afirmativas, na questão do Prouni, na questão do Fies. Eu não poderia deixar de lembrar aqui jovens que desempenharam e que desempenham um papel fundamental, os quais considero jovens sobreviventes de uma saga, de uma sentença já declarada por serem negros e por serem pobres.

E eu quero, no dia de hoje, fazer esta homenagem a esses negros, a essas jovens meninas negras e às jovens viúvas negras, infelizmente, vítimas desse extermínio.

(Soa a campainha.)

A SR^a DEISE BENEDITO – Quero saudar, primeiramente, ao jovem Marivaldo Pereira, que me antecedeu na fala, pela história de luta, de resistência e de compromisso com a juventude negra. Marivaldo vem de uma das regiões mais violentas da década dos anos 70 e 80, onde atuavam os grupos de extermínio. Marivaldo sobreviveu à atuação dos “pés-de-pato”, sobreviveu à Rota e trocou uma cela do Pavilhão nº 9 da Casa de Detenção, que era o destino dos jovens, infelizmente, do nosso Estado em São Paulo, por uma vaga numa cadeira da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, onde está a elite paulista. Esse jovem fez o curso da Poli, esforçou-se, fez militância e, hoje, é um exemplo: o primeiro jovem negro deste País a assumir o cargo de Secretário-Executivo do Ministério da Justiça da República Federativa do País. (*Palmas.*)

(Soa a campainha.)

A SR^a DEISE BENEDITO – Marivaldo é um exemplo de luta, de determinação. A bala não atingiu Marivaldo. E um dos exemplos de ele não admitir que essa bala o atingisse foi o seu empenho nesse Projeto de Lei nº 4.771, de 2012, pelo fim dos autos de resistência, porque ele sabe que cada jovem negro que tomba é um pedaço dele que vai junto. Chegar como sobrevivente, aos 33 anos, passando pela Rota e pelo grupo de extermínio? Ele é um vitorioso! Chegar aonde ele chegou? É um vitorioso!

Eu também não poderia deixar de falar de Gabriel Sampaio, outro jovem negro que trabalha aqui no Senado, formado em Direito.

Eu não poderia deixar de falar de Douglas Belchior, outro jovem negro que foi um dos fundadores da Uneafro, de São Paulo; hoje é historiador e leva firme a luta contra o extermínio da juventude negra não só em São Paulo, mas em todo País.

(Soa a campainha.)

A SR^a DEISE BENEDITO – Eu não poderia deixar de falar de Alan da Rosa, um jovem que foi criado no bairro do Jabaquara, foi feirante, ambulante, limpador de carro. Hoje ele é poeta e doutor em Letras da USP, em São Paulo. A bala não o atingiu também.

Outro jovem, Frenilson Batista, da cidade de Tiradentes, fundador da Aliança Negra Posse, hoje é diretor de uma escola pública.

Também não posso deixar de falar de Bruno Renato Teixeira, o primeiro ouvidor negro da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, desde a sua fundação, há mais de 16 anos, que também é do Rio de Janeiro e escapou dessa bala que vem com endereço certo.

Não posso deixar de falar de Big Richard, um dos grandes ícones do *hip hop*, que hoje é doutorando em Jornalismo na UnB.

Acredito que esses jovens negros que se beneficiaram das cotas, das ações afirmativas do Prouni, assim como vários jovens negros deste País, são um exemplo a ser seguido e devem ser respeitados por sua perseverança e autoestima.

(Soa a campainha.)

A SR^a DEISE BENEDITO – A questão da oportunidade de não permitir que uma bala transfixasse a alma deles.

E também mulheres, meninas jovens negras que sentiram dentro das suas famílias a violência, que conviveram com isso muito de perto. Posso destacar entre elas, Andréa Lisboa, hoje, doutora; Rosália Lemos, hoje, professora doutora da UERJ; Larissa Amorim, hoje, também doutora na Universidade Federal de Minas Gerais; Vitória Izaú, da favela da Rocinha, hoje, professora doutora da Universidade de Minas Gerais; Tiely Queen; Mabel Assis; e Sandra Silveira.

São tantas jovens mulheres negras que desafiam o contato com a violência e, através de políticas públicas de ação afirmativa, hoje estão ocupando esses lugares dentro dos bancos da universidade.



Dizer que o preconceito acabou? Não acaba, porque, infelizmente, a cor da nossa pele define os locais por que nós devemos transitar e de que forma por eles devemos transitar, porque ainda a nossa cor da pele nos reconduz a uma condição não humana. Mas nós sabemos que somos humanos.

O exemplo de Marivaldo e de todos esses jovens... Como diz o Durkheim, o campo onde essas pessoas estão não justifica o meio; quer dizer, não é o meio que vai transformar essas pessoas. E, no nosso caso, a questão de oportunidades, a questão da valorização de direitos humanos, porque nós, como negros, homens e mulheres, não somos mais humanos que outros humanos. Simplesmente queremos ser aceitos como cidadãos e cidadãs que construíram este País, que a todo tempo estão construindo este País com políticas que possam permitir que todos tenham vida, direito, acesso à justiça e à plenitude da nossa cidadania.

Eu quero agradecer, mais uma vez, ao Senador Paulo Paim...

(Soa a campainha.)

A SR^a DEISE BENEDITO – ... agradecer a todos vocês e dizer que a nossa luta é todo dia, toda hora. Acredito que em um dia veremos um admirável mundo novo.

Quero aproveitar a oportunidade, Senador, e passar para o senhor o primeiro relatório que foi feito pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, em que foram visitadas várias unidades de privação de liberdade, e, aqui, nós narramos as mais de 700 recomendações para o Poder Público estadual no sentido da prevenção e combate à tortura em todo o Território nacional.

Muito obrigada a todos vocês.

Beijo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Essa foi Deise Benedito, Perita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, do Ministério da Justiça.

Passamos a palavra, de imediato, à Presidente da Fundação Palmares no exercício de 2015/2016, Sra Cida Abreu.

A SR^a CIDA ABREU – Eu quero cumprimentar todos e todas e agradecer o convite, em primeiro lugar, ao Paim, que está presidindo esta sessão e que abriu, dentro dessa sessão tão especial, solene, a oportunidade de se travar um debate e se colocarem posições sobre as relações raciais no Brasil.

Cumprimento a Senadora Lídice e a Senadora Regina, que está aqui, conosco, além do Senador Elmano, que está na Mesa, todos os nossos homenageados, em memória do Naná, que é uma figura extremamente importante para o País e para o mundo, e também cumprimentar o Instituto de Mulheres Negras, o Lazzo Matumbi, e o representante da nossa querida Zezé.

Cumprimento todos e todas, especialmente a Liderança do PT, que me fez o convite, para que, neste momento, fizéssemos uma reflexão sobre o impacto da PEC 55 nas políticas públicas de promoção da igualdade racial no País.

Falar do impacto da PEC 55: para construir esse pensamento, em primeiro lugar, eu quis fazer uma consideração histórica que acho que vale porque vivemos um momento de conquista para a qual se lutou muito. Em poucas ocasiões, vemos toda uma conquista sendo desmontada, sendo reduzida a um processo inicial.

Se nós pegarmos o contexto histórico das relações raciais no nosso País, temos de considerar o aspecto sócio-histórico que foi a primeira relação entre negros, indígenas e europeus no Brasil. Nós criamos uma relação...

Ah! Também o Senador Wellington Fagundes, que está na Mesa. Desculpe.

Esse contexto sócio-histórico trouxe um estranhamento e criou uma hierarquia no nosso País entre brancos, negros e indígenas, desconsiderando todo o seu aspecto de diversidade.

Nós também temos de considerar, nesse espaço temporal, que se presume que, em 1538, os negros chegaram ao País. Assim, em 2016, nós temos um tempo de 478 anos de luta pelas relações raciais no Brasil, de afirmação pelas relações raciais. São quase 500 anos tratando desse tema, porque a nossa luta não começou com o movimento negro contemporâneo; ela começou no contexto histórico, porque houve também um posicionamento de negros e negras naquele período, que era a organização quilombola, que foi a primeira organização do movimento negro.

Também temos de considerar que, na década de 30, no século XX, nós vivenciamos o marco da afirmação e consolidação da denúncia e existência do mito da democracia racial. E nós também firmamos, nesse período contemporâneo, a primeira organização de movimento negro no Brasil, que foi o MNU.

Se considerarmos as décadas de 70, 80 e 90, ainda no século XX, vamos entender a influência da cultura afro-brasileira e *black* americana na resistência contra a ditadura e pela organização dos movimentos negros.



Estou dizendo isso porque nós estamos retornando a um processo de cercear essas organizações, de cercear esses direitos conquistados. Por isso, acho que essa linha temporal é importante para entendermos aonde a PEC quer chegar.

Em 1972, nasce a segunda organização de movimento negro, que é o MNU. Em 1988, há a criação da Fundação Cultural Palmares, que é o primeiro organismo de relações institucionais no governo brasileiro. Em 1995, acontece a Marcha Nacional Zumbi 300 anos – de 300 anos da morte de Zumbi – contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida.

Nesse período de 1995, com a organização do movimento negro, em um decreto, foi instituído o grupo de trabalho interministerial com a finalidade de desenvolver políticas para valorização da população negra. Temos de prestar atenção que há um período – de 1538 até agora – de vitória do movimento negro, de vitória da luta pelas relações raciais no Brasil.

Em 1997, houve a convocação da Primeira Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Conexa pelas Nações Unidas, em que ela reconhece que é necessário, no nosso País e no mundo, discutir as relações sociais, considerando o racismo. Isso foi feito pelas Nações Unidas, em 1997. Em 2001, realiza-se a Primeira Conferência contra o Racismo, Xenofobia e Intolerância Conexa na África do Sul. Em 2003, a Lei nº 10.639 é instituída. Em 2003, no século XXI, cria-se o primeiro organismo no mundo que cuida de políticas públicas para a população negra. No mundo! Nunca houve um espaço, no mundo, com o *status* da CPIR, que, além disso, cuidava de indígenas, ciganos e comunidades tradicionais.

Nós temos ainda, nesse período do século XXI, a aprovação, por unanimidade, pelo Supremo Tribunal Federal, do reconhecimento da Política de Ações Afirmativas para Negros. Só o Ministro Dias Toffoli não votou porque disse que não tinha segurança para votar sobre a matéria, mas foram unânimes os outros votos.

Em 2008, houve a instalação do fenômeno de adesão ao sistema de cotas raciais nas universidades públicas – isso tudo vitória do Movimento Negro e das organizações sociais.

Em 2010, os dados do Censo do IBGE revelam que, pela primeira vez no País, o número de pessoas negras é maior do que o número de pessoas brancas. Então, afirma-se, estatisticamente, que o povo negro é a maioria do povo brasileiro. Em 2010 ainda, há a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

Eu fiz todo esse contexto histórico para poder abrir a minha fala dizendo que o *impeachment* é um programa organizado para desestruturar a oportunidade, a inclusão, o desenvolvimento humano, o desenvolvimento social da população negra e pobre em nosso País. Então, a PEC é um dos programas do *impeachment*. Na minha reflexão a respeito da construção desse momento de discutir a PEC, eu acho muito raso só colocarmos sobre a PEC a responsabilidade de o que vai acontecer no nosso País.

Antes da PEC 55, tivemos a MP 476, que foi a reforma administrativa do Governo. Foi o primeiro ato do Presidente, logo que houve o impedimento pleno da Presidenta Dilma. Esse foi o grande ato da reforma administrativa com a 476.

(Soa a campainha.)

A SR^a CIDA ABREU – Então, nós temos de entender que já estava pensado o afastamento da Presidenta, a reforma administrativa e, agora, a PEC 55, que influencia plenamente na maioria da população brasileira.

Quando falamos que a PEC 55 impacta, estamos dizendo que ela materializa, como instrumento público que representa – pelas duas esferas, legislativa e executiva, no Brasil, – os sintomas da intolerância ao momento importante que o tema das relações raciais estabeleceu no Brasil e todas as suas estruturas institucionais e sociais. A PEC é uma organização de pensamento hierárquico, conservador a essas vitórias, a essas organizações, a essas pessoas negras e à maioria do nosso País. A PEC incide no estrangulamento das políticas públicas afirmativas. Por quê? Ela vem, gradativamente. Quando se exterminam o Ministério da Igualdade Racial, a Secretaria de Juventude, a Secretaria de Mulheres, o MDS, e o MDA, é só entender aonde isso vai chegar! Então, a PEC tem a tarefa de colocar essa população fora de uma educação de qualidade.

Quando você tem educação você tem reconhecimento da sua cultura, não só sua cultura como manifestação artística, mas como nação. A nossa Nação pertence a uma cultura; e a nossa cultura é preservada pela nossa consciência; e a nossa consciência é qualificada pela educação. Quando você desvaloriza um trabalhador que ganha um salário mínimo, você está mexendo com que classe, com que cor?

(Soa a campainha.)

A SR^a CIDA ABREU – Nós temos que entender que a PEC é um dos programas que vêm organizados para poder desestruturar as políticas públicas voltadas à população negra.

Por que isso acontece? Como o Marivaldo perguntou aqui, a quem importa?

As políticas públicas de ações afirmativas com recorte racial no Brasil trouxeram o fortalecimento do



debate verdadeiro sobre a discriminação racial no Brasil, sua consciência, a diversidade e como o nosso País se organiza. O Movimento Negro, com as organizações sociais, teve essa competência de organizar esse pensamento em nosso País. E todas as vitórias mexeram com o lugar de fala dessa população e mexeram com o lugar de ocupação da elite brasileira. Então, temos que fazer essa reflexão: a quem interessa e por que está sendo feita essa proposta?

As políticas de ações afirmativas não acabam com o racismo.

(*Soa a campainha.*)

A SR^a CIDA ABREU – Há um equívoco quando as pessoas dizem: "Ah, como vocês vão acabar com o racismo com política afirmativa?" Não vai acabar, porque o racismo é uma questão consciente, é uma questão educativa, é uma questão ideológica, é estruturada. Mas as políticas de ações afirmativas nos colocam à frente de um debate sobre esse crime, sobre essa postura racista.

E se essas medidas visam a atender os grupos historicamente discriminados e a promover oportunidade de reparação às mazelas sociais, econômicas e políticas impostas a este ou aquele grupo, o que hoje incomoda é a população negra ter *status ministerial*, ter tido a oportunidade de ter acesso a bens, de ter oportunidade de entender os seus direitos e de criar uma consciência de maioria no País, a entender de fato a sua diversidade, a entender de fato quem a representa.

(*Soa a campainha.*)

A SR^a CIDA ABREU – Se nós tivéssemos tempo de construir essa política, essa correlação de forças, no Congresso Nacional, mudaria. Este é o grande pensamento: desconstruir.

Eu acho que, antes de tudo, a PEC materializa um processo que já é vencido no nosso País: o mito da democracia racial, que foi denunciado e desconstruído pelo Movimento Negro a partir da década de 30. A minha preocupação hoje é que a PEC não só impacta investimentos de saúde e educação, ela não só impacta o salário mínimo, mas ela impacta também um processo de identidade da Nação brasileira.

(*Soa a campainha.*)

A SR^a CIDA ABREU – A estratégia da PEC 55, para a população negra – ao meu ver –, ao desenvolver esse pensamento, é desmontar todas as conquistas citadas acima, as políticas públicas de ação afirmativas com recorte racial, assim como enfraquecer as organizações negras. Essa é a grande estratégia, para mim, em relação à população negra. A PEC 55, sutilmente, fortalece a ressurreição de um mito já vencido, que foi denunciado – como eu disse antes –, que foi o mito da democracia racial.

Eu quero fechar a minha reflexão, colocando, Paim, a todos os Senadores que aqui estão, às organizações e pessoas importantes que aqui estão, que o momento que nós vivemos no nosso País é um momento de grande reflexão e de grande responsabilidade para nós todos. Não importa se você está instituído de um poder...

(*Soa a campainha.*)

A SR^a CIDA ABREU – ... de governo, de parlamentar ou de organização. O que você tem que entender é que você é brasileiro, e que tudo importa para nós que somos brasileiros, e que não concordamos com esse processo.

A grande preocupação hoje é conseguirmos travar um debate, um debate franco, que não seja só no período alusivo às comemorações de conquista, porque o retrocesso vai ser dado com esse processo de organização desse modelo de governo.

O que não dá é para nós termos vencido uma ditadura, é para nós termos conquistado tudo o que nós conquistamos e permitir isso. Como Lazzo falou, nós temos que dizer para eles: "Olha, moço, fique esperto, porque nós não somos meninos; nós já passamos por isso."

A minha mensagem hoje é esta: a PEC é uma estratégia, a PEC é uma organização sistemática, que...

(*Soa a campainha.*)

A SR^a CIDA ABREU – ... nós temos que denunciar onde nós estivermos.

E esta Casa tem uma tarefa importante: eu não sei se de força de não deixar aprovar, mas de força de resistir e de conscientizar o povo de qual é a estratégia verdadeira dessa organização institucional que vem do Executivo para o Legislativo e do Legislativo para o Executivo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, essa foi a ex-Presidente da Fundação Palmares, Sr^a Cida Abreu.



Neste momento, passamos a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

E registro, com muita alegria, a presença no plenário do grande cineasta Joel Zito. Entre suas obras, eu sou obrigado a falar do filme Raça, porque eu fiz parte. Palmas para ele. (*Palmas*.)

São centenas de obras.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Meu caro companheiro, Presidente Paulo Paim, Presidente e requerente desta presente sessão especial, cumprimento V. Ex^a.

Senadora Lídice da Mata, quero cumprimentá-la também aqui como baiana. Eu sou filho de baianos – meu pai foi da Bahia para Mato Grosso a pé – e faço sempre questão de registrar isso e faço com muita honra.

Quero cumprimentar todos da Mesa, o Sr. Marivaldo de Castro Pereira, a Sr^a Deise Benedito, a Sr^a Cida Abreu, o Sr. Felipe Freitas e também a Sr^a Débora Maria da Silva.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, fico muito feliz de estar aqui, nesta tribuna, para – junto com V. Ex^a, com a Senadora Lídice da Mata e com todos da Mesa – homenagear personalidades que se destacaram na proteção e promoção da cultura afro-brasileira. É uma ocasião importante, já que este tempo pode ser utilizado para a reflexão sobre a inserção do negro na sociedade brasileira, razão pela qual foi instituída a data de 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra no Brasil.

Muito me honra estar aqui presente, Sr. Presidente, porque, no meu Estado, Mato Grosso, a luta pela igualdade e contra o preconceito é fortalecida, neste ato, com a entrega da Comenda Abdias Nascimento ao Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso (Imune), aqui representado pela jovem estudante Jackeline Silva.

Cumprimento o Conselho da Comenda, presidido pelo ilustre Senador Paulo Paim, por essa escolha e também dos demais agraciados: o cantor Lazzo Matumbi, a atriz Zezé Motta e o percussionista Naná Vasconcelos, *in memoriam*.

Sr. Presidente, o Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso faz jus a essa honraria. Daí a minha iniciativa de indicar essa entidade para receber essa comenda de reconhecimento.

Trata-se de uma organização social, fundada em 2002, que tem como objetivo orientar dinamicamente o processo de crescimento das mulheres negras e que também busca o reconhecimento dos valores históricos, sociais e culturais das comunidades afrodescendentes em todo o meu Estado. Além disso, tem sido incansável para alcançar seus objetivos de superação das desigualdades sociais e de discriminação de gênero, sendo operante na luta contra o preconceito.

Em verdade, Sr. Presidente – aqui destaco –, são duas lutas associadas: busca-se, de forma determinada, a conscientização sobre a importância e o papel do negro e da mulher negra na sociedade. O instituto faz isso de uma forma excepcional, plantando consciência, com um trabalho afirmativo junto aos jovens, através das tradicionais rodas de cidadanias, em que o debate se consolida como a principal ferramenta de luta. Trata-se de um belo exemplo! Afinal, na minha opinião, não se planta consciência com ódio ou com gritos, muito menos com decreto. Planta-se consciência, senhoras e senhores, com diálogo, trabalho e superação.

Nossa jovem Jackeline Silva, mato-grossense, recebe essa homenagem como mulher e como negra.

Aliás, permitam-me destacar que é de Mato Grosso, meu Estado, que tanto me orgulho de aqui representar e pelo qual tenho lutado, uma das mais espetaculares histórias de resistência e luta e que tem como símbolo uma mulher negra. Falo da brava Tereza de Benguela.

A trajetória de Tereza de Benguela remonta ao século XVIII, quando Vila Bela da Santíssima Trindade, uma cidade projetada em Portugal, às margens do Rio Guaporé, foi primeira capital do interior brasileiro, da costa fluvial brasileira.

Tereza de Benguela liderou a comunidade, resistindo bravamente à escravidão por mais de 20 anos. Ela reinou, comandando a estrutura política, econômica e administrativa e enfrentando diversos ataques da coroa portuguesa.

É importante dizer aqui que a nossa querida Vila Bela da Santíssima Trindade – hoje a capital é Cuiabá –, ainda é uma cidade que tem a predominância da população negra. Eu diria, Sr. Presidente, que os negros mais lindos do Brasil estão lá em Vila Bela da Santíssima Trindade, onde há, todo ano, festas, festejos. Todo ano também há transferência da capital para a nossa querida cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade.

A história de Tereza de Benguela demorou a ganhar projeção. Passados quase 250 anos de que o Quilombo foi destruído – em 1770 –, veio o reconhecimento. O nome dessa grande líder, inclusive, foi referenciado em um dos maiores palcos de festejos populares do Brasil, a Marquês de Sapucaí, emprestando a sua história ao samba-enredo da Escola de Samba Unidos do Viradouro, que dizia:

No seio de Mato Grosso, a festança começava
Com o parlamento, a rainha negra governava



Índios, caboclos e mestiços, numa civilização
 O sangue latino vem na miscigenação
 A invasão gananciosa, um ideal aniquilava
 A rainha enlouqueceu, foi sacrificada
 Quando a maldição, a opressão exterminou
 No infinito uma estrela cintilou

Quero, aqui, homenagear também o Joãozinho Trinta, que ontem faria 83 anos – nasceu em 1933 –, que foi o maior carnavalesco da história do Brasil.

Sob a inspiração dos ideais de Tereza de Benguela, gostaria, também, com a devida permissão do nosso Presidente, de dizer que, no último dia 18, em Rondonópolis, a minha cidade natal, estive em um evento da Unegro, que foi fundada este ano, ocasião em que foram homenageadas algumas personalidades dessa luta.

Aqui, faço questão de citar a ex-Vereadora Vilma Moreira dos Santos, a primeira Deputada negra de Mato Grosso, que marcou uma bela atuação legislativa; também a líder comunitária Carmem de Sá, uma mulher que foi para aquela cidade e fez um grande movimento, principalmente social, trazendo mais dignidade às pessoas mais carentes daquela cidade.

Também quero aqui lembrar outro homenageado, o filho do saudoso Marinho Franco, o nosso companheiro Maestro Crisóstomo Franco, músico e criador de uma das mais antigas bandas brasileiras regionais, a Banda Marinho & seus Beat Boys.

Lembro também o meu amigo, companheiro, Dr. Walfredo Brito, que é Professor da Universidade Federal de Mato Grosso, com várias especializações. Foi meu colega de escola, contemporâneo, nascemos, praticamente, um em frente ao outro. Aliás, a minha história tem muito a ver com o Prof. Walfredo Brito

Quando minha mãe morava na roça e estava muito doente, foi lá um mascate, o Sr. Lafayette, que disse: "Olha, João Baiano", assim era chamado o meu pai, "você tem que levar essa moça para tratar, senão ela vai morrer, e lá está surgindo uma nova comunidade, a Rondonópolis, que tem um doutor muito afamado"...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... "o Dr. Conrado Sales de Brito, farmacêutico".

Meu pai levou a minha mãe no cavalo, mas, ao bater intensamente a barriga na cabeça do arreio, quando ela chegou lá, a criança já estava morta.

Foi exatamente com essa história que nós acabamos indo morar em Rondonópolis. E hoje estou aqui e tenho a honra de ser Senador da República, depois de seis mandatos como Deputado Federal. E, com certeza, a família Sales de Brito foi sempre uma grande companheira e ajudou-me muito.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero também aqui cumprimentar a professora Luzia Aparecida do Nascimento, fundadora e coordenadora da Unegro em Rondonópolis – esposa do professor Manoel Mota, professor da universidade federal, aposentado e meu suplente como Senador.

Senhoras e senhores, eu quero aqui, finalmente, pedindo desculpas por ter me alongado e já finalizando, destacar que no Brasil, infelizmente, não fomos educados como uma nação multicultural e pluriétnica.

Contudo, como sempre, sou um homem de fé, que carrega grande otimismo e confia no afloramento dos valores éticos e morais. E nesse sentido quero crer que se realizem as palavras do pensador Thiago Saraiva, que um dia escreveu: "Não precisamos de um dia da consciência negra, branca, parda, amarela, albina... Precisamos de 365 dias de consciência humana".

Que seja com diálogo, trabalho e muito respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade de estar aqui. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Wellington Fagundes.

Passamos, de imediato, a palavra ao pesquisador associado do Grupo de Pesquisa em Criminologia da Universidade Estadual de Feira de Santana, Sr. Felipe Freitas.

O SR. FELIPE FREITAS – Bom dia a todas e a todos.

Queria cumprimentar o Senado Federal na pessoa do Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim; cumprimentar também a todas as Senadoras e Senadores presentes na pessoa da Senadora Lídice da Mata, minha Senadora, Senadora pelo Estado da Bahia; cumprimentar meus colegas de Mesa, os companheiros e companheiras do movimento negro que vêm aqui contribuir com esta sessão especial; e, também, cumprimentar os homenageados e homenageadas nesta celebração da consciência negra, que recebe esta comenda que leva o nome do nosso grande Abdias do Nascimento.



Queria também agradecer à equipe de assessoria do Senado Federal, que, através do assessor Jefferson Lima, formulou o convite para que eu estivesse nesta sessão. E, ainda nesta fase de agradecimentos e de registros importantes, presto aqui também uma homenagem que me parece muito importante para o movimento negro brasileiro, neste 20 de novembro de 2016, que é uma homenagem à Srª Luiza Bairros, ex-Ministra da Igualdade Racial. (*Palmas.*)

Ativista do movimento negro e do movimento de mulheres negras que, assim como Abdias do Nascimento, prestou ao Brasil um serviço, de tentar com a sua vida conciliar o Brasil com uma experiência democrática. A memória de Luiza é, neste sentido, assim como a memória de Abdias e de tantas e tantos lutadores, inspiração para este momento político que todas e todos nós vivemos.

A luta contra o racismo tem, no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, um importante ponto de inflexão. Ao lado de celebrar a memória do líder negro Zumbi dos Palmares e de resgatar seu legado de luta, o dia 20 de novembro é também um momento de balanço político do movimento negro acerca das conquistas e dos desafios que se encontram em cada período.

Nas últimas décadas, registramos ano a ano significativos esforços dos movimentos negros para pressionar para que marcos institucionais de combate ao racismo no âmbito dos governos fossem capazes de contribuir para corrigir desigualdades históricas. A aprovação de legislações de enfrentamento ao racismo, a defesa de políticas de ações afirmativas nos mais variados espaços da sociedade brasileira, a luta por políticas específicas de valorização das mulheres negras para o atendimento às suas demandas têm sido, ao longo dos anos, temas que, num longo ciclo, foram sendo pautados pelas organizações de luta das pessoas negras para que se pudesse produzir no Brasil uma política racial.

Este ano celebramos o dia 20 de novembro, que em outras ocasiões foi momento de celebrar conquistas e de pensar sobre limites, num contexto em que, ao invés de falarmos de possibilidades, falamos de interdições, falamos de recuos, falamos de retrocesso. Diferentemente dos anos em que chegávamos ao dia 20 de novembro para avançar na pauta, nesse contexto buscamos não recuar, ou buscamos que os retrocessos tenham seus efeitos minimizados em relação à população negra.

Nesse sentido, entendo, valorizo e reconheço posturas como a do ator Lázaro Ramos, que, com muita deferência a esta Casa e respeito aos Senadores e às Senadoras que o indicaram para esta homenagem, e com muito respeito ao patrono desta comenda, Abdias do Nascimento, se recusou a estar presente nesta sessão, como forma de dizer que não é momento no qual nenhuma comemoração possa ser desacompanhada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE FREITAS – ... de uma crítica radical à violência que se percebe em relação à população brasileira. (*Palmas.*)

Do ponto de vista institucional, esse dia 20 de novembro coincide com a redução da política racial a uma mera secretaria especial no âmbito do Ministério da Justiça, um retrocesso institucional semelhante ao que vivíamos há mais de 13 anos. Esse espaço da secretaria especial em que se transformou a antiga Seppir, é hoje um ajuntamento de valorosos servidores públicos federais que, infelizmente, não têm respaldo institucional para conseguir executar a política pública que ao longo de tantos anos foi sendo construída no Brasil.

Esse cenário se torna ainda mais grave se considerarmos a PEC 55, que trata do teto dos gastos públicos e que corrobora para uma acentuada, uma gravíssima tendência de redução de direitos iniciada a partir da deposição política da Presidenta Dilma Rousseff.

A Constituição de 1988 foi um pacto de transição do regime autoritário para a democracia, e nesse pacto o Estado assumiu a responsabilidade pela garantia de direitos sociais e políticos, pela separação e a autonomia dos Poderes e pelas liberdades individuais. É por esse pacto que a população negra, que as mulheres, que os trabalhadores e trabalhadoras conseguiram avançar na pauta dos direitos.

A PEC 55 não é apenas uma alteração de medida orçamentária em matéria fiscal; a PEC 55 é um golpe sobre o pacto celebrado na Constituição Federal, porque cria um novo regime fiscal por meio de uma mudança constitucional, o que viola a ideia de garantia de direitos e o princípio do não retrocesso em matéria de direitos sociais.

Isso importará na ampliação de judicialização para a garantia de direitos nas políticas públicas e não produzirá condições para que a população possa ter os seus direitos garantidos.

A gravidade do que se percebe na PEC 55 é tamanha, que nós podemos falar, inclusive com base em estudos da consultoria do Senado Federal, da inconstitucionalidade da PEC. Vejamos, que absurdo! Estamos na semana da Consciência Negra, com um debate acelerado de uma medida que é tida por muitos analistas, por muitos estudiosos do direito brasileiro como uma matéria inconstitucional, porque fere o sentido que organizou a Constituição brasileira.



Então, nesse sentido, é importante frisar que são as pessoas negras os principais beneficiários das políticas sociais que serão afetadas prioritariamente pelo congelamento dos gastos públicos...

(Soa a campainha.)

O SR. FELIPE FREITAS – ... por meio de uma emenda à Constituição.

Vejamos: política econômica, política orçamentária e política fiscal o Estado tem mecanismos para fazer, pela lei ordinária e pela lei orçamentária. A escolha de fazê-lo por via constitucional é de uma radicalidade, para atender os interesses do mercado e violar os direitos dos trabalhadores, jamais vista nos últimos anos no Brasil.

Nesse sentido, é importante que consideremos sempre que este dia 20 de novembro vem sombreado pelo risco de que se viole, de modo definitivo, o pacto que a Constituição Federal celebrou.

Não temos nenhuma dúvida de que a população negra não vivia bem e passa a viver mal. Não é disso que estamos falando. A população negra sempre viveu grandes dificuldades, mas, nessa conjuntura, pode viver em situação ainda pior, sendo necessário que a denúncia sobre essa violência seja dura, firme e contundente.

Nesse sentido, encerro falando do que me parece ser a visão mais imediata do sucateamento da política de igualdade racial no Brasil, que é a extinção do Plano Juventude Viva, plano de prevenção à violência contra a juventude negra, instituído no Governo da Presidenta Dilma... (*Palmas.*)

...e coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

O sucateamento desse programa federal, ao lado do abandono da agenda do pacto pela redução de homicídios que vinha sendo discutido pelo Ministério da Justiça, revela um “autorizo” público à ampliação da violência que hoje mata 60 mil pessoas por ano; é um “autorizo” à violência policial, quando o Governo Federal retira a urgência constitucional referente ao Projeto de Lei nº 4.471, de autoria do Deputado Paulo Teixeira, em parceria com os movimentos sociais, que tinha como objetivo conter a violência policial a partir de mecanismos públicos de fiscalização e de ação de investigação nos casos em que houvesse morte decorrente de intervenção policial. Não é possível conviver silenciosamente com essas autorizações públicas de violência emanadas das instituições.

Assim, o dia 20 de novembro deste ano é manchado com sangue: com o sangue dos meninos e meninas da Zona Leste de São Paulo; com o sangue das pessoas vítimas de violência na chacina do Cabula, na Bahia; com o sangue dos meninos e meninas mortos no Rio de Janeiro, nas desastradas operações da suposta guerra às drogas, que no fundo são operações para matar pessoas negras com a conivência, com o silêncio do Ministério Público, do Judiciário e das autoridades do Rio de Janeiro.

(Soa a campainha.) (Palmas.)

O SR. FELIPE FREITAS – Que o sangue que hoje mancha o dia 20 de novembro seja também o sangue que nos inspira para a luta, seja o sangue que nos desafia – como nos ensina Lazzo, que embalou tantas gerações, que embalou a minha adolescência, cantando Coração Rastafari, no carnaval de Salvador, ou nos shows feitos no Feira Tênis Clube, em Feira de Santana, em que eu nasci e fui criado! Que as palavras de Lazzo nos inspirem neste momento a dizer que, “apesar de tanto não, tanta dor que nos invade, somos nós a alegria da cidade”!

Viva Zumbi dos Palmares e viva Abdias do Nascimento! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns ao Felipe Freitas, que é pesquisador do Grupo de Pesquisa em Criminologia da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Senadora Regina Sousa, V. Ex^a está convidada a usar a palavra.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Vou falar daqui mesmo. É um pronunciamento breve.

Quero até justificar que não cheguei em tempo porque estava na Comissão de Orçamento e aproveitei para comunicar que o Orçamento já foi adaptado à PEC 55. Hoje apresentaram um novo relatório, e um dos Relatores estava até aqui – o Senador Wellington Fagundes, que é um dos Relatores. Mas o Senador Eduardo Braga apresentou o seu relatório já devidamente adaptado. Ontem aqui nós falamos que, em 2017, ainda não íamos sentir, porque o Orçamento já estava formatado, mas nós vamos sentir, sim.

Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Presidente Paulo Paim; cumprimentar os convidados e convidadas, em nome da Cida, minha companheira de jornada, de trajetória; cumprimentar os homenageados e homenageadas; e dizer que mais que um prêmio é um desafio. É como se fosse um convite a fazer mais: vocês já fizeram muito, mas não fizeram tudo. Então, estão sendo desafiados a fazer mais, porque nós somos



poucos.

Aqui se disse: "Quem se importa?" – um dos convidados falou e repetiu muito isso. Já somos muitos a nos importar, mas ainda somos poucos em relação à sociedade brasileira. Então, precisamos mais; mais um, mais dois. Como já dizia Beto Guedes, "um mais um é sempre mais que dois". Então, vamos trazer mais gente para a nossa causa.

Eu digo para vocês que, na minha trajetória, eu não tinha sentido o racismo muito presente. Havia aquele racismo velado, das piadinhas que a gente já se acostumou a ouvir e a não responder. Mas, depois que eu estou no Senado, eu já senti e nunca imaginei. Dizem que eu não tenho cara de Senadora – não sei qual é a cara de Senadora, mas eu não tenho cara de Senadora –; chamam-me de analfabeta, apesar de eu ter curso superior e especialização; já recebi jornalistas, pseudojornalistas, malhando-me muito nos meus discursos no período do *impeachment* da Presidente Dilma. Quer dizer, eu vim a sentir mais fortemente aqui – é impressionante! É por isso que, um dia desses, eu postei que o racismo no Brasil não se esconde mais, perdeu a vergonha; apresenta-se agora desavergonhadamente.

No Século XXI, uma Senadora ainda sofrer pelo fato... só pode ser pelos meus cabelos pixains, não é? Qual é o motivo para me retaliarem?

Vou dizer para vocês, gente: eu sinto que nós chegamos a quase sermos protagonistas, conquistamos espaços públicos muito importantes. Mas a gente está voltando à situação de coadjuvante, no momento em que se extinguem exatamente todos os Ministérios e Secretarias onde a gente se enxergava. Como é que vou me enxergar no Ministério da Justiça? Com o perdão da companheira, mas como é que vou me enxergar no Ministério da Justiça? Porque você fala em Ministério da Justiça, você só lembra Polícia Federal e Lava Jato. Você não lembra outra coisa. Acho que a maioria das pessoas nem sabem que algumas Secretarias que a gente protagonizava estão lá.

Então, acho que é mais para nos dizer que "vocês não vêm ao caso". Porque a despesa que gasta em um lugar gastaria no outro, mas a gente tinha o nosso espaço, onde a gente ia debater com as pessoas iguais a nós. Então, acho que isso é um descaso sim, você fazer essa extinção.

No orçamento, a gente percebe. Acho que a gente pode ter certeza que não vai mais ter que conferência, pelo menos nos moldes, no tamanho que a gente fazia, porque não consta. Vão nos dizer assim: "não cabe no orçamento". Se já disseram que o Sistema Único de Saúde não cabe no orçamento,...

(Soa a campainha.)

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... imagina se vai caber uma conferência de igualdade racial, uma conferência nacional de mulheres, que nasce de baixo para cima, onde a gente formulava as políticas públicas que a gente achava importantes – ou que a gente acha importantes para os nossos segmentos. Então, acho que é um grande retrocesso.

E com essa PEC que está aí, podemos ter certeza que nós não vamos caber no orçamento desta Nação. A briga vai ser grande, muito maior. Se já enfrentamos muita coisa, vamos ter que enfrentar muito mais.

Muito obrigada.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa.

Registro a presença, conosco, do ex-Senador e ex-Deputado Federal, Prof. Osvaldo Sobrinho, e também do Presidente do Sindicato dos Bancários do DF, Eduardo. Parabéns Eduardo, sei que a tua luta foi grande para chegar lá.

Passamos a palavra, agora, à participante do movimento nacional MÃes de Maio, Sr^a Débora Maria da Silva.

Depois dela, por fim, o Mário Theodoro, que é Relator da Comissão da Verdade e Consultor número um do Senado. (*Risos.*)

A SR^a DÉBORA MARIA DA SILVA – Boa tarde a todos e a todas! Quero cumprimentar os Srs. Deputados, na presença do Senador Paim, e quero também cumprimentar o Senador Edson. Eu jamais esquecerei o seu nome, porque é o primeiro nome do meu filho. Quero também cumprimentar a Jackeline, que me fez chorar, mais uma vez, pelo útero. Com as suas belas palavras, me emocionou muito, porque a luta do movimento MÃes de Maio é uma luta pelo útero, pelo direito à vida. As suas palavras são as minhas palavras, são as palavras das MÃes de Maio.

Quero cumprimentar também os meus companheiros que me antecederam, que também me fizeram chorar. E eu tive essa responsabilidade, Paulo Paim, de ser a penúltima, mas quero dizer que os que me



antecederam não falaram por eles mesmos, mas, sim, pelos nossos mortos. É a voz dos nossos mortos, que, em qualquer canto deste País, grita, não só pelas bocas das mães, mas, sim, pelas bocas dos irmãos, desses irmãos que foram assassinados injustamente, e foi selada uma impunidade nesse País.

Por isso que a marcha fúnebre prossegue. Um peso muito grande, eu, mãe de vítima, mãe de Edson, que poderia ser um acadêmico formado, que era o sonho do meu filho, mesmo ele sendo um gari, um negro que recebeu uma sentença numa abordagem policial. Mesmo trabalhando de atestado médico, com 15 pontos na boca, ele recebeu a pena de morte num posto de gasolina pela boca de um policial, que deveria dar proteção a ele, porque eu sou cidadã, eu pago meus impostos e pago salário. E a bala que mata meu filho, que mata nossos filhos, porque eu falo que mata nossos filhos, porque não cessou na morte de Edson, mas continua a todo vapor no nosso País.

E quem se importa? Quem se importa com a carne mais barata do mercado que é a carne preta? Mas a carne preta do meu filho importa para mim, como mãe! Ela importa para mim, como mãe! E aqui é um grito. Aqui é um grito, que eu estava tentando segurar. É difícil, é muito difícil eu estar aqui, falando num dia desse. É muito difícil para mim, porque a nossa luta como mãe é traçada nos 365 dias do ano, traçada e gritante, dizendo: basta de racismo neste País! Basta de racismo nesse País! Esse foi o papel deste País, de contemplar a escravatura deste País – é com a pena de morte decretada na ponta da metralhadora de um policial.

Como diz quem me antecedeu:

(Soa a campainha.)

A SR^a DÉBORA MARIA DA SILVA – “Nós não somos contra todos os policiais”. Pelo contrário, o Movimento MÃes de Maio acolheu mãe de policial assassinado pela sua própria farda, porque uma dor de uma mãe não se mede. A dor de uma mãe não tem peso, os pesos são iguais, porque elas são mulheres, porque elas pariram. Elas não pariram um filho para uma morte. Quem tem que nos enterrar são nossos filhos. Nós somos um cadáver ambulante, porque eles não matam só nossos filhos. Eles matam uma família inteira, porque a gente adquire doenças oportunistas.

Eu, antes de receber esse convite, pensei 300 vezes sobre qual era a minha decisão em participar de atividades no dia 20 de novembro, porque a gente luta nos 365 dias do ano, não é só no dia 20 de novembro, porque a marcha fúnebre prossegue. Ela prossegue! Eu venho do Estado de São Paulo, onde é implantado o racismo. Lá as autoridades abusam. Lá tem uma Câmara dos Deputados que não respeita o seu decoro parlamentar. É difícil você escutar de um Deputado que “bala de chumbo trocado não é doido”, em uma peça teatral o artista mostra a violência dos maus policiais. É dos maus policiais que nós estamos falando, porque foram esses maus policiais que mataram meu filho e continuam matando, com aval das autoridades, que têm que cobrar e não cobram. As autoridades viraram partidárias. Elas tinham que ser independentes, e a gente clama muito por isso.

Quando a gente vê uma Fundação Casa, onde só há meninas, meninas sendo torturadas pelos agentes... As mães estão clamando. Meninas, mulheres saem, de sábado para domingo, apanhando, todas arrebentadas. E nós levamos essas mães a fazer um núcleo de mães, para acabar com a tortura dentro do da Fundação Casa, que é uma das fundações que é modelo no Estado de São Paulo, porque tem uma piscina. Será que aquela piscina do modelo não são as lágrimas daquelas crianças?

A gente vê a perseguição de secundarista. Os secundaristas querem uma educação de qualidade que eles nunca tiveram – ela era amenizada. É uma educação que ninguém quer: a escola estadual. Ninguém quer!

(Soa a campainha.)

A SR^a DÉBORA MARIA DA SILVA – As autoridades colocam os seus filhos em escola particular. Eles só pensam na escola pública quando é a federal, a universidade federal, que tira o direito do pobre e do negro.

O negro incomodou, entrando em uma universidade. Como incomodou! Eu, como dona de casa, estou incomodando por ser uma bolsista, por ter conseguido uma bolsa para fazer a pesquisa da morte do meu próprio filho, porque o Estado não teve a capacidade de trazer à tona.

Quem foi que matou mais de 600 jovens, no espaço de uma semana no Estado de São Paulo? E eu vou pesquisar. Já estamos pesquisando, já está em curso. Eu nunca pensei que eu conseguisse, com 58 anos, entrar em uma universidade. E hoje eu tenho esse orgulho.

(Soa a campainha.)

A SR^a DÉBORA MARIA DA SILVA – Esse orgulho bate dentro do meu peito, porque eu vou mostrar a verdadeira história dos crimes de maio. E quando a gente vê que a gente tem um Estado burguês, que é o Estado que dá exemplo para o resto do nosso País de tudo o que é mazela, a gente vem aqui clamar para este



Senado: que a Comissão de Direitos Humanos do Senado vá a São Paulo e que os Senadores acompanhem essa diligência.

Vamos fazer uma audiência, vamos escutar esses secundaristas, o que esses secundaristas estão passando. Eles estão sendo torturados, estão colocando meninas secundaristas dentro de ônibus, rodando com essas meninas no centro de São Paulo e falando: "Aqui é o batalhão de estupradores". Onde já se viu uma coisa dessas? Não podemos aceitar! Jamais podemos aceitar, como mães!

(Soa a campainha.)

A SR^a DÉBORA MARIA DA SILVA – Eles colocam saco de plástico na cabeça de secundarista e torturando secundarista para poder o secundarista ficar em choque e apontar quem é a liderança das ocupações. Isso é um absurdo em nosso País: colocar saco de plástico na cabeça de criança! A gente está executando nossos jovens, nosso futuro e a gente tem que ficar de braços cruzados, assistindo de camarote? Que País é esse? Que País é esse? Que País é esse? Que Estado é esse, que se acha independente do resto do Brasil? Então, eu acho que o clamor da minha vinda não é um clamor por extenso porque quando a gente vê o Judiciário dizendo que movimento de direitos humanos tem uma ponte com o crime organizado, é difícil.

(Soa a campainha.)

A SR^a DÉBORA MARIA DA SILVA – É difícil, porque o movimento de direitos humanos mais honesto neste País é o movimento das mães que lutam por vidas humanas! É o movimento de mães, porque damos à luz, damos a vida, e isso jamais ninguém vai fazer a gente esquecer.

E nós não temos muito o que comemorar, como diz Felipe, vendo o sangue dos nossos filhos correndo pelas vielas, vendo nossos filhos sendo torturados vivos, vendo nossos filhos sendo executados e, no Estado de São Paulo, a geografia é outra. Basta ser pobre, basta ser pobre, porque dá uma olhada quem é o grupo MÃes de Maio de São Paulo. No resto do Brasil, elas são negras, elas têm cor, mas em São Paulo elas são brancas porque são pobres, elas não têm uma conta bancária porque a nossa justiça tem dois pesos e duas medidas e ela mata dez vezes com uma canetada, o pedido de arquivamento dos inquéritos, como aconteceu com o do Eduardo, lá no Rio de Janeiro. A base, que é a polícia judiciária, que tem o dever de fazer as investigações não faz, porque no Brasil a prática é: política não investiga polícia. É por isso que o Judiciário dá o selo da impunidade com uma canetada pedindo o arquivamento.

Então, eu acho que já passou da hora deste Senado – este clamor é desta mãe – fazer uma visita de diligência, porque a gente estava com a secunda aqui ontem.

(Soa a campainha.)

A SR^a DÉBORA MARIA DA SILVA – Ela viajou porque estamos nos mobilizando porque o Estado não deixa a gente dormir e a gente também não vai deixar o Estado dormir. E a secunda veio e denunciou, ela já denunciou aqui. Teve uma audiência pública na Câmara de Vereadores ontem com os secundaristas, teve uma audiência pública também na Alesp em que eles foram retirados a força de dentro do Plenário.

Eu vou dizer que, quando nós lançamos, dia 17, esse livro dos dez anos dos crimes de maio, caminhamos, após o lançamento do livro, até a frente da Secretaria de Segurança Pública e nos deparamos, pela primeira vez, com o estado de exceção: vários policiais esperando o Movimento MÃes de Maio.

(Interrupção do som.)

A SR^a DÉBORA MARIA DA SILVA – O Movimento MÃes de Maio é lei no Estado de São Paulo e, mesmo sendo lei, estávamos *(Fora do microfone.)* sendo hostilizados.

E nós não podemos ter medo. Quero dizer que vou deixar aqui registrado o filme Apelo, que nós fizemos, e nós vamos falar o texto, porque ele é para reflexão:

Levaram nossos filhos, nossos irmãos, nossos pais, nossos avós e nossos bisavós [...]
 Todos mortos no mesmo dia.
 Esse dia longo do ano que persiste em não acabar.
 Foram mortos pelas mesmas mãos que mudam de corpo,
 Mão do mando de gente que tem as leis, o dinheiro e as armas a seu favor.
 É a mão do capitão do mato, que está atrás de cada homem fardado.

(Interrupção do som.)

A SR^a DÉBORA MARIA DA SILVA –

É mão de gente que dá nome a avenidas e estradas que atravessam essas terras. *(Fora do microfone.)*



Mas lembrem-se: [...]

Foram nossos filhos que morreram, não tiveram funeral, não viraram monumento nem nome de rua.

[Foram os nossos filhos que morreram sem a satisfação das leis e sem a proteção do dinheiro.]

Eles viveram! Eles viveram 13, 15, 20, 30 e 40 anos.

Nós carregamos eles em nossa barriga, nós demos à luz, nós demos a vida e isso nós não vamos esquecer.

[Como eles ousam negar que a gente fale o nome dos nossos filhos? Por que se proíbe os corpos serem enterrados sem nome, que se acumulam pelos cantos?]

Por que querem arrancar esse pedaço de nós?

Não esqueceremos essa parte amputada,

Essa dor que dói como uma fisgada,

Desse membro que já não existe mais...

E vocês? Vão ajudar a erguer os mortos? Vão ajudar a erguer esses túmulos?

(Soa a campainha.)

A SR^a DÉBORA MARIA DA SILVA –

Não deixe que meu grito se transforme em uma palavra muda a ecoar pela paisagem.

Me ajude a barrar as rajadas das metralhadoras.

[Mas lembrem-se:] [...] eles morreram como filhos, irmãos, pais e avós, não como terroristas e nem como escravos.

[...]

Não podemos ter medo.

Não podemos ter medo da bala.

Não podemos ter medo do açoite.

Eles não vão viver alimentados [...] [do medo das Mães de Maio.]

Salve MÃes de Maio!

E Abdias vive! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr^a Débora Maria da Silva, que representou aqui o Movimento Nacional MÃes de Maio.

E, como último convidado a usar a palavra, o Consultor do Senado e Relator da Comissão da Verdade do DF, Sr. Mário Theodoro.

O SR. MÁRIO THEODORO – Bom dia a todos e todas.

Eu queria, inicialmente, saudar a Mesa na figura do Senador Paulo Paim e falar da satisfação e, ao mesmo tempo, da responsabilidade de estar aqui hoje nesta comemoração do Troféu Abdias, que é um resgate da memória, mas também um resgate do trabalho e da luta. Como foi dito aqui, é um momento de reflexão em função de uma situação e de um retorno de algumas conquistas, o refluxo de algumas lutas que foram feitas.

Falo hoje como membro da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no DF, que, no âmbito do 20 de novembro, esta Comissão está lançando a primeira versão do relatório que foi elaborado neste ano todo sobre a questão racial no DF. Esse relatório foi feito, resgatando a história dos negros, no território do Distrito Federal e entorno, que é a história dos quilombos.

Tivemos a grata satisfação de entender que essa região do DF e do entorno foi eivada, foi palco de muitos quilombos históricos desde o século XVIII. É muito interessante isso. Nós vamos fazer a apresentação desse relatório. É um relatório preliminar, porque a ideia é de ele seja, antes de publicado, revisto pelas 11 comunidades que foram visitadas por nós. Vamos fazer essa leitura e convidamos todos. A apresentação será no Teatro dos Bancários, segunda-feira, dia 28, às 19 horas, com a presença dos líderes das comunidades.

A nossa ideia é de que, a partir desse relatório, se componha um grupo para que a realidade dos quilombos seja levada às instâncias judiciais – alguns problemas que nós estamos vivenciando nesses quilombos, sejam problemas de violência, sejam problemas de acesso à terra, acesso ao trabalho.

Gostaríamos de convidar todos e, mais uma vez, saudar esta Mesa, saudar o Senador Paim pela iniciativa e falar da nossa grande alegria de ter a oportunidade de estar aqui e de observar e escutar esses discursos, essas falas muito fortes, falas muito verdadeiras e falas que nos animam à luta por um Brasil melhor, por uma sociedade melhor, sem racismo, sem preconceito, uma sociedade de iguais, efetivamente, uma sociedade democrática.

Queria muito agradecer, renovando o pedido e o convite para o lançamento, segunda-feira, dia 28, no Teatro dos Bancários.



Muito obrigado.
Obrigado Senador.
É isso. (Palmas.)

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vocês ainda terão hoje – são 13h46... (Fora do microfone.) ... um sacrifício e um presente. O sacrifício é ouvir o discurso oficial que eu tenho de fazer em nome da Casa. E o presente é que quem vai encerrar – ele está aqui ainda, não é? Para não me deixar mal. Está aqui – a sessão será o nosso querido cantor Denilson, com a música Primavera, de Tim Maia.

Segure aí, Denilson. É uma notícia boa e uma ruim; primeiro, a ruim. A boa será você no encerramento. Só um minutinho, pessoal, mas eu o farei o mais rápido possível.

Em nome do Presidente do Senado e da Presidência da Comissão de Direitos Humanos, no encerramento desta sessão, fazemos o seguinte pronunciamento: no último domingo, lembramos todos o dia 20 de novembro, Dia de Zumbi dos Palmares.

A celebração da consciência negra, contudo, para muito além das questões pessoais ou do interesse do conjunto de afrodescendentes, é algo a ser relembrado e comemorado por toda a sociedade brasileira.

Senhoras e senhores, a despeito das tantas mazelas presentes em nossa história, no fio dos séculos, desde a chegada dos portugueses até a atualidade, a miscigenação representa um verdadeiro ativo de nossa cultura, que é real. O encontro de tantos povos nas terras brasileiras resultou nesse povo lindo, com a participação fundamental do povo negro e com uma mentalidade aberta e inclinada à aceitação das diferenças.

Dos portugueses, herdamos a língua mãe, as instituições e a curiosidade para desbravar o mundo e investigar o novo. Poucos povos apresentaram tamanha coragem para transpor os mares e caminhar em terras desconhecidas.

No Brasil, foi a nefasta escravidão que garantiu a Portugal o sucesso na impressionante tarefa de domínio da monumental colônia na América do Sul.

A cultura portuguesa, todavia, guarda uma saudade lacrimosa e um recato entristecido, tão bem retratados nas melodias do fado. Eis porque o brilhante escritor Jorge Amado, certa vez, afirmou terem sido os negros os que nos salvaram da melancolia dos portugueses.

Longe de nós – entendam bem –, senhoras e senhores, Senadores e Senadoras, aqui reforçar qualquer tipo de estereótipo ou opinião negativa em relação ao povo português, que nós tanto conhecemos, mas a verdade é que a carga humana dos navios negreiros despejou, em nosso litoral, muito mais do que os braços para o cultivo da terra. O que de mais valioso nos chegou foi toda uma luz bela, bonita, de culturas africanas, que, imersas na dor do trabalho forçado e no sentimento de saudade da terra, souberam imprimir máxima expressividade à nossa cultura tão solar.

Somos, de fato, uma terra de enormes expressões culturais; somos esse samba longínquo esculpido em tambores e percussão imemoriais, porém cantado na expressiva língua de Camões. Somos, sim, a África; somos, sim, a Europa; somos, sim, um povo formado por italianos, alemães, portugueses, espanhóis e por tantas etnias; somos a Ásia dos japoneses que aqui também chegaram no início do século XX; somos o povo formado pelos indígenas; somos os povos que chegaram aqui não só da África, mas também dos cinco continentes. O Brasil, como eu disse antes, acolhe todos os continentes, todos que aqui chegaram.

Fiquem com a canção de um cantor e poeta brasileiro que diz que o mundo cabe num abraço, e esse abraço o Brasil tem dado a muitos imigrantes que estão chegando ao País. Espero que eles encontrem aqui a sua nova pátria. A nossa luta pelos direitos humanos, podem crer, não tem fronteira, porque, afinal, pátria somos todos!

Muito antes do que conhecemos como história da humanidade, já se desenrolava neste Planeta uma história...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... geológica talvez só perceptível aos olhos de Deus.

E, antes deste minúsculo Planeta azul se configurar como no presente, havia, em sua superfície quente, a imensa massa de terra denominada Pangeia, que, então, reunia os cinco continentes, tal qual sabemos.

Mesmo ao exame vivaz de uma criança na interpretação cuidadosa do globo terrestre ou do mapa-múndi, não escapa a perfeita coincidência do recorte da pátria mãe, África, com a silhueta da América do Sul, que da África se desprendeu na noite dos tempos.



Terras e mares moveram-se no passado e ainda se movem, porém o Brasil e a África jamais se desprenderam, porque apresentam forte amarração espiritual, afetiva e intelectual.

Hoje, aqui, tanto quanto reconhecer em um País edificado no modo de produção escravista e agrário-exportador, reconhecemos a imensa felicidade de nossa pluralidade.

Celebramos o reflexo humano de nossos olhos e faces nos olhos e faces de mulheres e homens diferentes de nós, e, a um só tempo, tão iguais a nós. Sim, tão iguais a todos nós.

Senhoras e senhores, a consciência negra tem como preceito básico a liberdade que, por sua vez, tem como pré-requisito políticas de igualdade.

Liberdade e igualdade são os ideais da força predominantes na trajetória do grande Zumbi, um inquestionável símbolo da grande luta dos negros contra a escravidão. Zumbi, sim, Zumbi, para mim, foi o maior líder de todos os tempos da história deste País. Zumbi dos Palmares já sabia que outro mundo é possível; por isso, lutou por um quilombo igualitário. No Quilombo de Zumbi dos Palmares, negros, brancos e índios, todos eram bem vistos, e ele os recebia.

Enfim, amigos, nesta sessão especial, o Senado Federal homenageia, personalidades que se destacaram na luta tão bem representada pela figura daquele líder negro, mas que revelou outras figuras notáveis; figuras como a de um homem que tão bem utilizou as tribunas do Congresso como Deputado Federal e como Senador da República, alguém que se tornou um dos mais importantes ativistas dos direitos do Brasil e do mundo; um idealista que escolheu a luta contra a discriminação e contra o preconceito como a razão de sua própria vida; um poeta, um ator, um escritor, um artista, um professor universitário, um secretário de Governo, um Parlamentar, tudo isso, mas, acima de tudo, um incansável lutador, um guerreiro na defesa da cultura e da igualdade de direitos para a população afrodescendente. Refiro-me, claro, ao único e grande líder, a quem eu peço uma salva de palmas, Abdias do Nascimento. (*Palmas.*)

Abdias Nascimento, receba, lá no alto, as palmas desta sessão.

A concessão da Comenda Senador Abdias Nascimento consolida, por parte desta Casa, o reconhecimento dessa magnífica figura, mas é ainda uma insígnia destinada a homenagear pessoas ou organizações que têm oferecido contribuições relevantes à proteção e à promoção da cultura afro-brasileira.

Este ano, o Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento, que tenho a honra de presidir, decidiu agraciar, em sua 3ª edição, o Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso (Imune), o cantor Lazzo Matumbi – ambos nos brindaram com belas oratórias, tanto a representante do Mato Grosso como também o cantor Lazzo Matumbi –, a atriz Zezé Motta e o percussionista Naná Vasconcelos, *in memoriam*.

Fundado em 2002, o Imune se autodefine como uma organização social que tem como objetivo orientar dinamicamente o processo de crescimento das mulheres negras. Para além desta modéstia, de fato o Imune consolidou-se como uma organização sem fins lucrativos, que prioriza as questões de gênero, sem abrir mão de buscar o reconhecimento dos valores históricos, sociais e culturais das comunidades afrodescendentes de Mato Grosso e do Brasil.

Verbete do Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira, refiro-me, agora, ao grande Lazzo Matumbi. Baiano de Salvador, mas um menino de Cotelândia, não fugiria jamais do destino e da sua própria história – de soteropolitano a afrodescendente, cantor e compositor, poeta com vários álbuns gravados, sendo um deles classificado como um dos 100 melhores CDs do Brasil no ano de 2013. Lázaro Jerônimo Ferreira, o Lazzo, em 1978 foi convidado para integrar o Ilê Aiyê. Depois de alguns anos, dedicou-se a fazer ação social dentro do carnaval de Salvador. Pensando na importância do trabalho coletivo para que a comunidade negra continue conquistando dias melhores, criou o seu próprio bloco, Coração Rastafari, que troca alimentos não perecíveis por camisas, sempre tocando reggae e o coração dos brasileiros.

Vamos em frente.

“Tem gente que me chama Xica, outros de Zezé, podem me chamar como quiser”, essa é a nossa Zezé Motta, que, em 2017, sentirá a emoção de ser homenageada na Marquês de Sapucaí. A Escola de Samba Acadêmicos do Sossego, de Niterói, escolheu, como tema do seu próximo enredo, “Zezé Motta – A Deusa de Ébano”. Nada mais justo em se tratando dessa fluminense de Campos, mas carioca da Gema desde os dois anos de idade. Aluna do tablado, começou a carreira de atriz em 1967, estrelando a peça Roda Viva, de Chico Buarque. Zezé, Zezé, além de se imortalizar como Xica da Silva, atuou em incontáveis obras artísticas, peças de teatro, telenovelas, filmes, shows, discos, sendo considerada uma das mais importantes atrizes negras do Brasil.

Um dos maiores percussionistas da música mundial, Juvenal de Holanda Vasconcelos, nosso querido Naná, que morreu em 9 de março deste ano, é uma referência internacional. Naná Vasconcelos venceu oito prêmios Grammy e também foi escolhido pela revista americana DownBeat, em oito oportunidades, como o melhor percussionista do mundo. Responsável por quase toda a trilha sonora de *O Menino e o Mundo*,



animação brasileira de Alê Abreu indicada ao Oscar de 2016, Naná, em 2013, ao ser o grande homenageado do Carnaval do Recife, declarou: "Ser homenageado vivo já é uma vitória; na minha terra, são duas. O que mais posso querer?" Infelizmente para nós, não deu tempo, Naná. Mas você está aqui entre nós, tão presente que dispensa maiores comentários. Dada sua grandeza, meu caro doutor *honoris causa* pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, o seu percussivo nome ecoará sempre em nossas mentes – não apenas nesta sessão, mas por toda nossa existência.

Por tudo isso eu digo: vida longa, vida longa aos ideais de Abdias Nascimento! Vida longa, vida longa aos discípulos de Abdias Nascimento! Que as causas de Abdias Nascimento se eternizem nas nossas lutas.

Gostaria muito, muito que a humanidade fosse uma aquarela, em que todas as cores brilhassem de forma natural, numa grande integração – até porque os grandes diamantes se confundem pela beleza das cores, sejam brancos ou sejam negros.

Adoro tanto a visão do encontro de raças, que termino esta minha fala com um poema de canção que tem norteado muito também o meu próprio caminhar ao longo da minha vida. Eu só acredito num Brasil novo, numa grande Nação, quando negros, brancos e índios sentarem à mesma mesa e comerem do mesmo pão – parafraseando Martin Luther King. Por isso, esse é o eixo deste meu pronunciamento.

Termino lendo um poema, que é uma verdadeira canção, que leva o nome de Eu só peço a Deus, imortalizado na voz de Mercedes Sosa, La Negra, na minha visão de que os direitos humanos não têm fronteira:

Eu só peço a Deus
Que a dor não me seja indiferente
Que a morte não me encontre um dia
Solitário, sem ter feito [tudo] o q'eu queria

Eu só peço a Deus
Que a injustiça não me seja indiferente
Pois não posso dar a outra face
Se já fui machucada brutalmente

Eu só peço a Deus
Que a guerra não me seja indiferente
É um monstro grande e pisa forte
Toda a pobre inocência dessa [nossa querida] gente

Eu só peço a Deus
Que a mentira não me seja indiferente
Se um só traidor tem mais poder que um povo
Que este povo não esqueça facilmente

Eu só peço a Deus
Que o futuro não me seja indiferente
Sem ter que fugir desenganando
Pra viver uma cultura diferente

E termino com a última estrofe, que cai muito neste momento:

Eu só peço a Deus
Que a mentira não me seja indiferente
Se um só traidor tem mais poder que um povo
Que este povo não esqueça facilmente

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

Está encerrada a nossa sessão de homenagem com a fala – tenho certeza – emocionante, na voz do querido Denilson, lembrando Tim Maia, com a música Primavera.

(*Procede-se à interpretação da música.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande Denilson Bhastos!

Uma salva de palmas de pé para o Denilson por essa bela interpretação! (*Palmas.*)

Está encerrada a sessão de homenagem ao nosso líder inesquecível, o grande Abdias Nascimento.



Palmas ao movimento e à consciência negra. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 14 horas e 07 minutos.*)



181ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 24 de novembro de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Deca e Paulo Rocha, da Srª Regina Sousa,
dos Srs. Reguffe e Lindbergh Farias e da Srª Gleisi Hoffmann.*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 44 minutos e encerra-se às 19 horas e 25 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:



REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

181ª Sessão Deliberativa Extraordinária Período: 24/11/2016 07:00:00 até 24/11/2016 20:35:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PSDB	MG	Aécio Neves	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X
PV	PR	Álvaro Dias	X
PP	RS	Ana Amélia	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X
PSB	SE	Antonio C Valadares	X
PTB	PE	Armando Monteiro	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X
PP	AL	Benedito de Lira	X
PR	MT	Cidinho Santos	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
PPS	DF	Cristovam Buarque	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X
PMDB	SC	Dário Berger	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X
PSDB	PB	Deca	X

Emissão 24/11/2016 20:33:32



Partido	UF	Nome Senador	Presença
PMDB	MA	Edison Lobão	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X
PMDB	AM	Eduardo Braga	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X
PMDB	DF	Hélio José	X
PP	RO	Ivo Cassol	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X
PT	AC	Jorge Viana	X
PSDB	SP	José Aníbal	X
PMDB	PB	José Maranhão	X
PT	CE	José Pimentel	X
PDT	RS	Lasier Martins	X
PSB	BA	Lidice da Mata	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X
PR	ES	Magno Malta	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PDT	RO	Pastor Valadares	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
PSC	MS	Pedro Chaves	X
PSDB	MA	Pinto Itamaraty	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X
PT	PI	Regina Sousa	X
	DF	Reguffé	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X
PDT	RR	Telmário Mota	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X
PSC	SE	Virgílio de Carvalho	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X
PP	GO	Wilder Morais	X
PTB	MG	Zézé Perrella	X

Compareceram 66 senadores.



ATA

O SR. PRESIDENTE (Deca. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**vide Parte II do sumário**)

Convido o Senador Alvaro Dias para o seu pronunciamento.

Requerimento de urgência:

Requeremos, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2016, que altera a remuneração de servidores públicos, estabelece opções por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho às aposentadorias e pensões e dá outras providências.

Sala das sessões, Senador José Medeiros (PSDB) e outros. (**RQS 892/2016 - vide item 4.1.4 do sumário**)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, sempre houve necessidade, mas agora, mais do que nunca, é imprescindível tentar preservar a imagem desta instituição, o Parlamento brasileiro.

Quantas vezes, por atos isolados, o Parlamento é achincalhado na opinião pública brasileira e nós não temos como negar razão ao achincalhe quando, em várias ocasiões, há ações que depõem contra o bom conceito da instituição parlamentar.

Sempre propugnamos pela tese de que é preciso distinguir uns dos outros e separar a instituição dos seus integrantes. Nós somos passageiros, transitórios, circunstanciais, substituíveis. A instituição, não; ao contrário, ela é permanente, insubstituível, definitiva e deve ser preservada em nome da democracia.

Hoje nós assistimos ao achincalhe, às tentativas sorrateiras, algumas expostas, outras clandestinas, com o objetivo de driblar a opinião pública naquilo que para ela hoje é mais sagrado: a limpeza ética que se exige no Brasil, com a mudança da legislação, para impor maior rigor no combate à corrupção.

Assiste-se lá na outra Casa – e nós não queremos generalizar, porque lá estão os que combatem evidentemente a corrupção com absoluta franqueza, expondo-se diante das circunstâncias –, mas não há como negar a existência daqueles que, talvez alcançados já pelas investigações, trabalham clandestinamente para deformar a legislação que veio proposta pelo Ministério Público e avalizada por mais de 2 milhões de brasileiros, num projeto de iniciativa popular. Sabe-se que na madrugada se armaram reuniões, o conluio se estabeleceu. Há tentativas ainda hoje, à luz do dia, de se alterar a proposta original, sobretudo na esperança de se conceder anistia ao crime de caixa dois.

Alguns argumentam que apenas a aprovação do que está na proposta que está submetida à Câmara dos Deputados significaria a anistia para os fatos passados. É um grande equívoco. Apenas com a redefinição de um novo tipo penal, um crime não desaparece. Não há, portanto, que se falar em anistia nesse caso. O ato ilícito continua ilícito. Trata-se de um caso onde se aplica o princípio da continuidade típica: os crimes anteriores são enquadrados no tipo penal existente, e os crimes posteriores, praticados sob a vigência da nova lei, serão enquadrados no novo tipo penal. Essa é a interpretação que considero mais lúcida. Cada crime segue a lei vigente do seu tempo. A sucessão de leis incriminadoras jamais significou e não significa anistia. Para existir uma anistia, é necessária previsão expressa.

Talvez por isso as articulações prosseguem na Câmara dos Deputados, para, no Plenário daquela Casa, quem sabe, aprovarem um dispositivo que conceda anistia ao crime de caixa dois praticado no passado, sobretudo sob o impacto de uma nova delação premiada que se anuncia bombástica. Há pânico, sim, no meio político brasileiro, em razão do que se anuncia. É por essa razão que nós temos que adotar essa postura de cautela, de reflexão, de prudência, respeitando o que se passa na sociedade brasileira. É preciso fazer a leitura correta do que é prioritário para o povo do nosso País neste momento.

O portal G1 publicou, hoje, matéria informando que o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, ao ser questionado se na votação do pacote de medidas de combate à corrupção poderia ser apresentada emenda para anistiar quem praticou caixa dois antes da edição da lei, respondeu: “Não tem anistia para um crime que não existe”.

A meu juízo, e com todo respeito ao Presidente da Câmara, a interpretação esbarra na existência de diversos crimes já previstos, como o de corrupção e lavagem de dinheiro.

Mas não é só isso. O texto da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que instituiu o Código Eleitoral, prevê,



em seu art. 350, que:

Omitir em documento público ou particular declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir, declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita para fins eleitorais:

Pena - reclusão de até cinco anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa, se o documento é público, e reclusão até três anos e pagamento de 3 a 10 dias-multa se o documento é particular.

Parágrafo único. Se o agente da falsidade documental é funcionário público e comete um crime, prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, a pena é agravada.

Em relação às dez medidas – que passaram a ser 17, e depois, recuaram para 12 ou 13 – de combate à corrupção, teremos oportunidade, Senadores, no Senado Federal, de debater esse conjunto de medidas que tem por objetivo um combate mais rigoroso à corrupção no País.

Temos legislação para o combate à corrupção, e o cumprimento desta legislação existente já está levando para a cadeia poderosos que, até então, se encontravam impunes por ausência de rigor na investigação e no julgamento, não pela ausência de legislação compatível.

O que está demonstrado hoje é que legislação há. Lei existe. O que não existia, talvez, era o rigor imposto pelas autoridades judiciais, que hoje o impõem. Hoje, sim, há rigor. É por essa razão que as autoridades judiciais do nosso País, envolvidas sobretudo com a Operação Lava Jato, são aplaudidas pela sociedade brasileira.

No Senado, já nos debruçamos sobre matérias que dizem respeito às prioridades da população. Na próxima quarta-feira, por exemplo, a Comissão de Constituição e Justiça deve apreciar a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, apresentada em 2013.

Essa proposta é emblemática, porque diz respeito à eliminação de um privilégio que nós consideramos deplorável, sobretudo porque se exige...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – ... nessa passagem do Brasil do presente para o Brasil do futuro o despreendimento daqueles que, exercendo mandatos, devem dar o bom exemplo e não se colocarem no pedestal da impunidade, sujeitos a um julgamento especial pelo Supremo Tribunal Federal, que, muitas vezes, é impedido de julgar pelas circunstâncias – são 11 Ministros, com mais de 22 mil autoridades alcançadas pelo privilégio do chamado foro privilegiado.

E é humanamente impossível exigir celeridade em alguns desses casos, e, por isso, um terço deles prescreve. Não há nenhuma justificativa no Brasil de hoje para se rejeitar uma proposta dessa natureza, que significa a manifestação de boa vontade política acima de tudo, porque todos nós estamos nos utilizando do espírito de sinceridade quando pregamos mudanças radicais para a construção de um país diferente.

A outra questão, Sr. Presidente, diz respeito ao chamado abuso de autoridade. Eu tenho de lamentar profundamente o fato de se colocar matéria de tal importância de forma atropelada. É descabido tentar votar precipitadamente uma matéria que vai exigir debate.

Ninguém se recusa a debater o abuso de autoridade, uma legislação moderna, já que esta está superada, mas é preciso, em respeito à sociedade brasileira, eleger as prioridades deste momento, e, certamente, esta não é a prioridade. A prioridade, é preciso repetir sempre, é a Operação Lava Jato, como símbolo emblemático de um momento de mudança no País.

É isto que o povo brasileiro exige: que valorizemos, que apoiemos e que preservemos as autoridades judiciais para que elas possam cumprir o seu dever. Eventualmente, pode existir algum abuso, mas, certamente, ele é insignificante diante do abuso da corrupção que, lastimavelmente, alcançou o organismo público neste País de forma a dilacerar as suas entradas. Não há como estabelecer um parâmetro de comparação entre um eventual abuso de uma autoridade e esse abuso cometido por outras autoridades que assaltaram os cofres públicos deste País.

Portanto, não é hora para essa votação. Já me manifestei diversas vezes sobre esse assunto e, mais uma vez, trago à tribuna o meu protesto contra esta iniciativa de se pautar para a votação, em regime de urgência, extinguindo a prerrogativa da Comissão de Constituição e Justiça de analisar com antecedência matéria dessa importância. Pretende-se extinguir a Comissão de Constituição e Justiça, trazer as matérias polêmicas, apressadamente para o plenário do Senado Federal para driblar a opinião pública brasileira, que não deseja essa discussão agora?

Depois da Operação Lava Jato, quem sabe já no próximo ano, seria possível, com tramitação normal, ordinária, passando pela Comissão de Constituição e Justiça, e nós poderíamos produzir uma lei melhor.



Não se produz uma boa lei num ambiente de revanche, sob pânico de investigações em curso que alcançam Parlamentares. Não! Não se produz uma boa lei nesse ambiente.

Por isso, Sr. Presidente, mais uma vez, registro desta tribuna a minha insatisfação em relação a essa iniciativa e a esse procedimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deca. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Obrigado pelo seu pronunciamento, Senador Álvaro Dias, um pronunciamento muito importante para a Nação brasileira.

Quero convidar para fazer uso da palavra o Senador Ricardo Ferraço, para uma comunicação inadiável. Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores. Foi grande o esforço para que, na última sessão da Comissão de Constituição e Justiça, nós finalmente dessemos um fim a isto que vem se transformando no País, ao longo dos anos, em um escudo, em um biombo, de modo a permitir que pessoas busquem na política ou nos mandatos populares um biombo, um escudo para se afastarem dos seus crimes comuns.

Eu estou me referindo ao foro privilegiado, que, no Brasil, se banalizou e se transformou, na prática, em uma imoralidade. É esse tema, Sr. Presidente, que quero abordar na tarde desta quinta-feira.

Não conseguimos, Líder Aloysio Nunes Ferreira, votar essa matéria na última quarta-feira. Não conseguimos a inversão de pauta, mas conseguimos o compromisso da parte do Senador Maranhão – o nosso Presidente da Comissão de Justiça – de que, na próxima quarta, este será o primeiro item da pauta. E, assim sendo, nós estaremos enfrentando esse debate de maneira absolutamente destemida.

O foro especial por prerrogativa de função, mais conhecido como foro privilegiado, é o instrumento pelo qual os tribunais específicos têm o poder de processar e julgar determinadas pessoas ou grupos de pessoas.

No Brasil, o foro privilegiado já vem de muito longe e hoje se apresenta como um remédio que, graças à dosagem extrema com a qual é apresentado, já virou há muito veneno e deixou de ser remédio.

Mas quem surgiu primeiro no País? A nossa Constituição ou o foro privilegiado? Os dois nasceram juntos. Logo na primeira Constituição do País, promulgada em 1824, no Império ainda, o foro privilegiado já estava lá marcando presença. Vejamos o que diz o art. 47 da nossa primeira Constituição Federal. Aspas:

Art. 47. É da atribuição exclusiva do Senado:

I - Conhecer dos delitos individuais, cometidos pelos membros da Família Imperial, ministros de Estado, conselheiros de Estado e senadores; e dos delitos dos deputados, durante o período da Legislatura.

Agora, vejamos o absurdo adicional aos olhos de hoje: outro artigo da Constituição de 1824, a nossa primeira Constituição Federal, o seu art. 99, com relação à figura do imperador, que era inimputável.

Diz o artigo, Senador José Aníbal: "A Pessoa do Imperador é individual e sagrada: ele não está sujeito a responsabilidade alguma". Isso era o que prosperava em 1824.

Ao Supremo Tribunal de Justiça, à mais alta Corte da época, a Constituição reservava o seguinte papel: "Conhecer dos delitos e erros do Ofício que cometem os seus ministros, [...] os empregados no Corpo Diplomático e os Presidentes das Províncias" – equivalentes hoje aos governadores de Estado.

Portanto, essa coisa do foro privilegiado nasce com a nossa primeira Constituição Federal, e todas elas, ao longo da República, vêm se arrastando e ganhando em cada momento sentidos de banalização.

A partir daí, o que ocorreu? O foro privilegiado não apenas continuou como também se ampliou largamente ao longo das nossas seis Constituições republicanas. Na Constituição de 1988, o instrumento atingiu o seu ápice, o topo, contemplando enorme leque de autoridades num patamar sem equivalência em parte alguma do mundo.

Após debate intenso entre Constituintes, a atual Constituição, apesar de ser considerada a mais democrática de todas elas, não prevê expressamente vedação de foro privilegiado; muito pelo contrário, a Constituição cidadã acabou sendo muito generosa no quesito foro privilegiado, ampliando o fosso entre a maioria da população e uma parcela minoritária de privilegiados.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O resultado dessa banalização é que atualmente são 22 mil pessoas pelo menos em todo o Brasil que gozam desse privilégio, meio como que criando cidadãos de primeira e de segunda classe, pessoas que gozam de um inaceitável privilégio de responder a processos criminais diretamente a tribunais especiais e não a um juiz comum, de primeiro grau,



fortalecendo, inclusive, a figura e a pessoa do juiz natural.

Eu não estou me referindo aqui à chamada imunidade material, mas a crimes comuns. São protegidos pelo foro especial não apenas políticos, não apenas Presidente e Vice-Presidente da República, ministros, deputados estaduais, Deputados Federais, Senadores, comandantes das Forças Armadas, governadores, prefeitos, mas não apenas isso. Também juízes de primeiro grau, juízes dos Tribunais Superiores, juízes federais, desembargadores federais e membros, em toda a sua inteireza, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas. Na prática, não é difícil chegar à conclusão de que o foro privilegiado no Brasil se transformou numa farra, e essa farra tem potencializado a impunidade. Essa é que é a verdade.

Conforme o cargo que ocupam, esses brasileiros são julgados por Tribunais de Justiça dos Estados, Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e até mesmo pela mais alta Corte do nosso País, o Supremo Tribunal Federal, inclusive em um desvio absoluto daquilo que a Constituição preserva para a nossa maior Corte. Ou seja, esses temas não deveriam e não podem continuar trabalhando no congestionamento da nossa mais elevada Corte. É algo intolerável.

Precisamos acabar com essa verdadeira farra do foro privilegiado, até porque o art. 5º da Constituição Federal estabelece que todos os cidadãos são iguais perante a lei, mas o foro privilegiado é uma exceção imoral, que acabou virando regra e não exceção. Na República, a lei nos iguala ou pelo menos deveria nos igualar.

Estamos aqui a avaliar um instrumento que nega a igualdade e exalta a impunidade para nós Parlamentares. Que prerrogativas deveríamos ter para o exercício das nossas tarefas, que são delegadas pela população brasileira? Evidentemente só as que garantem a palavra para firmar nossas convicções, sem qualquer tipo de censura.

É excesso qualquer prerrogativa para além do limite da chamada imunidade material, que torna invioláveis as nossas opiniões, as nossas convicções, por qualquer que sejam elas. Esse é o limite daquilo que nós precisamos para o exercício dos nossos mandatos em favor da sociedade brasileira, até porque, Senador José Aníbal, mandato não é propriedade particular de quem o exerce; mandato é propriedade da sociedade. Nós recebemos uma delegação para atuar em seu nome e não podemos nos valer disso para continuarmos com esses excessos – e o foro privilegiado seguramente é um desses excessos.

Falemos aqui, então, em bom português: o foro privilegiado serviu e serve até hoje de biombo para ocultar delitos praticados por uma minoria, como escudo para retardar ou anular punições, porque as prescrições, aos montes, estão presentes no julgamento no Supremo Tribunal Federal.

Há hoje, no Supremo Tribunal Federal, 84 inquéritos envolvendo 53 Deputados e Senadores e que se tornaram ações penais no Supremo Tribunal Federal. Elas estão, em média – creiam V. Exas ou pasmem V. Exs –, há mais de sete anos sem previsão desfecho. Desse total de processos, 22 tramitam há mais de dez anos na instância do Supremo Tribunal Federal. Outros 37 casos já passaram de seis anos à espera de julgamento. O foro privilegiado afronta a democracia, a cidadania, quando se sabe também que só 16 dos mais de 500 Parlamentares...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... processados no Supremo Tribunal Federal, entre 1988 e o ano passado, foram condenados por crimes contra a Administração Pública.

Estamos, pois, diante de um sistema absolutamente falido, carcomido e esgotado. Os processos não andam, os tribunais não conseguem julgar os privilegiados, e a Justiça deixa de ser efetiva.

Em 2003, o Supremo Tribunal Federal levava, em média, 277 dias para julgar ações penais com foro privilegiado. Em 2016, são mais de 1.200 dias, um avanço de aproximadamente 400%, e o volume de ações novas subiu para mais de 150%.

Essa morosidade toda nos faz lembrar de Rui Barbosa quando afirmou certa vez que: "Justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta." É diante disso que nós estamos.

A ninguém, em nenhuma República, pode ser dado o privilégio de ser julgado em uma corte especial por crime comum. A lei nos iguala, pois a todos submete da mesma forma ou, pelo menos, deveria submeter. É das ruas que vem o clamor por mais igualdade de tratamento aos cidadãos, por uma Justiça eficiente e por mais decência no trato da coisa pública.

Portanto, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Senadores, é com essa expectativa que, na próxima quarta-feira, nós estaremos lá, não apenas eu, mas quero crer que o meu Partido, o PSDB, e todos nós que fazemos parte daquela Comissão, para que possamos estar em linha, brigando e brindando contra, naturalmente, a manutenção do foro privilegiado, que, no Brasil, banalizou-se e já ganha ares de criminalidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Senadores.



O SR. PRESIDENTE (Deca. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço, pela sua comunicação.

Convido o Senador José Aníbal para fazer o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Deca, Srs e Srs. Senadores, hoje pela manhã – e mesmo depois do meio-dia –, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, houve um excelente debate sobre um projeto que estamos em vias de votar. E espero que possamos votá-lo na semana que vem. É um projeto que permite a securitização de dívidas públicas, sejam elas federais, estaduais ou até municipais.

São dívidas que já foram parceladas e que, de acordo com esse projeto, poderão ser negociadas dentro de critérios muito claramente estabelecidos, de tal forma que haja uma antecipação desses recebimentos. E a antecipação desses recebimentos será negociada no mercado, para que o Governo Federal e os governos estaduais possam fazer um uso que seja estimulador, incentivador da reanimação da atividade econômica.

Esteve lá hoje o Presidente da ABDIB (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base), que é muito voltada para a infraestrutura, um setor em que precisamos reativar fortemente os investimentos, para que isso possa estimular o emprego rapidamente. E ele, além de muitas outras intervenções, fez uma ponderação muito objetiva, no sentido de que, através desse mecanismo de securitização, Líder Aloysio Nunes, o Governo poderá constituir um fundo para estimular o investimento na área de infraestrutura. O Governo poderá reunir um recurso expressivo, que seria um estímulo, uma garantia, para o investimento em estradas, em ferrovias, em portos, em aeroportos, em todo o tipo de infraestrutura de que o Brasil carece muito.

O Brasil vive hoje um déficit de infraestrutura que penaliza a competitividade, penaliza a inovação, porque tira essa competitividade de modais muito precários que nós ainda temos. E eles podem ser modernizados, podem ser ampliados rapidamente com expressivos investimentos na área de infraestrutura.

Eu acho que nós todos aqui, que estamos em busca, Senador Deca, de caminhos para começarmos a reverter esse quadro de recessão, de grave crise – em que fomos jogados pelo regime anterior, pelos governos anteriores –, devemos estar atentos e, por isso mesmo, comprometidos com a votação, na semana que vem, desse projeto, de autoria do Senador José Serra, que, neste momento, ocupa o Ministério das Relações Exteriores.

Securitizar dívida é caminhar para assegurar mais rapidamente ainda a recuperação do emprego no Brasil.

Também queria, Sr. Presidente, pela oportunidade, falar que protocolei, na Mesa Diretora, na Secretaria-Geral da Mesa, uma proposta de emenda à Constituição – da qual eu sou apenas o primeiro signatário, outros 40 Senadores assinaram essa proposta – que estabelece definitivamente critérios claros, rígidos e objetivos, para o valor máximo da remuneração do setor público em qualquer área – Executivo, Legislativo ou Judiciário.

Nós já vimos aí todos os exemplos; não vou perder tempo – não é perda de tempo, mas, enfim... – reiterando a menção de salários que vão muito além do limite estabelecido por lei – o limite é o vencimento dos Ministros do Supremo Tribunal Federal –, que sistematicamente sofre transgressão.

Agora mesmo, eu vi uma instância do Judiciário do Piauí que se atribuiu uma renda adicional de duzentos e poucos milhões de reais. É realmente um insulto! São os penduricalhos de auxílios, de auxílio-moradia, auxílio-alimentação, auxílio-educação, tudo aquilo que vai transgredindo o teto e se sobrepondo a ele.

Há um trabalho já sendo feito no Senado. Uma comissão, da qual eu participo, está discutindo sobre o extra-teto, procurando encontrar caminhos para já termos um resultado de diminuição desse gasto irresponsável e inaceitável, mas é muito importante que caminhemos também para uma proposta de emenda à Constituição que, de forma muito transparente, curta e grossa, objetiva, crie uma situação em que o extra-teto se torne praticamente impossível.

Eu quero deixar claro, inclusive, Sr. Presidente, que eu não estou generalizando. Não estou dizendo que a professora, que se dedica a educar nossas crianças, ou o policial, que corre riscos para proteger nossas famílias, ou os médicos, que diuturnamente, sob as piores condições às vezes, salvam vidas em nossos hospitais, são objetos dessa emenda constitucional dos supersalários. Não, claro que não.

Esses trabalhadores do setor público passam longe desses privilégios, muito longe. O que estamos a combater são os excessos daquilo que venho chamando de aristocracia do setor público, restrita a alguns segmentos que pretendem ter rendimentos muito superiores à capacidade de pagamento de impostos da sociedade, que já são muito elevados.

Toda vez que pagamos salários injustos no setor público, a vítima é o cidadão, é o contribuinte e é o emprego em boa parte das vezes.

Sr. Presidente, eu queria também, na oportunidade de hoje, estabelecer um debate – que eu espero



que seja saudável – com a oposição, recuperando os números e as informações que sistematicamente tenho usado aqui.

A oposição, a meu ver, anda muito temerosa com a aprovação próxima da emenda à Constituição que estabelece um teto – absolutamente razoável com esse quadro de recessão que o País vive – para o crescimento do Orçamento do ano que vem, que será da ordem de 7% – mais ou menos a inflação deste ano projetada, no ano que vem, sobre o Orçamento; não a inflação projetada para o ano que vem. Essa nós queremos que seja abaixo de 5%.

Esse procedimento tão singelo significou para eles uma fantasia permanente de que estamos retirando dinheiro disso, daquilo, fragilizando os recursos para a área social, educação e saúde. E nós já mostramos aqui as mentiras que estão presentes nisso. A área da saúde vai ter mais do que os 7% de correção automática; vai ter, sobre a base a ser corrigida, mais R\$10 bilhões, acrescentados por um percentual maior que eles vão ter no Orçamento a partir de agora.

De qualquer maneira, com relação à dívida pública, eu disse ontem que esses governos lulopetistas destruíram as contas públicas no Brasil. Eles usaram números para dizer que não.

Eu trago aqui a informação objetiva.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu ontem disse que, entre 2013 e 2016, a dívida, como porcentagem do PIB, do conjunto de riquezas produzidas no País, já passou de 52% – estou arredondando, 51,7% – em 2013, para 72% em 2016. São 20 pontos percentuais em quatro anos.

Projetando sem essa emenda à Constituição que estabelece um teto para a correção do Orçamento do ano que vem, nós chegaremos a uma dívida em 2022, Presidente Deca, de 102% do PIB, ou seja, a dívida interna do Brasil seria maior do que todas as riquezas produzidas no Brasil naquele ano.

Com esta emenda à Constituição, que põe um freio ao crescimento descontrolado dos gastos públicos, nós vamos chegar a 2022 não com 102% de dívidas sobre a produção, nós vamos chegar com 85% – 17 pontos percentuais a menos.

Aí, a oposição objeta: “Não, mas a dívida do Japão é de 240% do PIB; a dívida dos Estados Unidos é de 105% do PIB; do Reino Unido, da Inglaterra, 91%; do Canadá, 87%”, e por aí vai. Esses são países fortemente desenvolvidos. O Japão é um país fortemente desenvolvido e com uma distinção: os juros reais do Japão são de -1,1% – não são mais; são menos, -1,1%! Ele diminui a dívida, a cada ano, para aqueles que têm títulos da dívida pública japonesa. O juro da dívida, nos Estados Unidos, é de -1,5%. É claro que esses números podem mudar, mas jamais vão chegar a este nível em que está o Brasil: 8,5%. Mais uma das heranças do lulopetismo.

“Ah, mas nós abaixamos.” Abaixaram irresponsavelmente, como fizeram com tudo. Criaram momentos de felicidade, para, depois, vir este momento de desesperança e de crise que estamos vivendo.

A dívida do Brasil se ajusta em 8,5% ao ano. Ou nós realmente derrubamos essa inflação, derrubamos a taxa de juros e pombos fomos fim a uma gastança irresponsável, ou nós vamos perder o controle da dívida. E esse seria o pior dos mundos; o Brasil passaria a ser considerado um País sem condições de receber qualquer tipo de investimento.

Isso é o que eu queria argumentar.

Queria que eles estivessem aqui para contrapor os seus argumentos, mas eu vou esperar que isso aconteça, amanhã ou na semana que vem, e vou voltar aqui com esses números.

Pela oportunidade, eu queria mencionar, inclusive, que houve referências ao governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o governo que fez o Plano Real e que deu rumo à economia brasileira.

O governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso teve uma evolução de receita e de despesas da ordem de 19,4% em 2002; o governo Lula terminou com 21,6%; e o governo Dilma, no ano passado, já estava em 23%. Esse número das despesas primárias, que e não consideram as despesas com juros, é indicativo de o quanto a ex-Presidente e o ex-Presidente fizeram crescer as nossas despesas primárias – seja de forma irresponsável, seja de forma não previdente.

Por quê? O Brasil tinha uma receita líquida de 5,2% no segundo período de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso; no primeiro período do governo Lula, a receita líquida do Brasil foi de 7,1%, ou seja, cresceu; e, no segundo período, de 2007 a 2010, foi de 9,1%. Por que cresceu? Pelo surto de crescimento do valor do preço das *commodities* – do minério, da soja, do algodão, do açúcar –, um tempo que passou.

Então, foram imprevidentes, gastaram! E não foi com investimento, Sr. Presidente Deca, não foi estruturando o País; foi com a gastança. Como a bonança terminou, a gastança está cobrando o seu preço, o seu custo.

(Soa a campainha.)



O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Resultado: de 2011 a 2014, os gastos primários cresceram muito acima da receita líquida – cresceram 3,8% –, e a receita líquida cresceu apenas 0,6%.

Então, eu queria e vou disponibilizá-los para a Mesa, inclusive para que possamos estabelecer uma saudável base de debate que tem, de minha parte, objetivo muito definido. Se aquele Governo Dilma tivesse continuado por mais dois meses, o Brasil quebraria. Se não estivéssemos fazendo, ao longo destes seis meses, tudo aquilo que temos feito, votação do teto para a correção do orçamento, da desvinculação de receitas da União, de medidas de microeconomia, de medidas como essa da securitização que devemos votar semana que vem e tantas outras, Sr. Presidente, não teríamos condições de empreender o movimento de recuperação da atividade econômica, e, dentro dessa recuperação, principalmente, a recuperação do emprego.

Por último, Sr. Presidente, quero manifestar minha identidade, minha solidariedade com o Senador Ferraço, que, há poucos minutos, fez uma fala bem contextualizada, mostrando a evolução histórica do mecanismo do foro privilegiado e assumindo uma posição que ele quer que seja uma posição partidária com relação à extinção do foro privilegiado.

Quero apenas ressalvar uma coisa: fui vítima de uma infâmia produzida por petistas. Foram o ex-Deputado Simão Pedro e o ex-Ministro da Justiça, da Presidente Dilma, que a transportaram. Só consegui mostrar a farsa, a fraude do que eles fizeram e ter um resultado final sobre essa infâmia ao longo de 15 meses, porque eu tinha o foro privilegiado. Com ele, consegui várias vezes solicitar ao Supremo que acelerasse o meu processo, não era nem processo, que acelerasse os pedidos feitos pela Procuradoria-Geral da República, que cometeu outra infâmia e admitiu uma mentira grosseira de que eu, como Deputado Estadual – nunca fui, sequer, candidato a Deputado Estadual –, teria feito isso ou aquilo, que, depois, foi negado por todos. Mas não foram negadas coisas, assim, aleatórias, mas em oitivas na Polícia Federal, que, por sinal, teve um comportamento extremamente objetivo. Pedi ao Diretor-Geral da Polícia Federal que promovesse o quanto antes as oitivas. Elas foram feitas, devolvidas ao Supremo, e, com base nisso, o Supremo se recusou a abrir qualquer investigação, porque não tinha procedência nenhuma aquela infâmia que tinha sido praticada.

Mas, apesar disso, concordo com a posição que foi anunciada aqui pelo Senador Ferraço. Acho que o Brasil exacerbou e levou ao extremo certas atitudes, certos comportamentos que têm como fundamento, eu não diria fundamento, mas, como estímulo generalizado, a licenciosidade associada a este Partido dos Trabalhadores. Essa licenciosidade fragilizou todos esses procedimentos, e vamos ter que refletir novamente sobre eles, inclusive nós vamos ter que extinguir alguns deles e ver como as coisas podem evoluir de uma forma que dê cada vez mais satisfação à sociedade sobre os eleitos e o comportamento dos eleitos no exercício dos seus mandatos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deca. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Quero agradecer o seu pronunciamento, o pronunciamento do Senador José Aníbal, um pronunciamento extremamente esclarecedor, e quero convidar o Senador Benedito de Lira, pela Liderança do PP, de Alagoas, para fazer uso da palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, na tarde de hoje eu desejo tecer alguns comentários a respeito da PEC 55, que está na pauta para que a gente possa apreciá-la, votando-a, no primeiro turno, no próximo dia 29.

Estamos diante de uma proposta da qual se diz um instrumento necessário e valioso para frear a trajetória de crescimento dos gastos públicos, retomar o equilíbrio das contas públicas, restaurar a sustentabilidade da dívida pública, reativar a confiança das forças produtivas, reduzir as taxas de juros e, por fim, contribuir para tirar o Brasil da crise.

A nós, Senadoras e Senadores, cabe agora a palavra a respeito da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016, que foi denominada PEC dos gastos públicos.

Mas, afinal de contas, o que vem a ser o novo regime fiscal proposto pela PEC? Que aspectos positivos trará para a sociedade brasileira? Que dimensões negativas acarretará caso aprovada?

Em resumo, esse novo regime fiscal estabelece por 20 anos um teto para os gastos primários da União. De 2017 em diante passam a ter como base os gastos efetivamente executados em 2016, com a possibilidade de correção, tendo como parâmetro a inflação medida pelo IPCA. A medida irá valer para os três Poderes. Pela proposta atual, os limites em saúde e educação só começarão a valer em 2018.

Especificamente, Sr. Presidente, para as áreas de educação e saúde, para 2017, os valores serão aqueles atualmente vigentes, sendo que, no caso da saúde, haverá um aumento de percentual mínimo na receita corrente líquida a ser investido de 13,7 para 15%.

Por outro lado, não entram nesse teto as transferências para Estados e Municípios previstas na Constituição Federal, nem despesas com calamidade pública ou aquelas destinadas à realização de eleições,



ou mesmo as utilizadas para capitalizar estatais. Entre as exceções estão, por exemplo, os *royalties* pela exploração de petróleo e outros recursos minerais e as cotas-parte do FPE e do FPM.

Quais são essas as exceções? E de que maneira impactam a educação? Para calamidade pública e investimento em estatais, não há previsão.

(Soa a campainha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Porém, para as outras há uma avaliação que, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, os gastos com transferências obrigatórias, créditos extraordinários e Fundeb corresponderão a cerca de 20% dos gastos totais em 2014 e 2015. A ideia é de que esses patamares não sejam reduzidos neste momento. Portanto, não haverá sacrifício para Estados e Municípios que dependem fortemente das transferências federais.

Nossa percepção, Srs e Srs. Senadores, é de que o ajuste fiscal é extremamente necessário. A política econômica levada a efeito desde 2003 cometeu graves distorções ao privilegiar determinadas escolhas que não se revelaram sustentáveis, apesar de aparentemente simpáticas aos eleitores. A esse respeito de estar com a política equivocada de isenções e incentivos fiscais concedidos pelo Governo Federal anterior a alguns segmentos do setor produtivo brasileiro – como foi o caso da indústria automobilística, para os carros novos; e da indústria de eletrodomésticos, para eletrodomésticos da linha branca, geladeiras e fogões –, qual era o sentimento naquela oportunidade, Sr. Presidente? Era de que, atendendo a esses setores produtivos da indústria branca e de automóveis, haveria a preservação do emprego. Era para preservar o emprego. Nem se preservou o emprego, e as vendas caíram. Consequentemente, ao meu ver, no meu entendimento, o que aconteceu ali foi fazer caixa para essas indústrias, o que não resolveu absolutamente nada e quebrou o País.

O fato, Sr. Presidente, é que os estudos a respeito do novo regime fiscal, particularmente as simulações realizadas pelos especialistas, permitem-nos constatar que, sim, haverá uma estabilização em casos estratégicos, como o da educação e da saúde, até porque os valores praticados em 2016 serão mantidos. Mas a questão fundamental é: se não iniciarmos de mediato a reversão da tendência observada nos derradeiros anos, a dívida pública crescerá de maneira incontrolável. Atualmente a relação dívida bruta-PIB é de 76%. Com a aprovação da PEC 55, de 2016, essa relação dívida bruta-PIB cairá em 2036, segundo projeções, para 37,3%, ou seja, estará em patamar compatível com a dívida dos países emergentes.

Com a aprovação da PEC 55, haverá melhoria no resultado primário. As projeções são de que saímos de um déficit de 1,8% do PIB para um superávit de 6,4%, em 2036. Isso equivale dizer, Srs e Srs. Senadores, que, sem a PEC dos gastos públicos, o déficit subiria dos atuais 1,8% para 10,4%, um percentual impossível de ser administrado. E qual seria o resultado? Obrigatoriamente, teria de haver corte de gastos para financiar um déficit primário dessa magnitude.

Segundo os especialistas que nos auxiliaram neste estudo, se a PEC dos Gastos Públicos não for aprovada, o déficit primário seguirá aumentando, podendo, em 20 anos, ser superior a 10% do PIB. E, para piorar, a relação dívida bruta-PIB atingiria 272%. Esses são cenários que não podemos permitir que se concretizem.

Com a redução do déficit e com o decorrente superávit primário, uma consequência esperada será a redução da taxa de juros, e, assim, haverá estímulo ao investimento e ao crescimento do País.

Estou terminando, Sr. Presidente.

Sabemos, contudo, que o novo regime fiscal, em si mesmo, não é suficiente para que sejam alcançados os objetivos pretendidos.

Portanto, ao aprovar a PEC 55, o Congresso Nacional deve se preparar para, na sequência, aprovar profundas reformas...

(Soa a campainha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – ... na legislação, ajustes para reduzir as atuais taxas de crescimento dos gastos primários obrigatórios.

Na Previdência, por exemplo, a situação é grave, porque, com as regras atuais, os gastos tenderão a subir acima da inflação. E por que isso ocorre? Simplesmente porque, ainda que os reajustes respeitem o IPCA, haverá maior número de aposentados. Esse fator se dá graças à bendita longevidade dos brasileiros – graças a Deus! –, que, felizmente, vem aumentando ano a ano. Como consequência, a despesa total com a previdência será maior do que o simples ajuste do percentual de inflação.

Como resolver isso? Provavelmente, fazendo com que outros gastos tenham uma evolução menor do que a da inflação medida pelo IPCA.

É claro que nossa preocupação é simultânea com as outras questões. Obviamente, precisamos melhorar a relação entre a dívida pública bruta e o PIB. Sem dúvida nenhuma, precisamos reduzir os juros, e todos são



unâimes ao concordar que não queremos que a carga tributária aumente ainda mais.

E o que nos interessa mais?

Haverá melhor qualidade de vida para os brasileiros se a renda per capita aumentar e o desemprego cair. Pois bem. As perspectivas são de que, com o novo regime fiscal a renda *per capita* dos brasileiros aumentará 20%, em 2026, e 45%, em 2036. Ao mesmo tempo, o novo regime poderá gerar 3 milhões de empregos a mais, em 2026, e 7 milhões a mais, em 2036. Logo, não restam dúvidas de que os benefícios para a população brasileira serão consideráveis.

(Soa a campainha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Efetivamente, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, não há nada a celebrar, hoje, com o estado das contas públicas, e é reconhecido que o teto nos gastos públicos não era o que se esperava. Contudo, é imperativo que comecemos já a sair da insustentável situação a que o País foi levado nos últimos anos.

Daí por que, Sr. Presidente, eu não ter a menor preocupação, apesar de frequentemente receber, no meu telefone, mensagens pedindo para rejeitar, para que eu vote contra, para que o Senado Federal rejeite a PEC 55. É uma maravilha uma pessoa me pedir isso, mas ela não mede as consequências, não sabe por que está pedindo – é o oba-oba que virou este País.

Infelizmente, ninguém pediu para chegarmos a esse ponto, mas chegamos. E, se nós não tomarmos as providências; se nós, nas duas Casas do Congresso Nacional, não nos debruçarmos sobre essas ações, Senador Aloysio, vamos parar onde? Como vamos sustentar a vida deste País? E aí haverá a mesma coisa ou pior do que o que está acontecendo lá na Venezuela.

Nós não podemos fazer com que este País seja transformado num tanque de guerra. Por isso, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, eu estou comprometido em votar a PEC 55. Porque eu quero a solução para as coisas do meu País. Eu não quero a desgraça nem quero a miséria; eu quero a solução. Infelizmente, não foram estas Casas do Congresso que criaram essa situação, mas nós temos uma corresponsabilidade, daí contarem comigo, nobre Líder. Digo a V. Ex^a, como Líder do Governo nesta Casa, que nós estamos comprometidos.

(Soa a campainha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – O Senado Federal, pelo que eu tenho visto, observado, está comprometido em ajudar a resgatar a dignidade da população brasileira e, acima de tudo, soerguer esse extraordinário gigante para que possamos ser, amanhã, ou continuar sendo, melhor dizendo, respeitados, quer internamente, quer externamente.

Muito obrigado, Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Benedito de Lira, o Sr. Deca deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Muito bem, Senador Benedito de Lira. Nossos cumprimentos pelo convincente pronunciamento que acaba de fazer.

ORDEM DO DIA

O item primeiro da pauta é o Projeto de Lei da Câmara nº 144, que altera o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores.

O Relator dessa importante matéria foi o Senador Aloysio Nunes Ferreira, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 2 e 3 da CCJ, e com a Emenda nº 1 da CCJ, na forma de Subemenda.

É a seguinte a matéria apreciada:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 144, DE 2015

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2015 (nº 5.568/2013, na Casa da origem), que altera o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores.

Parecer sob nº 906, de 2016-CCJ, Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira, favorável ao Projeto, com as Emenda nº 2 e 3-CCJ, e com a Emenda nº 1-CCJ, na forma de Subemenda.)

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto e das emendas e subemendas, em turno único.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.



O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Srs. Senadores, em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero agradecer a V. Ex^a, que prontamente pautou este projeto de lei, que ainda ontem foi aprovado, por unanimidade, pelo Plenário da Comissão de Constituição e Justiça da Casa. Dirigi-me a V. Ex^a, expliquei a importância, o alcance dessa proposição, e V. Ex^a imediatamente pautou a matéria para hoje para que pudéssemos deliberar sobre ela.

A votação desse projeto, Sr. Presidente, é uma demonstração de que no Congresso, no Senado nem tudo é Lava Jato, nem tudo são matérias de natureza econômica, ainda que de grande transcendência, nem tudo é PEC de teto, nem tudo são conflitos entre oposição e situação. Em algumas matérias, nós podemos, sim, e devemos trabalhar colocando de lado paixões partidárias para construirmos leis positivas para o cidadão comum.

É o caso desta proposição, que se origina da Câmara por iniciativa da ilustre Deputada Keiko Ota. O seu objetivo é tornar mais rigorosa e mais certa a punição dos crimes de trânsito.

Todos nós sabemos, Sr. Presidente, que o trânsito brasileiro é um dos trânsitos mais violentos do mundo. A morte no trânsito hoje vitima um número de brasileiros apenas inferior àqueles que morrem de câncer ou de doenças do aparelho circulatório.

São 40 mil brasileiros por ano que morrem vítimas de acidentes de trânsito. E vejam que este número é subestimado, porque ele não capta um número muito grande de vítimas que são hospitalizadas e acabam falecendo no hospital e que nem sempre têm a notificação adequada no registro do óbito, a causa da morte.

Uma boa parte dessa tragédia se deve à impunidade, se deve à leniência, se deve à frouxidão de algumas leis. Por isso, Sr. Presidente, tudo recomenda que o Congresso Nacional continue no ritmo que vem seguindo, já há alguns anos, de enfrentamento do problema com o rigor que ele merece.

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não.

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – Senador Aloysio, quero cumprimentá-lo. Tive o prazer de votar ontem, também, na CCJ, com V. Ex^a e de fazer um comentário. O Brasil vive uma crise de autoridade, e o Brasil é o paraíso da impunidade, principalmente nesse tipo de crime. O sujeito mais lúcido, quando trata dessa matéria, se começar a raciocinar, nunca vai entender a possibilidade de posto de gasolina vender bebida alcoólica. Qual é a relação que tem álcool com volante? Mas os Parlamentos cederam, sucessivamente, aos lobbies. Quando o Senador Ricardo Ferraço era Presidente da Assembleia Legislativa do meu Estado, e eu era Deputado, eu entrei com um projeto de lei proibindo bebida alcoólica em posto de gasolina. O lobby caiu lá dentro, e eu soube, naquela época, que cada um daqueles que votaram contra o meu projeto ganharam 30 mil litros de gasolina. É possível? A gente fala “não é possível”, porque a gente se admira, mas é possível. Existe esse tipo, não é esse tipo de caráter, é esse tipo de mau-caráter. E, aí, a gente pode fazer a lei mais forte do mundo, mas, enquanto a gente permitir essa relação em que a pessoa abastece o carro e sai com uma lata de cerveja na mão... E três latas de cerveja correspondem a meio copo de álcool, que entram no sistema nervoso central do indivíduo, e ele sai cometendo barbaridades pelo trânsito. E, aí, basta ele fugir do local, do flagrante, e se apresentar três dias depois com um advogado. Quem morreu morreu, quem se lascou lascou, quem ficou órfão ficou, quem ficou viúva ficou, quem ficou viúvo ficou. Acabou! Quem foi para o cemitério é que se lascou; com ele não vai acontecer nada. O aumento dessa pena deve ser seguido – e aí eu quero ver o lobby das grandes empresas de bebida alcoólica no Brasil... Eu vou entrar com um projeto de lei proibindo bebida alcoólica em posto de gasolina. O senhor vai ver que diabo vai acontecer aqui, que desgraça vai acontecer aqui. Mas eu vou entrar e tenho certeza de que tenho V. Ex^a comigo. O Senador Benedito também falou que vai ficar comigo? Então, filmem ele aqui. Vai ficar comigo. Pimentel virou, até ficou de costas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O Pimentel é a favor.

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – É a favor, não é? Senador Cristovam, Senadora...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – A favor...

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – Qual relação tem álcool com volante?

(Soa a campainha.)

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – Bebida alcoólica em posto de gasolina... Aí, você sobe a pena, e o cara some do flagrante. Pronto, acabou! Depois, se apresenta com advogado. Ele tem bom comportamento, nunca matou ninguém, nunca roubou, e vem toda aquela coisa de réu primário. Ele destruiu uma família! É de bom tom, mas eu acho que esse tipo de medida precisa de um somatório – e esse é o somatório. Acho que, como nós temos votado... E eu vou alertar a sociedade – até porque falava aqui com o Senador Aloysio, o Senador Ricardo, o Senador Renan, a Senadora Simone – que uma das dez medidas que estão sendo votadas lá nós já votamos aqui e está na Câmara: tornar hediondo o crime de corrupção. Mas



está lá na Câmara, desde 2013, dentro das gavetas. E ninguém desengavetou, Senador Cristovam. Desde 2013 nós votamos aqui! Então, penso que é de bom tom. A Casa tem tido as iniciativas, dentro da necessidade da sociedade. Essa parece uma medida pequena, mas de um alcance muito grande. Vindo de onde veio, da Deputada cuja história todo mundo conhece, que teve a vida do seu filho ceifada por marginais – e depois identificou-se que havia um menor, quer dizer, um homem travestido de criança, que tirou a vida do filho dela. V. Ex^a, que é de São Paulo, como a Deputada, faz um belíssimo relatório. Eu fico muito feliz de ter participado da votação na CCJ e também de poder aparteá-lo aqui em plenário hoje. V. Ex^a, que é o nosso Líder, tem esse mesmo entendimento que todos nós temos de que precisamos preservar a vida humana. E preservar a vida humana não é favorecer o indivíduo que por autodeliberação...

(Soa a campainha.)

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – ... se alcooliza, vai para o trânsito e mata. E V. Ex^a dava números aqui de que nós matamos mais no trânsito deste País do que a guerra civil em países pequenos. Parabéns!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado pelo seu aparte, Senador, que vem na mesma linha da sua manifestação de ontem da CCJ.

Sr. Presidente, eu dizia que este projeto de lei tem por objetivo agravar a pena e criar condições para que ela seja efetivamente aplicada no caso de dois tipos de crime: o homicídio culposo e a lesão corporal culposa de natureza grave ou gravíssima, quando ocasionados por indivíduos no volante de veículos automotores, tendo consumido bebidas alcoólicas ou qualquer outra substância que cause dependência ou que afete a capacidade psicomotora do agente.

São crimes culposos. Não há intenção de matar ou de provocar a lesão corporal. São crimes cometidos por imprudência, por negligência ou por imperícia.

Acontece, Sr. Presidente, que, quando alguém ingere bebida alcoólica ou consome alguma droga cujo princípio ativo provoque alteração da sua percepção, seja suscetível de provocar alteração na sua percepção, ele está, automaticamente, se colocando em condição de provocar um acidente grave. O simples fato de consumir já faz, de alguma forma, presumir a existência de uma culpa, de uma culpa grave, porque todos nós sabemos que a ingestão dessas substâncias acaba por gerar efeitos do ponto de vista da percepção do indivíduo sobre aquilo que acontece no seu entorno, sobre o seu reflexo, sobre a capacidade de medir a distância de obstáculos, sobre a sua capacidade visual, o que o leva, muito frequentemente, a provocar acidentes. Aliás, a principal causa de acidentes com vítimas, de acidentes automobilísticos com vítimas é exatamente a embriaguez.

Então, o que faz o projeto? O projeto agrava as penas para esses dois crimes: homicídio culposo e lesão corporal de natureza grave ou gravíssima.

O Sr. Benedito de Lira (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Nobre Senador Aloysio, eu gostaria de fazer uma pergunta a V. Ex^a como Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não.

O Sr. Benedito de Lira (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Dentro do agravamento dessas penas, existe a cassação definitiva da carteira de habilitação?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, isso é uma decorrência da condenação. Isso ocorre como decorrência da condenação.

O Sr. Benedito de Lira (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Mas normalmente, nos crimes ou até nas condenações – isso acontece até hoje – por acidente automobilístico, o cara, depois que passa a pena, ou ele vai tirar a pena uma parte em casa e outra parte prestando serviços comunitários, ele continua dirigindo. Então, a carteira dele continua imune.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Então, suspende-se a carteira, mas não se cassa definitivamente.

O Sr. Benedito de Lira (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Na hora em que se tomasse essa providência, acredito que isso poderia chamar mais atenção.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É verdade.

O Sr. Benedito de Lira (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado ao senhor.

Agora o que ocorre, na maioria dos casos, é que, quando a polícia, a autoridade de trânsito detém um motorista que a autoridade presume que esteja, de alguma maneira, embriagado ou sob influência dessas substâncias, sempre se coloca a dúvida: será que ele ingeriu uma quantidade suficiente para turvar-lhe a percepção?



Todos nós sabemos que o efeito do álcool, por exemplo, sobre o organismo varia de indivíduo para indivíduo. E aí...

O Sr. José Pimentel (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Aloysio...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Só um minuto.

Aí, nós nos perdemos numa discussão infinita sobre qual é o nível de alcoolemia tolerável.

Esse projeto, Srs. Senadores, acaba com essa história. Não importa se ele esteja efetivamente embriagado ou efetivamente com a sua capacidade de percepção turvada. Se consumiu bebida ou se se drogou já está em curso o agravamento da pena. O simples fato de ter ingerido essas substâncias que podem levá-lo a uma conduta imprudente ou imperita já é suficiente para enquadrá-lo aqui nessa hipótese de aumento da pena.

Apenas para concluir – depois, dou a palavra a V. Ex^a com todo o prazer. Então, são essas modificações: agravamento da pena; álcool zero – não se vai mais perquirir se aquela quantidade de álcool está efetivamente presente no organismo do agente ou não –; e a terceira providência importante, o crime do racha, que já está tipificado no nosso Código Penal.

Mas está tipificado como competição automobilística, em local não autorizado. Acontece que existem algumas modalidades de racha que são muito perigosas, não só para o motorista como para outros, que não implicam em competição, que não envolvem competição, são demonstrações de perícia: cavalo de pau, o sujeito que é capaz de fazer o diabo com o automóvel. Então, o projeto que nós estamos examinando agora inclui, na tipificação do racha, a exibição de perícia, em local não autorizado e em circunstâncias que possam causar prejuízo a outrem.

Basicamente são essas as providências que esse projeto adota, e eu ouço agora, com muito prazer, a palavra do Líder Pimentel.

O Sr. José Pimentel (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Aloysio, eu quero, primeiro, registrar a oportunidade desse projeto de lei que V. Ex^a relatou na CCJ e, agora, complementa o seu posicionamento aqui, no Senado Federal. Nós tivemos um conjunto de medidas para proteger a vida e combater os abusos daqueles que estão ao volante e não têm esse compromisso com a vida. No final do ano passado, esta Casa aprovou a majoração das contribuições, ou seja, das taxas e das multas na parte administrativa.

(Soa a campainha.)

O Sr. José Pimentel (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Esse conjunto de medidas já entrou em vigor, e nós estamos assistindo a um conjunto de ações para inibir aqueles que querem fazer do veículo um instrumento de tirar a vida, não só a dele, mas de terceiros que não têm nada a ver com a sua ignorância no volante e que culmina com a bebida na parte penal, que hoje V. Ex^a traz à Casa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Apenas uma breve interrupção.

Eu disse – não sei se V. Ex^a estava aqui – que essa proposição vai na sequência de uma preocupação que vem se manifestando já há vários anos no Congresso Nacional e na sociedade com essa matéria, no sentido da continuidade do tratamento penal rigoroso, e administrativo também, em que esse projeto se insere.

Desculpe-me a interrupção.

O Sr. José Pimentel (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É exatamente isso e não é objeto de um ou outro agrupamento, é uma visão da sociedade que o Parlamento termina refletindo. Ao lado disso, nós temos também uma terceira ação que vamos prezar construir depois: é a questão da accidentalidade do trabalho no trajeto, na ida de casa para o trabalho e no retorno do trabalho para casa. Desde a Emenda nº 20, de 1998, na Reforma da Previdência, e, depois, a Emenda nº 41, que eu tive a felicidade de ser Relator...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Pimentel (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – e o conjunto de outras medidas, nós enfrentamos a questão do mundo (*Fora do microfone.*) da accidentalidade através do FAP (Fator Acidentário de Prevenção), e esse mecanismo foi uma construção feita entre o capital e o trabalho, com a mediação do Congresso Nacional, dos governos, particularmente do Governo Federal, que é quem termina assumindo essa conta. No que a gente chama de chão de fábrica, tivemos muito êxito com o FAP porque ali o empresário, o empregador que diminui a quantidade de acidente no seu CNPJ tem um bônus. Ele paga menos o Seguro de Acidente de Trabalho. Nós dividimos as atividades no Brasil em 19 grandes atividades e, nesse ramo de atividade, quando o empresário tem aumento de acidente no seu estabelecimento, ele tem um ônus, ele paga mais.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Exatamente.

O Sr. José Pimentel (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Então, esse desenho



permitiu que o capital e o trabalho pudessem enfrentar o mundo da accidentalidade preservando a vida, diminuindo os acidentes no chamado chão de fábrica, ou seja, dentro do estabelecimento. Mas esse sistema não deu conta do acidente trabalho de trajeto. O que V. Ex^a está relatando aqui hoje dialoga com acidente de trajeto, mas nós precisamos, em seguida, atualizar a legislação, porque não é justo que o indivíduo sofra um acidente de trajeto e ele não tenha nenhuma participação no custeio da Previdência Social. Em face disso, nós implantamos a ação de regresso, no mundo do acidente do trabalho, para o empregador. E aí o Ministério Público e a Advocacia-Geral da União são quem cuida desse mundo aí de ações regressivas. Mas nós temos esse instrumento no que diz respeito ao acidente de trajeto, porque o Constituinte de 1988 tinha uma visão de mundo, e a nossa realidade ali era outra. Hoje o Brasil cresceu muito, cresceu o bem-estar social, mas cresceram também os problemas. Eu acredito que, uma vez resolvida essa segunda parte, do século XXI, que nós estamos enfrentando, nós teremos que nos debruçar sobre essa questão da accidentalidade do trabalho no que diz respeito ao trajeto, tomando as medidas legais, que reduzam o Custo Brasil, que protejam a vida, que esse projeto faz exatamente isso, mas ao mesmo tempo não tenha o chamado aumento do Custo Brasil. Por isso vou votar favorável e quero parabenizá-lo pelo seu parecer.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado pelo seu aparte, Senador Pimentel.

V. Ex^a ilustra com o seu aparte algo que eu disse no início do meu discurso. É que existe...

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Quando for conveniente para V. Ex^a eu gostaria de um aparte, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não, com o maior prazer.

É que existe um sem-número de temas, em que nós temos, efetivamente, concretamente, nos últimos tempos, trabalhado em conjunto, quaisquer que sejam as divergências que nos opõem em relação às questões políticas mais imediatas.

É a questão do meio ambiente – eu vejo aqui o Senador Jorge Viana, que foi tão ativo na condução do nosso Código Florestal –, é a questão da segurança pública, da defesa nacional, dos direitos humanos, um sem-número de assuntos em que é perfeitamente possível nós colaborarmos e aperfeiçoarmos, com essa colaboração, a legislação brasileira e as instituições brasileiras. V. Ex^a, Senador Pimentel, encarna efetivamente esse tipo de mentalidade, de postura, diante das questões que são submetidas aqui ao Senado.

Ouço com muito prazer o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Meu caro Senador Aloysio, esta é uma questão que incomoda profundamente o País. No ano passado, eu apresentei o Projeto nº 708, de 2015, que tratava exatamente dessa questão: "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, para aumentar a pena do crime de homicídio culposo praticado na direção de veículo automotor. Aumenta essa pena de reclusão de 4 para 8 anos e determina a suspensão ou proibição de se obter permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor." Ele está na Comissão de Constituição e Justiça e tem o parecer favorável do Senador Jader Barbalho. Naquele momento, Senador Aloysio, eu fazia a seguinte justificativa. Eu peço permissão a V. Ex^a apenas para reforçar os argumentos de V. Ex^a, na condição de relator desse projeto na Câmara.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não, com o maior prazer.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – É cada vez maior o número de acidentes de trânsito fatais, causados em razão da embriaguez e da imprudência de motoristas. São trabalhadores, pais e mães de família, jovens, que frequentemente têm suas vidas ceifadas precocemente, em razão da irresponsabilidade de motoristas que insistem em conduzir seus veículos, mesmo após ingerirem elevadas quantidades de álcool, ou em participar de "rachas", colocando em risco a vida de pedestres e outros condutores. Somente...

(Interrupção do som.)

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – ... neste mês de outubro de 2015, dois graves (*Fora do microfone*) casos de homicídios causados por motoristas embriagados chamaram a atenção do País. Em São Paulo, uma motorista atropelou e matou dois trabalhadores que pintavam uma ciclovia. Segundo noticiado, ela havia ingerido álcool em limite três vezes acima do estabelecido pela Lei nº 9.503, mas ficou presa apenas por dois dias e foi solta após pagar uma pequena fiança. Em Brasília, outro caso deixou a população perplexa. Um servidor da Abin foi morto quando chegava ao trabalho, após ser atingido por um veículo conduzido por um motorista embriagado. Então, Senador, sem me alongar muito, o cidadão que vai conduzir um veículo pode até alegar que estava embriagado e não tinha a intenção de assassinar, de matar uma pessoa ou mais, mas antes de ele tomar bebida alcoólica, ele tem a convicção, ele tem a certeza e assume a responsabilidade consciente de que, se ele beber uma quantidade de álcool e for dirigir...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ele assume o risco.



O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – ... ele tem que saber que é um homicídio premeditado, inclusive, porque ele sabe que o veículo passa a ser uma arma, no momento em que ele estiver embriagado. Então, essa pena para o motorista tem que ser a maior possível. Temos que acabar com essa questão do Código de Trânsito que transforma isso em crime culposo, porque a maioria dos acidentes, desta forma, na realidade é um crime doloso. Portanto, eu parabenizo o relatório de V. Ex^a, que chega num momento absolutamente importante e que, com certeza, nós vamos votar com muita satisfação, para melhorar a qualidade de vida dos brasileiros e salvar muitas vidas de homens, mulheres e crianças.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Lira, agradeço o seu aparte, que só reforça a minha argumentação. Quero dizer que estou ansioso para votar o seu projeto na Comissão de Constituição e Justiça tão logo seja pautado.

Sr. Presidente, são essas as considerações que eu gostaria de fazer, sem esquecer, no entanto, de agradecer e muito a colaboração do Senador Anastasia, sempre judicioso, que apresentou duas emendas que incorporei ao meu parecer.

Muito obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, pela ordem, só para fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Magno Malta.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Permita-me ainda...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – O meu registro é parlamentar. Nós, ontem, tomamos aqui de um a zero do Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Como?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Nós, ontem, tomamos aqui de um a zero do Senador Romero Jucá. Nós nos comportamos igual a um lateral de time pequeno, que sobe e toma nas costas; um lateral de time ruim, que sobe, não volta e toma bola nas costas. Nós tomamos de um a zero do Senador Jucá, que fez conosco um acordo, em plenário, de que retiraria a emenda de repatriação de parentes, de familiares, emenda que chamei de Louis Vuitton. Hoje de manhã, nós descobrimos que tomamos uma pernada dele, tomamos uma voadora de frente, e ninguém marcou falta.

Não sei se existe qualquer tipo de recurso, mas o meu registro eu estou fazendo, na ausência dele, e farei na presença do Senador Romero Jucá, porque o que ele fez não foi honesto. Então, estou fazendo o registro na ausência, mas farei na presença.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria só dizer ao Senador Magno Malta e aos demais Senadores que o único problema de ontem... A sessão de ontem foi uma sessão longa, enfadonha, acima do tom. O que houve, ontem, na verdade, é que o destaque foi posto de forma errada, tanto que, quanto houve pressão, o Senador Romero concordou com a retirada do destaque, que estava posto de maneira equivocada. Na verdade, foi isso. Mas isso ficou na sessão de ontem. O importante é olharmos para frente.

Nós temos uma agenda enorme a cumprir até o dia 15, e é muito importante que o Senado delibere.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Há pouco, o Senador Magno Malta lembrava uma coisa: logo depois das manifestações de 2013, esta Casa votou uma pauta de interesse do País. As manifestações estavam acontecendo em frente ao Congresso Nacional, e nós estávamos aqui trabalhando, debruçados sobre essa pauta.

Quando eu vejo, agora, o Ministério Público mandar para a Câmara dos Deputados dez medidas de combate à corrupção, eu queria dizer – aliás, eu me obrigo, em nome do Senado Federal, a dizer – que, desde 2013, a principal daquelas medidas já foi votada pelo Senado Federal, Senador Reguffe: é a medida que transforma o crime de corrupção em crime hediondo. Essa matéria, desde 2013, caminha com muita dificuldade na Câmara. Nós já fizemos a nossa parte.

Outro dia, em visita que fez à Presidência do Senado, o Procurador-Geral da República fez questão de dizer que o Senado, com relação a isso, já havia votado aquela que, na verdade, é a medida fundamental para o combate à corrupção no Brasil.

Desse modo, vamos cuidar dessa outra pauta. Deixem essa questão para lá, e vamos cuidar dessa outra pauta.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Sem revisão do orador.) – Queria dizer, para lhe dar sustentação na Presidência, que a Bancada do Partido dos Trabalhadores está junto com a Presidência no enfrentamento da questão do combate à corrupção. Vamos fazer uma legislação capaz



de enfrentar estas questões: caixa dois, propina, enfim, o combate à corrupção, de modo geral. Conte com a Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Sem dúvida nenhuma. Eu, ontem...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A segunda questão, Presidente, é sobre a sessão de ontem, provocada já pelo Senador Malta. Temos uma questão de ordem. Estou representando a Liderança do Partido e passando ao nosso Pimentel para fazê-la. Compreendendo que o instrumento que tínhamos naquele momento era o DVS, criou-se aquela confusão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Sem dúvida.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu queria que V. Ex^a ouvisse a questão de ordem para tentar corrigir esse problema.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem, foi uma sessão atípica. Todos nós estávamos muito tensionados com essa matéria. É verdade que o nosso destaque propunha a retirada dos dois itens daquele §11, e o destaque foi atendido por acordo. Por isso, ele não foi à votação.

No entanto, o texto do art. 11, que revogou o artigo anterior da lei que estamos modificando, tratava no *caput* do detentor de mandato e dos seus familiares. Nessa redação nova, foi feito o desdobramento, e vamos enfrentar essa matéria na Câmara Federal.

Só registrando para os nossos pares e para V. Ex^a que não é descumprimento do acordo que firmamos ontem em torno do destaque do nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores. Vamos fazer esse debate lá e, fatalmente, voltará para o Senado Federal, caso a Câmara o modifique.

Portanto, é esse o registro para que, no dia de amanhã, alguém não venha arguir que o acordo que fizemos foi rompido por nós na instância seguinte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Agradeço muito a V. Ex^a.

Senador Reguffe, com a palavra.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com relação ao que V. Ex^a colocou, eu considero muito importante o Senado ter aprovado a questão para que corrupção seja tipificada como crime hediondo.

Agora, com relação às dez medidas contra a corrupção, elas também são muito importantes, e não é simplesmente um projeto originário do Ministério Público. São projetos que tiveram a assinatura de mais de dois milhões de brasileiros, através da iniciativa popular.

O fato de o Senado ter aprovado a tipificação crime de corrupção como crime hediondo é extremamente positivo, mas isso não tira a necessidade de também serem implantadas essas medidas que tiveram a aprovação não apenas do Ministério Público, mas a de dois milhões de brasileiros que assinaram essa proposta como projeto de iniciativa popular.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Concordo com V. Ex^a e acho que, com a mesma responsabilidade com que o Senado votou a transformação do crime de corrupção em crime hediondo, o Senado vai, na mesma profundidade, fazer o debate sobre cada uma dessas medidas que eu considero, em princípio, importantes.

Eu queria encerrar a discussão e colocar esse projeto em votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Votação, em globo, das Emendas n^os 2 e 3 da CCJ.

As Senadoras e os Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Votação da Emenda n^o 1 da CCJ, com a subemenda.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será publicada na forma regimental. (**Parecer n^o 910/2016-CDIR - vide item 4.2.1 do sumário**)

Discussão da redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir a redação final, nós declaramos encerrada a discussão da redação final e a colocamos em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a redação final, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Fora do microfone.) – Pela ordem,



Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje, a Comissão de Relações Exteriores aprovou o texto de três acordos internacionais. Esses acordos, Sr. Presidente, são acordos de produção cinematográfica. Não há nenhum custo para o Governo, coisas tranquilas, para fazer coisas boas, coisas belas. Aliás, já estamos fazendo belas coproduções, por exemplo, entre o Brasil e a Espanha.

No entanto, um acordo de integração cinematográfica ibero-americana que foi celebrado na Espanha, em Córdoba, em 2007, somente na semana passada chegou ao Senado. E, hoje mesmo, nós aprovamos na Comissão.

Assim é o acordo de coprodução cinematográfica entre Brasil e o Governo de Israel, que foi aprovado em 2009. E outro, mais recente, entre o Reino Unido da Grã-Bretanha, Irlanda do Norte e o Brasil, de 2012, só quatro anos atrás. São assuntos sem nenhuma complexidade e que ficaram na Câmara esses anos todos, esse tempo todo. Chega ao Senado, e a coisa anda rapidamente, especialmente quando o Senador Jorge Viana está presente na reunião e que sai já da Comissão com os processos debaixo do braço para votar no plenário, de modo que nós possamos dar cumprimento a essa nossa missão.

Então, se V. Ex^a pudesse incluir na pauta esses três projetos de decreto legislativo, eu penso que concluiríamos em tempo recorde a tramitação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Se não houver objeção, nós vamos – concordo com os argumentos que foram aqui esposados pelo Senador Aloysio – apreciar essas propostas sugeridas por V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Sem revisão do orador.) – Enquanto V. Ex^a, Sr. Presidente, já pede para a secretaria organizar, digo que o Senador Aloysio tem toda a razão. O Senado mudou o procedimento, Presidente, ainda quando o Senador Luiz Henrique se debruçou sobre o tema, entendendo que o Estado brasileiro ficava muito prejudicado por inúmeros acordos internacionais ficarem tramitando na Câmara dos Deputados por anos e também aqui no Senado.

Nós mudamos o procedimento, mas há um assunto sobre o qual eu talvez faça até um apelo a V. Ex^a para entrar em entendimento com o Presidente Rodrigo Maia: na Câmara dos Deputados, um acordo internacional passa em muitas comissões. Aqui, no Senado, ele passa na Comissão de Relações Exteriores. Então, nós nunca vamos ter atendida essa expectativa que o País tem.

O Presidente da República assina um acordo, firma um compromisso com outra nação, e, dez anos depois, aquele acordo, aquele entendimento ganha eficácia porque tem de passar no Parlamento.

Se não houver um entendimento do Senado Federal com a Câmara para que a Câmara modifique a tramitação e passe também apenas na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, como o Senado faz, nós vamos viver com este problema de ter um acordo assinado em 2007 e só hoje... Daqui a pouco é que vamos aprovar, porque não ficou nem uma semana aqui para ser apreciado. Chegou à Comissão de Relações Exteriores – o Senador Aloysio é comprometido, como nós todos da Comissão –, e V. Ex^a já está colocando em votação hoje.

Acho que isso merece uma manifestação do Senado com a própria Mesa Diretora da Câmara no sentido de eles modificarem. Penso que não haverá desentendimento, mas isso vai moralizar esses acordos internacionais assinados pelo Brasil. Do jeito que está, o país que assinou o acordo vai pensar que o Brasil não é sério. E eu acho que isso é muito ruim.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Item 3 da pauta.

Projeto de lei que altera as Leis 8.906, de 1994, e 13.105, de 2005, para estipular direitos e garantias para as advogadas gestantes, lactantes e adotantes e dá outras providências.

O parecer da Senadora Simone Tebet é favorável, com as Emendas de 2 a 4, de redação.

É a seguinte a matéria apreciada:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 62, DE 2016

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2016 (nº 1.901/2015, na Casa da origem), que *altera as Leis n°s 8.906, de 1994, e 13.105, de 2005, para estipular direitos e garantias para as advogadas gestantes, lactantes e adotantes e dá outras providências.*

Parecer sob nº 905, de 2016-CCJ, Relatora: Senadora Simone Tebet, favorável, com as Emendas nºs



2 a 4-CCJ, de redação.)

A Presidência comunica ao Plenário que a Emenda nº 1, apresentada perante a CCJ, não será objeto de deliberação, nos termos do art. 124, inciso I do Regimento Interno.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto e das emendas.

Concedo a palavra, com satisfação, à Senadora Simone Tebet.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS. Como Relatora. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu vou ser muito breve, porque o relatório é extenso, mas o projeto é de uma clareza, de uma objetividade ímpar que seria desnecessário aqui ficar lendo as mais de dez páginas do relatório.

Mas não se enganem as Sr^{as} e os Srs. Senadores: trata-se de um projeto da mais alta relevância para se garantir a justiça real neste País, Senadora Regina.

Trata-se de um projeto do Deputado Federal Daniel Vilela, que nada mais faz do que estender, garantir e estipular direitos e garantias à gestante advogada ou lactante, no que se refere ao tratamento que tem nos autos processuais. Basicamente, esse projeto altera o Estatuto da Advocacia e o Código de Processo Civil.

Entre as garantias, temos aqui cinco dispositivos: primeiro, a gestante e lactante não será submetida a detector de metal; poderá passar por uma vistoria, mas que isso não prejudique o feto.

Ainda é reservada à gestante vaga privilegiada no estacionamento dos fóruns enquanto permanecer nesse estado gravídico.

Se houver creche, acesso à creche.

Ter preferência – e este é um item importante – na hora da sustentação oral num processo nos tribunais. É muito comum termos três, quatro audiências no mesmo dia. O advogado tem de aguardar por mais de quatro, cinco horas, muitas vezes em pé. Esse não é um privilégio da mulher advogada; essa é uma garantia de saúde para o feto.

Da mesma forma, e por último, o mais importante deste projeto é a mudança do Código de Processo Civil, Senador Aloysio, garantindo a suspensão do processo por 30 dias, quando a gestante que der à luz for a única patrona da causa, ou seja, não houver outro advogado no processo, para que o cliente não seja prejudicado. Imaginem os Srs. e as Sr^{as} Senadoras um processo de 500 páginas, de mil páginas. Se, no dia seguinte ao dia em que a advogada gestante der à luz, houver uma sustentação oral ou ela tiver de fazer uma intervenção num processo, ela tem de passar para um advogado que não conhece os autos, que teria de ler e se debruçar sobre 500 páginas, mil páginas!

Nós não estamos garantindo aqui o direito à mulher; nós estamos garantindo aqui o direito do cliente a uma justiça real. É disto que se trata o processo. Da mesma forma, em relação ao advogado, ao homem, quando ele é o único patrono da causa e quando ele for pai de um filho natural ou adotivo, como ele já tem, como qualquer trabalhador, direito à licença-paternidade por oito dias, neste caso, se ele é o único advogado da causa, ele também vai ter oito dias de suspensão do processo, assim que houver a notificação ao seu cliente. Como disse, esse é um benefício para o cliente, muito mais do que para os advogados.

Não houve emendas.

Nós fizemos três pequenas alterações redacionais, que não alteram o mérito, para não ter de voltar o processo para Câmara.

Eu encerro aqui a minha participação – claro que, se houver dúvida, estou disposta a esclarecer –, mas não sem antes agradecer à Mesa Diretora do Senado Federal, na pessoa do Presidente Renan, que atendeu os interesses das mulheres advogadas; agradecer, em nome da Eduarda Mourão, que não está aqui, que é a Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada do Brasil, que fez todo o empenho e os esclarecimentos junto aos Líderes do Senado; agradecer, de uma forma muito especial, aos Líderes e aos Senadores e Senadoras que receberam a comissão de advogadas; às Senadoras que fizeram coro comigo para que este projeto fosse aprovado em regime, praticamente, de urgência. E faço um agradecimento especial ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Maranhão, que fez uma inversão de pauta para que o nosso projeto pudesse ser aprovado ainda ontem.

E, por fim, digo que, na segunda-feira, Sr. Presidente, vai haver a Conferência Nacional das Advogadas do País. Somos 52% dos advogados; 52% são mulheres, e eu me incluo nelas. Somos a maioria. São 400 mil advogadas que serão beneficiadas por este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Quem é o autor ou a autora?

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – É o Deputado Federal Daniel Vilela. Fiz aqui uma deferência a ele.

Antes de encerrar, eu vou conceder, com muito prazer, a palavra à Senadora Regina Souza.

A Sr^a Regina Sousa (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora Simone, queria



só parabenizá-la pelo brilhante relatório que a senhora produziu. Isso não deveria nem ser objeto de lei, se não vivêssemos num país tão machista; deveria ser questão de sensibilidade. Mas, aos pouquinhos, as mulheres vão galgando degraus e ocupando os seus espaços, porque não é privilégio. Promover igualdade não é tratar de forma igual os desiguais; promover igualdade é tratar de modo desigual os desiguais. As mulheres têm uma situação diferente. Não é possível uma mulher fazer sustentação oral de um processo estando no mês ainda em que deu à luz. Parabéns a V. Ex^a e parabéns a todas as advogadas! É mais um passo que as mulheres estão dando na questão legal dos seus direitos.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senadora Simone.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Senadora Regina, V. Ex^a, como sempre, muito feliz. Oxalá tivéssemos no País o que temos hoje no Senado Federal: uma Bancada de 81 Senadores, todos, hoje, unânimes, na mesma voz de que é possível e é necessário, para o desenvolvimento, inclusive, de um país como o Brasil, tratar igualmente homens e mulheres.

Se há uma coisa que nós avançamos, nos últimos anos, foi ter aqui Senadores, todos, na mesma comunhão de vontade a favor dessa tão sonhada igualdade. Foi muito feliz quando falou do princípio da igualdade. Já o nosso patrono Ruy Barbosa – valendo-se das lições de Aristóteles – já dizia que o princípio da igualdade é justamente aquinhar, ou seja, dar desigualmente aos desiguais na medida em que se desigualam. Esse é o verdadeiro princípio da igualdade. E é isso que esse projeto faz.

Faço um agradecimento especial...

Senador Reguffe, com prazer.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senadora Simone, quero primeiro parabenizar V. Ex^a e quero dizer que essa matéria, numa sociedade civilizada, nem precisaria de um projeto. Isso deveria ser uma questão de educação, da pessoa dar a vez para uma gestante. Ontem aqui, conversando com alguns membros da Ordem dos Advogados do Brasil da Seccional Distrito Federal – que, aliás, ficaram ontem o dia inteiro aqui, na Casa, esperando a votação, que acabou não ocorrendo, mas que está havendo hoje, e eles também estão aqui – relataram uma série de fatos que ocorreram e que fazem ver a necessidade da aprovação de um projeto de lei que torne isso uma norma legal, para que não haja mais a ocorrência de alguns fatos. Então, quero parabenizar V. Ex^a e quero parabenizar também esses membros da Ordem dos Advogados do Brasil da Seccional do Distrito Federal que trouxeram essa discussão e que fizeram, inclusive, um trabalho de convencimento um a um com os Senadores, o que proporcionou, inclusive, estarmos aprovando isso, nesta tarde de hoje. Parabenizo V. Ex^a mais uma vez. É um projeto meritório.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Senador Reguffe.

Encerro a minha participação, Sr. Presidente, fazendo um segundo agradecimento a V. Ex^a. Quando soube da conferência nacional, na segunda-feira, disse que a Mesa Diretora, iria mandar, ainda esta semana, até sexta-feira, para o Presidente da República, para que ele possa sancionar, até amanhã, esse projeto, para que as advogadas possam levar a essa conferência nacional, que acontecerá em Belo Horizonte, Minas Gerais, essa boa notícia de que o Senado Federal, o Congresso Nacional e também o Governo Federal, em sintonia com os interesses da sociedade, também agem em prol dela.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O parecer da Senadora Simone Tebet é favorável.

A Presidência comunica ao Plenário que a Emenda nº 1 apresentada à CCJ não será objeto de deliberação. Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação do projeto, sem prejuízo das emendas.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Votação, em globo, das Emendas nºs 2 a 4 da CCJ.

As Senadoras e Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será publicada na forma regimental. (**Parecer nº 911/2016-CDIR - vide item 4.2.2 do sumário**)

Discussão da redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Eu quero cumprimentar os Senadores, cumprimentar a Senadora Simone Tebet, não só pelo parecer, mas sobretudo pela oportunidade que criou para que hoje pudéssemos apreciar essa matéria muito importante.



Eu vou agora mesmo mandar os autógrafos para o Presidente Michel Temer para que ele possa rapidamente sancionar a matéria.

Eu queria dizer, mais uma vez, no momento em que cumprimento a Daniela Teixeira, que é Vice-Presidente da OAB do Distrito Federal, que o Senado tem, com a maior boa vontade possível, conduzido essa pauta de interesse do advogado brasileiro. Nós votamos aqui algumas PECs e muitas outras matérias ordinárias, tanto que, em 2013, 2014, 2015 e 2016, os advogados são a categoria brasileira que mais avançou, com relação às finanças. Isso aconteceu exatamente porque nós colocamos os advogados no Simples Nacional.

O Senado, em todos os momentos, esteve na defesa dessas bandeiras, porque entende que, na democracia, o papel do advogado é fundamental. Ontem mesmo, num debate importante que realizamos aqui sobre a Lei de Abuso de Autoridade, Daniela, eu fiz questão de dizer que os advogados talvez sejam as maiores vítimas de abuso de autoridade no Brasil. Por isso, é muito importante, neste momento em que o Parlamento debate uma discussão tão importante, contar com a participação dos advogados para que também nessa questão nós possamos avançar. Meus cumprimentos a todos.

A matéria vai à sanção.

Projeto de Decreto Legislativo nº 38, sugerido pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, assinado em 2009.

O Relator é o Senador Antonio Anastasia. (**Parecer nº 912/2016-CRE - vide item 4.2.3 do sumário**)

É a seguinte a matéria apreciada:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 2016

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2016 (nº 281/2015, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, assinado em Brasília, em 11 de novembro de 2009.*)

Discussão do projeto de decreto legislativo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação. (**matéria aprovada - vide item 4.2.3 do sumário**)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Ana Amélia, pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu queria agradecer a V. Ex^a e aos colegas Senadores e Senadoras e registrar a presença de produtoras de arroz do meu Estado, o Rio Grande do Sul, da região de Palmares, no litoral norte, e da região de Cidreira, Pinhal e Capivari.

Agradeço a presença delas, que lutam aqui por uma PEC de minha autoria, que trata de criar um tratamento tributário especial para os produtos que integram a cesta básica. Então, eu queria registrar a presença, homenageando o esforço que essas produtoras rurais vêm fazendo, porque a economia agropecuária vem sustentando o Brasil nas costas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Cumprimentamos as produtoras, cumprimentamos a Senadora Ana Amélia. Conte com o esforço da Comissão Diretora para que possamos avançar na apreciação dessa matéria.

Nós também queremos registrar, com muita satisfação, a honrosa presença aqui, no plenário do Senado Federal, da Deputada grega Zoe Konstantopoulou, que veio participar de audiência pública na CAE sobre dívida pública e auditoria cidadã.

É uma honra muito grande, Deputada, tê-la aqui, no plenário do Senado Federal. (Pausa.)

Projeto de Decreto Legislativo nº 39, que aprova o texto do Protocolo da Emenda ao Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana, celebrado em Córdoba, na Espanha.

É a seguinte a matéria apreciada:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 2016



Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2016 (nº 56/2015, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana, celebrado em Córdoba, Espanha, em 28 de novembro de 2007.*) (**Parecer nº 913/2016-CRE - vide item 4.2.4 do sumário**)

Discussão do projeto de decreto legislativo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação. (**matéria aprovada - Vide item 4.2.4 do sumário**)

Último projeto de decreto legislativo, que aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha.

É a seguinte a matéria apreciada:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 40, DE 2016

Discussão, em turno único, Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2016 (nº 103/2015, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, assinado em Brasília, em 28 de setembro de 2012.*) (**Parecer nº 914/2016-CRE - vide item 4.2.5 do sumário**)

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado. (Pausa.) (**matéria aprovada - Vide item 4.2.5 do sumário**)

Nós temos dois requerimentos de urgência e de inclusão da Ordem do Dia.

Requeremos, nos termos regimentais, a inclusão, do dia 8 de dezembro do corrente ano, das proposições apresentadas no relatório da Comissão Especial destinada à análise de efetividade do limite remuneratório imposto pelo teto constitucional aos agentes públicos. (**Requerimento nº 893/2016 - vide item 4.2.6 do sumário**)

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

E o outro que também é muito importante e com o qual eu me comprometi ontem:

Nos termos do art. 349, item II, do Regimento Interno, apreciar, em regime de urgência, o Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2016, que trata do reajuste da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal.

Em votação o requerimento de urgência. (**Requerimento nº 892/2016 - vide item 4.1.4 do sumário**)

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Qual é a urgência? Para que matéria?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – É a urgência para o reajuste da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, já aprovado na Câmara dos Deputados. O requerimento de urgência foi pedido ontem aqui. E nós dissemos que, como não havia sido lido durante a Ordem do Dia, deixaríamos para apreciá-lo hoje. E estamos fazendo.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Sem revisão da oradora.) – Agradeço, Presidente, a leitura e a aprovação desse requerimento de urgência. Agradeço ao Senador Deca, que fez a leitura, ao Secretário Dr. Bandeira, que recebeu, eu entreguei em mãos. Agradeço muito, porque esse é um projeto que veio da Câmara e estava aguardando deliberação. Então, obrigada a V. Ex^a pelo atendimento à reivindicação que o Senador Medeiros fez ontem também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós também agradecemos muito à Senadora Ana Amélia.

Eu acho que essa votação é muito importante, antes que digam que nós não estamos votando por retaliação à Polícia Federal e à Polícia Rodoviária Federal.

Voltamos à lista de oradores. Eu concedo a palavra...

Está encerrada a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Voltamos à lista de oradores.



Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Muito rapidamente, Sr. Presidente, eu queria fazer só um registro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Sem revisão do orador.) – Eu queria fazer um registro da importância desse Acordo nº 40 na área de audiovisual, que foi agora ratificado pelo Senado. Esse é um processo de negociação que se iniciou há oito anos e que estava pendente de ratificação. Ele vai permitir um grande incremento nas produções nessa área de audiovisual do Brasil, contando com a *expertise*, com o conhecimento do Reino Unido, que tem uma qualidade de produção cinematográfica, além de contribuir para internacionalizar a produção brasileira.

Então, eu quero me congratular, porque creio que é um evento de grande importância para o desenvolvimento da indústria de audiovisual no Brasil, que é uma importante vertente da economia criativa, que precisa ser cada vez mais estimulada em nosso País.

Era esse o registro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Jorge Viana.

Em seguida, falará o Senador Reguffe.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan, colegas Senadoras e Senadores, eu queria rapidamente, primeiro, agradecer às Senadoras e aos Senadores que estão subscrevendo uma proposta de emenda à Constituição que estou apresentando. Já colhemos aqui, no plenário, a assinatura de praticamente todos os Senadores presentes, muitos se manifestando e me cumprimentando pela oportunidade da iniciativa. Eu me refiro a uma proposta de emenda à Constituição que torna a prática de estupro crime inafiançável, imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

A iniciativa – agradeço à assessoria que me ajuda, Paulo Emílio, Yulo e outros – prevê uma mudança na Constituição, fazendo uma alteração no art. 1º e no que trata também do art. 5º da Constituição Federal, e passa a fazer uma pequena e muito importante alteração. Onde antes se previa que a prática do racismo constitui crime inafiançável, imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei, estou incluindo a prática do racismo e do estupro.

Nós tivemos recentemente divulgado o 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, e é lamentável ter que registrar aqui. Nós acabamos de aprovar uma medida que dá mais direito, como bem colocou a Senadora Regina, a Senadora Simone Tebet, às mulheres que advogam. Mas, Senadora Regina, o que nós estamos tendo no Brasil lamentavelmente é, quando não há manutenção, o crescimento do crime de estupro. Isso é algo inaceitável.

São permanentes em todas as camadas sociais as denúncias de muitas mulheres, algumas que guardaram a agressão, a brutalidade que viveram, por décadas até, e revelam com a vida já bem avançada; outras que, com medo de represália, não denunciam. Mas os números são gritantes.

Em 2014, no Brasil, foram 50 mil registrados, 50 mil estupros. Em 2015, 45 mil. Quarenta e cinco mil mulheres, mães, vítimas dessa brutalidade e desse crime.

No meu Estado lamentavelmente também, o Estado do Acre, tem crescido esse crime. Em 2014, foram 478 e, em 2015, 524. No Estado de Rondônia, por exemplo, foram 778 crimes de estupro em 2014 e 692 em 2015. E eu me refiro àquilo que foi registrado, virou uma ocorrência policial. Quantos mais ocorreram, e não fazem parte da estatística?

Por isso eu apresento essa proposta de emenda à Constituição – agradeço as Senadoras e os Senadores, até o próprio Presidente Renan ainda há pouco subscreveu –, por meio da qual eu faço a modificação no art. 5º da Constituição e proponho a mesma tipificação dada ao crime do racismo, para que ele seja inafiançável. Ele tem que ser inafiançável, imprescritível também e sujeito à pena de reclusão.

Já temos tipificado na Constituição, Senador Pimentel, no art. 5º da Constituição, o crime do racismo, mas o trauma, a agressão, a brutalidade do estupro, que é noticiado no mundo inteiro, merece sim uma modificação na nossa Constituição, para que, da mesma maneira, não haja motivo para ele ser consumido pelo tempo.

Então, a ideia é que ele fique imprescritível, sujeito à pena de reclusão e inafiançável. É uma proposta, não tenho nenhuma dúvida, que fazemos em respeito às mulheres do País e também aos homens, porque não é possível que não se diferenciem aqueles assassinos violentos de outros homens, a grande maioria, que procuram uma relação harmônica na sociedade, especialmente com as mulheres.

Eu ouço o Senador José Pimentel, com muita satisfação.

O Sr. José Pimentel (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Jorge Viana,



eu quero parabenizá-lo por essa iniciativa. Tive a oportunidade de subscrever essa proposta de emenda constitucional que vem em boa hora. O Brasil é um dos países do mundo que têm mais crime de estupro, de perseguição aos mais fracos, aos mais frágeis, às mulheres e às crianças, principalmente. Por isso, já era a hora de pensar nessa inclusão na Constituição Federal para torná-lo imprescritível e com isso em qualquer época que se praticar, como é o crime de tortura, que é imprescritível também. Nós precisamos ter essa posição no Brasil, até porque a nossa cultura é de não respeito à mulher. Se observarmos por 300 anos, na época do Brasil escravo, a mulher negra era objeto do dono da casa grande para o que ele bem quisesse e pudesse fazer. Era considerada um semovente. Não era um ser humano, era um animal, como é o burro, o cavalo, o jumento, os animais que têm uma atividade laboral dentro da propriedade e junto àqueles que acumulam riquezas. As mulheres negras, as mulheres índias, mas principalmente as mulheres negras. Era dessa forma que até 1888, finalzinho do Século XIX, elas eram tratadas. Muitas vezes, o filho do dono da casa grande tinha com a negra a sua iniciação sexual, sem nenhum respeito, sem nenhuma atenção para com esse ser humano, filho de Deus também, mas que, lamentavelmente, era escravo. Esse público era, basicamente, todo analfabeto. Em 1822, quando o Brasil se tornou independente, 98% da população brasileira era analfabeto. Entre os negros e os índios, esse índice era alarmante. Exatamente por isso, V. Ex^a traz essa proposta numa boa hora, quando estamos rediscutindo os valores e a necessidade de respeito a todos, independentemente da cor, da religião, da sua filiação político-partidária e da sua visão de mundo. Por isso quero parabenizá-lo. Vamos trabalhar junto ao nosso Presidente José Maranhão, da Comissão de Constituição e Justiça, para dar a celeridade que ele sempre deu em atenção a essas matérias. Parabéns!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço o aparte. Devo dizer que a Senadora Regina foi a segunda a subscrever, junto comigo. Tenho aqui também a colega Senadora Ana Amélia.

A proposta que estou fazendo, de mudança da Constituição para prever a mesma tipificação para o crime de estupro e o crime de racismo, é para que sejam imprescritíveis, para que levem à reclusão. Tenho os dados do Anuário Estatístico da Segurança. Foram, no ano de 2015, 45 mil estupros registrados. Agora veja o que diz o Ipea: no mesmo ano, não registrado, houve meio milhão de mulheres, meio milhão de brasileiras que sofreram estupro. Então, mais de dez vezes. Para cada registro de estupro numa delegacia, num órgão de segurança, você tem dez outros que não foram registrados. Isso mostra que é uma situação invisível, porque a mulher, com medo, com receio, com vergonha, enfim, com insegurança, não se manifesta.

Senadora Ana Amélia, Senadora Regina, para cada grupo de 100 mil habitantes do Brasil, 22 mulheres são estupradas por ano. Para cada grupo de 100 mil.

Nós temos outra chaga: para cada grupo de 100 mil habitantes, 25 pessoas são assassinadas no Brasil. Lamentavelmente, o meu Estado já foi um dos mais violentos nas décadas de 80 e 90. Era o campeão de criminalidade. Passava de quase 60 mil assassinatos para cada grupo de 100 mil. Alagoas, antes do atual Governador, tinha mais de 50 assassinatos para cada grupo de 100 mil. O Acre agora está abaixo da média nacional, mas o índice ainda é muito elevado. Do ponto de vista do estupro, o Acre está no topo também.

É inaceitável. Eu, como Senador pelo Acre, acho que se conseguirmos aprovar essa medida – e agradeço ao Senador Pimentel, Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça –, coletando essas assinaturas, fazendo uma pequeníssima alteração, poderemos mudar definitivamente, e pela lei, o que não resolve, mas ajuda muito a combater, a enfrentar esse invisível problema que atinge, seguramente, mais de meio milhão de brasileiras todos os anos.

A alteração que estou fazendo é no art. 5º da Constituição, modificando o inciso que diz: "A prática do racismo [e estou incluindo "e do estupro"] constitui crime inafiançável, imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei".

É só isso, mas não tenho dúvida de que a impunidade daqueles que criam uma chaga na vida de milhões de mulheres no Brasil pode cessar, pode ter fim.

Ouço a Senadora Ana Amélia com muita satisfação. Como V. Ex^a não estava presente ainda há pouco, vou coletar imediatamente a sua assinatura, porque sei que V. Ex^a, com a Senadora Regina e as outras colegas, será defensora dessa proposta que considero uma resposta às mulheres que estão com medo, àquelas que sofreram o trauma, que sofreram a violência e não recorreram às autoridades policiais com algum tipo de receio.

Se a lei mudar, se a lei for mais dura, quem sabe ganharemos um grande aliado para pôr fim a essa mancha que o nosso País carrega, a de ser um dos países onde mais ocorrem estupros no mundo.

Ouço a Senadora Ana Amélia.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Senador Jorge Viana, caras colegas Senadoras e Senadores, com muito prazer vou apor a minha assinatura nessa proposta de V. Ex^a, Senador Jorge Viana. Eu até gostaria que não fosse necessária a lei. Eu gostaria que o tratamento desses



dois temas a dispensasse, exatamente pela compreensão das pessoas de que é impossível, no século XXI, conviver com o racismo ou com a discriminação de minorias na questão de gênero, especialmente a violência contra a mulher. Nós temos a Lei Maria da Penha, que foi um avanço, reconheço, extraordinário em relação às medidas protetivas contra a violência à mulher. Mas, lamentavelmente, mesmo com essa lei decorrente de uma exemplar testemunha, porque leva o nome de uma mulher que foi violentamente agredida pelo companheiro, Maria da Penha, esse crime continua. Nos corredores da nossa Casa, ouço com muita frequência: "Senadora, faça alguma coisa, porque a violência contra as mulheres em meu Estado está aumentando". Sou do Rio Grande do Sul, um Estado considerado politizado, de uma cultura forte, com uma boa vivência social, um Estado hospitalero. No entanto, temos regiões em meu Estado em que a violência contra a mulher é também alarmante, com altos índices. Então, penso que talvez essa iniciativa possa avançar o sinal. O grande problema de fato, Senador, é a impunidade. Isso agrava a situação da violência contra a mulher e as questões relacionadas ao racismo. Então, vou dar apoio à essa iniciativa, desejando que nós não precisássemos fazer leis e que a sociedade se comportasse de maneira adequada. Muito obrigada.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu que agradeço. E devo dizer que essa alteração no inciso XLII do art. 5º da Constituição, eu não tenho dúvida de que é uma necessidade, porque esse é o crime praticado na calada da noite, de surpresa. Todo e qualquer crime tem que ser repudiado, tem que ser punido, mas esse crime do estupro é algo que a mulher não tem a quem recorrer depois que está consumado. E nós precisamos, sim, mandar uma mensagem para todos que usam dessa violência de que a lei vai ser duríssima, a punição será em qualquer tempo, porque é inafiançável e é também imprescritível.

Com essa mensagem, eu acho que nós ganhamos, do ponto de vista da legislação, um grande e importante aliado para enfrentar essa violência contra as mulheres. E mais grave ainda, se é que pode ser mais grave, com jovens, muitas jovens. Eu tenho duas filhas e tenho uma neta. Na minha casa, na minha família, a maioria é de mulheres, e não tenho nenhuma dúvida de que temos ainda muita coisa para fazer neste País.

A Senadora Regina falou ainda agora que não é para igualar homem e mulher, não. Somos diferentes. Temos que ter leis diferentes. Se somos diferentes, tratamento diferente. Isso é ser justo, isso é ser adequado. E o que eu estou buscando aqui é também algo que atende o meu Estado.

Sei do esforço do Governador Tião Viana. Melhoramos os indicadores econômicos, melhoramos fortemente os indicadores de educação e também de saúde, apesar de termos ainda problemas em todas essas áreas a serem enfrentados. Mas o que nós estamos vendo no Acre? O crescimento do crime de estupro. E isso é inaceitável! Como é que melhoramos tantos outros indicadores e esse piora, esse nos coloca entre os Estados com maior percentual de estupros por habitante?

Essa iniciativa minha, não tenho nenhuma dúvida, se soma à possibilidade de políticas sociais. Estive esta semana reunido com a equipe da Prefeitura e do Governo do Estado, pois me preocupa muito este momento que estamos vivendo. Não é uma recessão que o Brasil está enfrentando neste momento; é uma depressão. Há uma tendência de se agravarem fortemente, aceleradamente os problemas sociais, especialmente das parcelas mais frágeis da população. E a violência certamente é um grande aliado quando existe a dificuldade econômica e a dificuldade social de uma parcela maior da população.

Então, nesse sentido, apresento essa proposta de emenda à Constituição que modifica o art. 5º da Constituição, altera, faz uma pequena, mas muito forte e significativa alteração no inciso XLII do art. 5º da Constituição, que é o artigo das garantias que nós temos, talvez um dos mais importantes artigos da Constituição, tanto é que tem essa quantidade de incisos. Se aprovada esta proposta de emenda à Constituição aqui no Senado, ele passará a ter a seguinte redação:

Art. 5º

.....
XLII – a prática do racismo [e eu incluo com a minha proposta: e do estupro] constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

É essa a colaboração, como legislador, como Senador, que quero dar, oferecer a todas as mulheres de todo o Brasil e à nossa sociedade como um todo, para homens e mulheres, porque só vamos poder nos tipificar como uma sociedade contemporânea deste milênio, deste século se crimes como esse não fizerem mais parte da rotina da vida e do sofrimento de milhões de brasileiras.

Então, era isso, Sr. Presidente. Peço, mais uma vez, a assinatura das Senadoras e dos Senadores que ainda não assinaram essa proposta de emenda à Constituição que trago para o Senado, torno pública hoje e espero que, muito breve, possa estar sendo pautada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Muito obrigado.



(Durante o discurso do Sr. Jorge Viana, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Rocha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Jorge Viana. Parabéns pela iniciativa.

Eu só queria dialogar aqui com os nossos Senadores e Senadoras que, após a Ordem do Dia, há uma ordem de inscritos aqui. Eu estou querendo reorganizá-la e ver se está atendendo a todos os que estavam inscritos. Primeiro, Roberto Requião; segundo, Paulo Rocha; terceiro, Reguffe; quarto, José Pimentel; quinto, Dário Berger; e, sexto, Regina Sousa. A ordem, o.k.?

Tem a palavra o Senador Roberto Requião. V. Ex^a dispõe de 20 minutos regimentais.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, é com imenso prazer que me dirijo ao Plenário e, principalmente, aos meus amigos aqui da frente, o Senador Reguffe e o Senador Dário Berger.

Fiquei sabendo que o Sr. Presidente desta Casa e os Srs. Líderes programaram para o dia 13 de dezembro a votação final da PEC 241/55. Esta data cai à fiveleta, Senador Pimentel, como diriam os portugueses. Não sei se foi escolhida por acaso ou sugerida gaiatamente por algum bem-humorado Líder governista – afinal, foi em um dia 13 de dezembro, há 48 anos, também com o apoio irrestrito e entusiasmado do empresariado e da mídia, que se editou o Ato Institucional nº 5, a mais radical e destrutiva das intervenções do governo militar na vida brasileira.

O AI-5 representou uma flexão à extrema direita dos golpistas de 1964. Foi um golpe dentro do golpe, definindo com mais clareza, sem pruridos ou rebuços, os novos rumos do regime. Como disse, então, o Ministro Passarinho, na reunião que aprovou o ato: “Às favas com os escrúpulos!” Assim como o AI-5 há quase cinco décadas, a PEC 241/55 também representa o projeto de poder e traz, em seu coração, igualmente, a truculência, a ferocidade, a impiedade e o ódio de classe, e manda às favas qualquer escrúpulo, na rendição ao mercado e à globalização.

Logo na sequência do Ato 5, o governo militar disparou uma ampla e massacrante campanha publicitária – lembra, Senador Dário? Ela tinha como apelo central o dístico “Ame-o ou deixe-o!”, estigmatizando, ferreteando como inimigos do Brasil aqueles que se opunham. Não havia meio-termo: ou você aceitava a ditadura militar e os seus horrores ou você era tido como um traidor da pátria.

Hoje, farsescamente – pois sabemos que a história não se repete a não ser como bufonaria e pantomima –, as duas campanhas em defesa da PEC 55 que estão na rua, uma do Governo e outra do mercado, ressuscitam o mesmo apelo dicotômico, maniqueísta, fáccioso e fascista do AI-5.

Fico cá imaginando a quem teria ocorrido explorar hoje, como se explorava nos anos 50, 60 e 70, a fobia anticomunista. Sei lá, quem sabe tenha sido ideia daquela senhora que, ao ver a bandeira japonesa entrelaçada à bandeira brasileira em um painel na Câmara dos Deputados, horrorizou-se com o avanço da vermelhidão comunista sobre os nossos símbolos. Sei lá, Senador Pimentel.

Já a campanha bancada pelo mercado – sim, senhoras e senhores, o mercado entrou firme nessa briga para garantir que se corte tudo, reduza-se tudo, menos os juros da dívida. A campanha do mercado, sem delongas ou pejo, foi beber diretamente no “ame-o ou deixe-o” da ditadura militar, que, por sua vez, bebeu em linha reta no nazifascismo dos anos 30 e 40. Em sua variante norte-americana nos anos 50, o macartismo.

O conceito básico da campanha do mercado, à qual se associou a grande mídia, é o mesmíssimo conceito usado pelo nazifascismo e pelos ditadores latino-americanos para estigmatizar os indesejados, política, social e racialmente. Como os fascistas, a campanha do mercado reúne diante de um muro, para fuzilamento inapelável e imediato, todos os que se opõem à fixação do teto de gastos. Se você é contra a PEC 55, você é contra o Brasil, decretam os bancos, rentistas, sindicatos patronais e toda a sorte de gigolôs e proxenetas do capital vadio.

Enfim, a campanha do mercado, em parceria com a mídia, não procura fazer pensar, convencer, estimular o debate. Nada disso. Ela tão simplesmente estigmatiza, sineta com o ferrete da segregação e do opróbrio os que divergem. Carimba como renegados, repudiados, proscritos os que são contra congelar por inacreditáveis 20 anos a ação do Estado na vida brasileira. Pois é, quando a gente imaginava, Srs. Senadores, que esse tipo de apelo odiente, oportunista, tosco e larvar houvesse sido vencido pela civilização, ei-lo ressuscitado no nosso Brasil.

Sabemos muito bem qual é a consequência da divisão da sociedade entre bons e maus, entre nós e eles. Esse corte dualista é extremamente perigoso, pois só faz aprofundar as contradições e os conflitos sociais. Quer dizer, a defesa da PEC 55 flerta explicitamente com o fascismo, ao mesmo tempo em que desperta e estimula o espectro da luta de classes. De fato.



A preocupação medular do governo, do mercado, dos rentistas, da grande mídia comercial, da classe média marchadora e batedora de panelas não é com as finanças públicas, com o equilíbrio ou desequilíbrio das contas, com o desemprego, com o enferrujamento e sucateamento das máquinas da indústria nacional. O projeto de poder embutido na PEC 241/55 passa ao largo dessas inquietudes. Elas são apenas pretexto para engambelar a massa rude e ignara e convencer Eremildo, o idiota, da necessidade de doar ouro para o bem do Brasil. Lembram disso? Isto é: renunciar ao bem-estar social, abrir mão do salário, do emprego, da aposentadoria, da casa própria e de outros sonhos.

O projeto de poder entranhado na PEC 241/55 reordena o orçamento, os gastos públicos, as prioridades governamentais segundo os interesses de classe do mercado. Não há dúvida disto.

O Ministro da Saúde, lá do Paraná, sempre muito espontâneo na revelação do que pensa, por isso mesmo aquele que melhor expressa o projeto de poder da PEC 241/55, afirma, por exemplo, que a universalização do atendimento à saúde é uma balela ideológica, porque não há dinheiro para tanto. Quer dizer, Senador Dário, morrer na fila do SUS, na espera por cirurgias, por falta de remédios ou tratamento é uma fatalidade à qual o País precisa se acostumar. E querer impedir que isso aconteça é, para o Ministro da Saúde, ideológico, é esquerdismo, é coisa de comunista.

Já um outro ministro pregou contra a "cultura do benefício grátis" do brasileiro. O brasileiro, segundo ele, deve ser desmamado dessa mania de querer escola grátis, saúde grátis, segurança grátis, aposentadoria. Logo, o povo é o responsável por sua própria desgraça, já que, ao querer benefícios grátis ou subsidiados, sobrecarrega o orçamento público, desequilibra as contas; enfim, provoca toda uma cadeia, um dominó de consequências funestas.

Como o malandro da ópera de Chico Buarque, que, ao não pagar a cachaça no botequim, provocou uma crise internacional, já que o prejuízo da cachaça não paga foi sendo repassado, encadeando prejuízos, da mesma forma, a PEC 241/55 atribui todos os males ao povo e à sua insaciável demanda por escola, hospital, casa própria, segurança, aposentadoria e aumento de salário. E, pobre, o malandro autuado é julgado e condenado pela situação, diz a letra da música de Chico Buarque. *Mutatis mutandis*: e o trabalhador autuado pela PEC 241/55 é julgado e condenado pela situação.

Enfim, a PEC 241/55 não é tão simplesmente uma emenda constitucional como tantas que tramitaram e tramitam pelo Congresso; é muito mais que isso. Insisto, repito, grito: a PEC 241/55 é um projeto de poder. Um projeto de poder neoliberal, ultraconservador, excludente que, externamente, amarra o Brasil à globalização neocolonial, e, internamente, dobra-se aos rentistas, às elites agroexportadoras e ao que há de mais atrasado, inculto, provincial e reacionário em nossa sociedade.

A PEC 241/55 é a revogação da Constituição de 1988 e, como tal, é um golpe, pois revoga a Carta Magna sem que para isso se convoque uma Constituinte. Por emenda constitucional, impõe-se um projeto de poder que é a antítese do espírito da Constituição de 1988. Isso é ou não é um golpe, Senador Pimentel? É ou não é um golpe de Estado? E, como o AI-5, é um golpe dentro do golpe, que derrubou a Presidente Dilma.

Como diria Mino Carta: nunca subestime a capacidade de nossas elites de regredir, de restabelecer o mundo da casa-grande e da senzala. Foi uma ilusão, é uma ilusão, a que eu próprio cedi: achar que havia ou há consciência democrática nas classes dominantes brasileiras. Triste ilusão! Quando elas não se sentem seguras, quando seus privilégios correm risco, elas não vacilam um segundo em golpear as instituições, as instituições democráticas. Depois do golpe do *impeachment*, o golpe contra a Constituição de 1988, o golpe contra o Estado de bem-estar social.

Senhoras e senhores Senadores, em pronunciamentos nesta tribuna, nos debates na CAE e na CCJ, afirmei que a PEC 55 pode levar o País ao conflito civil. Nós somos os *senecti*, isto é, os mais velhos; em consequência, supostamente mais experientes, mais sensatos, mais responsáveis. Logo, é de nossa obrigação evitar que o País se conflagre.

Não escapa a ninguém. Basta que se tenha os olhos e ouvidos abertos à realidade nacional; não escapa a ninguém que, de 2013 para cá, fermentam-se a radicalização e a intolerância no País. Na internet, nas redes sociais, nas ruas transbordam-se manifestações arrepiantes, medonhas. O ódio libera-se, berra, proclama-se e se transforma em tragédia, como no dia 15 passado, em Goiânia. Segundo os jornais, lá, um pai, Senador Pimentel, depois de uma conflituosa discussão, matou o filho e suicidou-se por não aceitar o envolvimento do rapaz em movimentos sociais, por divergir dele em relação à ocupação de escolas.

No Paraná, em Curitiba, no meu Estado, na minha cidade, esse tal de MBL, tão incensado pela mídia e aqui no Congresso, organizou-se em milícias para desocupar escolas em posse dos estudantes contrários à PEC 55 e à reforma do ensino médio.

Flagrados, fotografados, filmados, identificados, esse arremedo histriônico das SAs agiu sem qualquer impedimento de parte da nossa polícia.



Nenhum editorial furibundo da imprensa local apostrofou os baderneiros, afinal, na visão de nossa mídia comercial, tratava-se de "baderneiros do bem", Senador Hélio José.

Como já disse, a história não se repete a não ser farsescamente, temos aqui a ameaça de uma reanimação do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), ativo nos anos de chumbo da ditadura como braço auxiliar da repressão.

E, dias passados, um desses tantos grupelhos fascistas que se organizam no País tomou a Câmara dos Deputados e o fez, certamente, com alguma cobertura, pois, como todos sabemos, especialmente nós que fazemos oposição à proposta econômica do Governo, não é tão fácil assim o acesso às Casas do Congresso. Até eu, como Senador, já fui barrado aqui na entrada da chapelaria por um agente que não sei de onde saiu.

O ovo da serpente, mais uma vez, incuba-se pela incúria, pela temeridade e pela imprudência das classes que dominam o País.

Sr^{as} e Srs. Senadores, os dicionários Oxford, editados pela Universidade de Oxford, Inglaterra, escolhe anualmente a palavra do ano. A palavra deste ano é pós-verdade. Pós-verdade é a irrelevância da verdade, é a banalização, a insignificância da verdade produzida pelos meios de comunicação, pelos tais formadores de opinião, pela máquina política que tritura a realidade dos fatos. É a contrafação da verdade que se impõe como verdade.

A PEC 241/55 é um bom exemplo de pós-verdade.

Qual é a verdade? A verdade é que a PEC 241/55 é um projeto de poder neoliberal, concentrador de riquezas e de rendas, antipopular e antinacional. A pós-verdade, que os meios de comunicação e o mercado vendem ao País, é que a PEC 241/55 torna-se necessária para fazer o País crescer, para combater o desemprego, para equilibrar as contas públicas e outras falsificações claríssimas da realidade.

A verdade é que a PEC 241/55 vai muito além de uma reforma constitucional. A pós-verdade impingida ao País e aos brasileiros transforma investimentos e compromissos sociais e constitucionais em gastos, em despesas, em desperdício do dinheiro público, em sobrecarga ou carga morta sobre o orçamento.

Fico aqui matutando, especulando, perguntando: será que o Governo não se deu conta? Será que esta Casa não de se deu conta do buraco que se cava sob os nossos pés?

Acho que sim, Senadora Vanessa.

Penso que se deu conta e já está se preparando para o que há de vir; pois, em perspectiva, o único caminho que resta ao Governo e aos seus apoiadores no Congresso, na mídia e no mercado é preparar a repressão contra a inevitável revolta popular.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Dezenas de milhões de brasileiros que pela primeira vez em 500 anos experimentaram as delícias de fazer três refeições por dia, de viajar de avião, de comprar um carro e uma casa própria, de botar o filho na faculdade não vão permitir que sejam novamente trancados na senzala.

Não se trata de meu desejo. A pós-verdade, como falsificação da verdade, não há de resistir à realidade dos fatos que entra pela porta e pela janela das casas e cobre a pós-verdade divulgada pelos rádios, pelos jornais e pelas televisões.

Quem viver verá.

Encerro aqui o meu pronunciamento. Mas quando entrava no plenário deste Senado, depois de sair...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ... de uma reunião na Comissão de Assuntos Econômicos, alguns Senadores me diziam que o Senador Alvaro Dias subiu à tribuna para fazer uma diatribe pesadíssima em relação ao projeto de abuso de autoridade, do qual sou relator.

Eu quero dizer aqui ao Senado que quem é contra o projeto de abuso de autoridade é porque é manifestamente a favor do abuso de autoridade. Eu entendi perfeitamente o horror do Senador Alvaro Dias, que foi Governador do Paraná, como eu. Ele não pode ser a favor de um projeto que confronte o abuso de autoridade. No seu governo, enquanto governador, ficou famoso por pôr a cavalaria da Polícia Militar a massacrar os professores do Paraná, reunidos à frente da Assembleia Legislativa para levar suas reivindicações.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Houvera, naquela época, um projeto como esse que estou relatando, o Governador deixaria de ser governador naquele momento e iria enfrentar a enxovia de uma cadeia pública pelo ato criminoso de massacrar professores. Entendo, assim, que ele realmente não pode ser a favor de um projeto que defende a cidadania das agressões das famosas autoridades pequenas e grandes,



os malandros do “sabe com quem você está falando”, da carteirada, da impiedosa, irresponsável e absurda atitude de colocar policiais armados a cavalo em cima de professores indefesos.

Está aqui a minha forma de entender o protesto do Senador Alvaro Dias.

Como dizia, lá no Paraná, um radialista...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ...e homem de televisão famoso: Governador Alvaro Dias, se é esse o embate que você quer, vem que tem. Tem café no bule.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Requião. Parabéns pela sua intervenção e pelo grande debate que V. Ex^a traz sempre ao nosso Plenário. Parabéns!

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pela ordem.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Se me permite, também gostaria de cumprimentar o Senador Roberto Requião pelo belo e lúcido pronunciamento que acaba de fazer da tribuna.

Senador Requião, parabéns pelo brilhantismo do pronunciamento que V. Ex^a acaba de proferir.

Presidente Regina, peço a palavra pela ordem porque, infelizmente, não estava aqui no momento em que acontecia hoje a Ordem do Dia. Eu me encontrava no Tribunal Superior Eleitoral, participando, a convite do Ministro Gilmar Mendes, de um seminário que está tratando da reforma política.

Mas, Sr^a Presidente, já tomei conhecimento de que foi feita pelo Senador Pimentel, pelo Senador Paulo Rocha, uma questão de ordem levantando a gravidade dos fatos ocorridos no dia de ontem. Ontem, travamos uma discussão dura, uma discussão difícil nesta Casa em torno do Projeto de Lei da Repatriação. E, ao final e ao cabo, no final do dia, quase à meia-noite, chegamos a um acordo que está registrado nas notas taquigráficas do Senado Federal, um acordo que foi encaminhado pelo Relator, Senador Romero Jucá, que retirava do projeto de lei a possibilidade de repatriação de recursos por parte de cônjuges e parentes. Foi esse o acordo que fizemos, Senadora Regina. Isso está nas notas taquigráficas, isso está na compreensão de todas as Senhoras e dos Senhores Senadores que estavam aqui no dia de ontem, que participaram da sessão.

E hoje, olhando a redação final do projeto, como ficou o projeto que está sendo encaminhado à Câmara? Não há nenhum registro sobre isso. E, se não há registro sobre isso, a redação permite a repatriação. Isso foi um golpe! Um golpe contra a vontade não da Oposição, Senador Paulo Rocha, como V. Ex^a disse, mas da maioria do Senado. O art. 325 do Regimento Interno do Senado Federal, que foi o suscitado por V. Ex^as, deveria ter sido usado para isso, para corrigir essa falha, porque o que tem de ser levado em consideração é a vontade da maioria, não uma questão meramente técnica. E no plenário, ontem, eu vim a este microfone várias vezes e perguntei, inclusive, ao Senador Romero Jucá: então, quer dizer que esse encaminhamento retira a possibilidade de repatriação também por parentes? Ele respondeu ao microfone: sim. O Brasil inteiro ouviu, não fomos somente nós. Mas a questão de ordem do Senador Paulo não foi aceita e o projeto foi remetido da mesma forma à Câmara dos Deputados.

Eu quero dizer, Senadora Regina, que quem perde com isso não somos nós; quem perde com isso não é a Oposição; quem perde com isso são eles, que deram mais um golpe. Se a situação já era grave ontem, hoje está mais grave ainda. Para quê? E a favor de quem? A pedido de quem? Para favorecer quem? Eles insistem tanto em manter isso no projeto de lei! Atendendo ao pedido de quem? A quem eles estão temendo, que precisa colocar essa possibilidade no momento grave por que passa o nosso País, com tantas contas de parentes, de esposas, sendo descobertas no exterior, fruto de desvio, sim? Aí eles dizem: esse não pode porque é ilícito. Daí até provar que é ilícito, o dinheiro já voltou e foi legalizado. O que é isso?

Então, não me resta outro caminho, Senadora Regina, a não ser denunciar. Eu quero ver como este Senado vai reagir a partir de terça-feira, porque enganada não fui eu, enganado não foi o Senador Paulo Rocha, não foi V. Ex^a, Senadora Regina, não foi o Senador Pimentel nem o Senador Magno. Enganada foi a maioria do Senado Federal, que saiu daqui com a compreensão de que estava proibida a possibilidade de repatriação por parte de parentes e de agentes públicos.

Então, eu lamento. E nós vamos denunciar e mudar isso. Mas o Brasil está assistindo a tudo o que está acontecendo neste País e no Parlamento. Um dia, são os Líderes da Câmara assinando apoio ao Ministro Geddel Vieira Lima, que cometeu um crime confesso; e, no outro dia, um golpe que se dá na vontade da maioria das Sr^as e dos Srs. Senadores.

(Soa a campainha.)



A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada. Desculpe, Senador Paulo Rocha. Obrigada pela oportunidade.

(Durante o discurso da Sr^a Vanessa Grazziotin, o Sr. Paulo Rocha deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Regina Sousa.)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Vanessa. A senhora tem toda a razão, eu também me senti traída, indignada. Eu acho que foi um comportamento lamentável e a gente precisa reagir a isso.

Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^s e Srs. Senadores, raras vezes, desde que o Brasil conquistou a democracia, vimos o País tão mobilizado contra uma proposta de emenda à Constituição como a onda popular a que estamos assistindo nessas últimas semanas.

A PEC 55, antes 241 na Câmara dos Deputados, também popularmente chamada PEC da maldade, ou a PEC do fim do mundo, mobilizou até mesmo a consultoria técnica deste Senado, que produziu diversos estudos e pareceres sobre a proposta. Um deles, talvez o mais importante, classifica a PEC como inconstitucional. Outros questionam, do ponto de vista jurídico, se a decisão deliberada de impor sacrifício à população, particularmente os mais pobres, contraria ou não as funções do Poder Executivo constitucionalmente definidas. A essas interrogações eu acrescento mais uma: até que ponto não será inútil ou até prejudicial à economia brasileira?

A inconstitucionalidade da PEC 55 causa espanto até mesmo entre os Senadores da Base do Governo. A emenda pretendida, entretanto, é bom que se lembre, é fruto de um Governo ilegítimo, sem a aprovação do voto popular. Só com o referendo da cidadania, conforme estamos propondo, as medidas claramente recessivas, causadoras de pobreza, desemprego e desamparo social estariam plenamente em conformidade com a lei. Somente o povo pode avaliar se aceita ou não sacrifícios como os que aqui estão sendo propostos.

Mas a PEC 55 não é apenas inconstitucional, é também imoral, porque pretende impor para os próximos 20 anos um modelo financeiro ultra neoliberal que privilegia bancos, rentistas milionários e especuladores do mercado financeiro no acúmulo diário de fortunas construídas com títulos do Governo Federal, enquanto castiga a maioria da população com menos escolas, menos postos de saúde, menos segurança nas ruas, entre outros efeitos danosos e nefastos.

Entre os Deputados, a medida foi aprovada na Câmara depois que o trator do Governo, com uso do Tesouro, esmagou as resistências com o convencimento daqueles votos sempre vacilantes, que vendem seu apoio em troca de vantagens.

Mas, no Senado, a minha esperança é que essa lógica não prevalecerá, pois já se forma a conscientização do desastre que representa o chamado Novo Regime Fiscal pretendido pela PEC 55.

Na sociedade, a reprovação é generalizada, como o próprio DataSenado pôde comprovar, na consulta popular que abriu em seu site, em que os que participaram da sondagem se posicionaram contra a PEC, majoritariamente: cerca de 90%.

A Base do Governo pode querer rebater esses números, repetindo a velha ladainha de que houve aparelhamento das hordas petistas na pesquisa. A realidade desmente essa lorota. Não há sequer um movimento social, espontâneo ou organizado, que tenha vindo a público para defender a PEC 55. Pelo contrário: sua condenação, como medida amaldiçoada, mobilizou desde médicos e cientistas, reconhecidos pelos serviços que prestaram à Nação, até artistas, líderes religiosos e sindicatos de trabalhadores. Todos, sem exceção, apontaram a catástrofe social que ela vai causar. Todos preveem ruína no horizonte do Brasil, caso ela seja aprovada.

Os danos não serão apenas de ordem material; são também – o que é mais grave – de ordem moral.

O parecer da Consultoria Técnica do Senado que estabelece que a PEC 55 é inconstitucional tem como baliza a conclusão de que o texto da emenda desrespeita várias cláusulas pétreas da Constituição. A primeira delas, que também já foi apontada pela Procuradoria-Geral da República, é a de que a PEC 55 fere o princípio da separação dos Poderes – essencial para qualquer regime que queira ser chamado de democrático.

A segunda violação afeta a segurança jurídica do País, pois a deterioração dos direitos trazida no bojo da PEC vai estimular uma judicialização ainda maior. O resultado nós sabemos: o STF será entupido com dezenas, centenas, talvez milhares de ações, reivindicando direitos sociais fundamentais, cujo provimento é obrigação do Estado.

O quadro de caos na Justiça, por sua vez, servirá de argumento para investidores não depositarem sua confiança no Brasil. Seu produto, ao fim e ao cabo, é a incerteza. No lugar de políticas públicas que, com



diferentes graus de sucesso, são conduzidas de forma organizada e planejada pelo Executivo, o que teremos serão decisões judiciais pontuais que causarão perdas ainda maiores nas contas públicas.

Outro parecer técnico deste Senado aponta deformidade constitucional na PEC 55. Ela viola o chamado “princípio de vedação do retrocesso social”, pois o Governo ilegítimo está jogando com o futuro dos próximos 20 anos, com a imposição de um limite declinante para as despesas e investimentos sociais, tomando como ponto de partida uma conjuntura recessiva que vai aumentar a pressão por mais serviços essenciais.

O investimento será declinante em relação à renda gerada na economia, à arrecadação federal e, principalmente, por cidadão. O retrocesso social nessa conjuntura, portanto, é líquido e certo, e plenamente previsível, constituindo nova ilegalidade quando é implantado conscientemente pelo Governo.

A destruição de direitos e as garantias sociais e sua inconstitucionalidade é o insulto mais grave à consciência cidadã da Constituição de 1988.

Nascida após o fim do período repressivo e desastroso da ditadura militar, nossa Carta Maior também garantiu esperança e total liberdade de manifestação para o cidadão. Hoje, não por acaso, enquanto o Governo ilegítimo de Michel Temer cobra a rapidez na aprovação da PEC neste Congresso com uma mão, com a outra desfere seu porrete autoritário contra a oposição e os movimentos sociais que se opõem à emenda.

Como se não bastasse, a PEC 55 também viola o princípio da razoabilidade. Outros países já mostraram que há soluções mais adequadas e justas para tratar a questão do equilíbrio dos gastos públicos e dos problemas a eles associados. Nunca, em tempo algum, em nenhum país soberano, foram definidas restrições orçamentárias que podem durar 20 anos. É também um disparate, porque estipula o prazo de 20 anos para emendar, justamente, o Ato das Disposições Transitórias da Constituição. Vinte anos para uma disposição transitória é mais do que um contrassenso, é uma agressão à inteligência.

Entre 2014 e 2015, o que caiu foi a arrecadação do governo. Para fazer política anticíclica, o governo deu uma série de desonerações para os industriais, IPI e contribuições sociais sobre a folha de pagamento. Somado a isso, houve uma desaceleração econômica muito forte. Assim, houve um impacto gigantesco na arrecadação. O governo abriu mão de receitas, achando que os patrões iriam investir, mas os patrões ficaram com as desonerações para eles, e o governo ficou sem arrecadação. Uma alternativa seria manter a arrecadação e usar o governo para investir, o que não foi feito.

Uma economia desindustrializada, que não vende produtos com valor agregado, só *commodities*, cujos preços são e estão baixos, entra em crise, ainda mais em um contexto mundial de retração e com forte queda dos preços desses produtos. E um governo golpista, que não se elegeu, adota a plataforma política que atende aos seus próprios interesses, sem a menor vergonha.

Se aprovada, a PEC da maldade levará o Brasil a se converter no principal paraíso da agiotagem na Terra, com o intuito claramente de beneficiar o sistema financeiro e a prática do “rentismo”, através da especulação financeira.

Usa-se o argumento de que, com a criação de um suposto “Novo Regime Fiscal” – nome dado pelo Governo ilegítimo a esta engenharia antipovo, programada para durar 20 anos –, os gastos públicos na saúde, na educação, na ciência e tecnologia, cultura, agricultura familiar e etc. competem com a meta do superávit primário, conceito contábil que corresponde ao valor pouparado pelo Governo para pagar o sistema da dívida.

Esse é o primeiro passo para uma série de retrocessos sociais, que vai reduzir os gastos de saúde e da educação em relação aos atuais mínimos constitucionais, reduzir o número de famílias contempladas com o Bolsa Família, evitar novos aumentos reais do salário mínimo, gerar uma reforma na Previdência com impactos imediatos, reforma do abono salarial e do seguro-desemprego, redução dos subsídios agrícolas e industriais, redução dos investimentos públicos, além da revisão de diversas leis e atos normativos de repasse a Estados e Municípios.

É, portanto, desonesto afirmar que os gastos com saúde, assistência social e educação, que respondem por apenas 11% das despesas federais, são a causa do desequilíbrio fiscal. Estudos da Associação de Secretários Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social estimam que, nos primeiros 10 anos de vigência do Novo Regime Fiscal, as perdas dessas áreas poderão alcançar R\$1,3 trilhão, que será canalizado à especulação financeira.

Para os servidores públicos, será o fim da reposição da inflação nos salários e não haverá novos concursos por 20 anos.

Com todos esses argumentos concretos, faço desta tribuna um chamamento à responsabilidade de todos os meus colegas. Nós não estamos aqui, como representantes eleitos, majoritariamente, de nossos Estados, para atropelar a Constituição com a aprovação rasteira dessa emenda, apenas para dar um verniz de legalidade ao chamado Novo Regime Fiscal. Não, Srs e Srs. Senadores: nós estamos aqui para representar os cidadãos que nos escolheram para defender os seus direitos. Nós aqui estamos para assegurar dignidade e



bem-estar social à cidadania e ao povo que nos escolheu pelo seu voto.

Sra Presidente, Srs e Srs. Senadores, a PEC que ganhou aqui o nome de PEC dos gastos públicos tristemente representa o aniquilamento de todas as esperanças de que, a cada nova lei que aprovávamos, estávamos erguendo um País mais igualitário. E o pior de tudo é que essa imposição parte de um Governo que não recebeu o aval das urnas. Por via indireta, estão nos forçando a aceitar um projeto de País que vinha sendo sistematicamente derrotado nas urnas, nos últimos anos. Não é só a esperança de um País mais justo que vai se esvaindo: é também a esperança de um Brasil mais democrático, que se fragmenta.

Portanto, Sra Presidente, eu queria registrar esse meu posicionamento, aqui, em relação ao debate da PEC...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... um pronunciamento mais longo, que requeiro seja registrado nos *Anais* desta Casa.

Quero, portanto, chamar a atenção dos nossos pares para o fato de que há outras saídas para resolver o problema do crescimento econômico, do desemprego, saídas capazes e que se contrapõem ao velho debate. Gastar com pobre, gastar com saúde, com educação, é gasto para aqueles que defendem um Estado mínimo. Para nós, é investimento, investimento na dignidade, na cidadania e no bem-estar do nosso povo, da nossa gente. Investir na qualificação profissional, investir na educação do nosso povo, da nossa juventude, é preparar um País não só para o futuro, mas um País que nós já estávamos...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... construindo desde antes, um Estado social. Com tantas riquezas que há neste País, temos condições de construir um Estado social que dê oportunidade para todos e dignidade para a nossa gente, para o nosso povo.

Muito obrigado, Sra Presidente.

DISCURSO NA ÍTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO ROCHA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 203, do Regimento Interno.) (vide item 4.1.2 do sumário)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paulo Rocha, e eu o convido a voltar à Presidência, porque terei um voo daqui a pouco. Mas já anuncio o próximo orador, o Senador Reguffe.

V. Ex^a pode se dirigir à tribuna. (Pausa.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Parlamentares, está sendo discutida no Congresso Nacional, com a anuência de alguns Parlamentares – meio sorrateiramente – de vários partidos políticos, uma anistia ao caixa dois das campanhas.

Isso é absolutamente inaceitável, neste momento que o País está vivendo. Não dá para aceitar isso. Não daria para aceitar nem neste momento nem depois dele, quanto mais num momento em que nós estamos discutindo uma limpeza deste País, uma limpeza moral deste País. Não dá para aceitar isso.

As pessoas de bem deste Parlamento, dos diversos partidos, não podem aceitar que essa proposta de anistiar o caixa dois progrida neste Parlamento. Isso vai contra absolutamente tudo que as ruas estão dizendo hoje. Isso é um tapa na cara do cidadão honesto deste País.

Mas quero também, Sr. Presidente, falar de uma outra proposta, uma proposta que eu defendi na minha primeira semana como Senador nesta Casa. Fiz um pronunciamento, uma fala para defender essa proposta, que é a do fim do foro privilegiado.

Todos os brasileiros devem ser iguais e ter tratamento igual perante a lei, perante a nossa legislação. Já fiz isso em diversas outras oportunidades, mas quero aqui apoiar o projeto do Senador Alvaro Dias, que acaba com o foro privilegiado e que está pautado na CCJ. Quero apoiar o relatório feito pelo Senador Randolfe Rodrigues, no sentido de acabar com toda espécie de foro privilegiado. Todos os brasileiros têm que ser iguais e ter tratamento igual.

Penso que esta Casa, ao adotar essa medida – que é justa, que é correta – estaria em consonância com o desejo de quem ela representa, que é a população brasileira.

E quero aqui fazer um registro sobre um jornal da minha cidade, aqui do Distrito Federal, o *Correio Braziliense*, que tem feito uma campanha absolutamente correta e justa, favorável ao fim dessa excrecência que é o foro privilegiado.



Quero aqui parabenizar o jornal e a diretora de redação, a jornalista Ana Dubeux, por fazer essa campanha e por utilizar o jornal como instrumento de mobilização da sociedade para esse tema que é tão importante para a população.

O foro privilegiado hoje não passa de fermento e instrumento da impunidade. Ele lota de processos o Supremo Tribunal Federal, os processos não são votados, e nós temos a impunidade que há hoje neste País.

O jornal *Correio Braziliense* já foi protagonista de outras campanhas, como a Paz no Trânsito, uma ideia conduzida pelo nosso colega Senador Cristovam Buarque – à época Governador do Distrito Federal –, que fez Brasília ser exemplo para o resto do Brasil. A campanha tinha como escopo fazer com que os carros parassem na faixa de pedestre, de forma educada e civilizada, quando algum pedestre fosse atravessá-la. E Brasília virou exemplo para o Brasil.

Foi protagonista também da campanha pelo fim dos salários extras. Quando me elegi Deputado Distrital, a minha primeira medida foi abrir mão dos salários extras, dentre outras coisas de que abri mão, e apresentar um projeto para acabar com os chamados décimo-quarto e décimo-quinto salários dos Parlamentares, que existiam no Brasil desde 1938 e sobre o quais ninguém falava. Eu apresentei o projeto para acabar e dei o exemplo, no meu primeiro dia do mandato, abrindo mão desses salários extras. E o jornal *Correio Braziliense* cumpriu um excelente papel, importante papel, fazendo uma série de reportagens e mobilizando a população na luta pelo fim dos salários extras.

E agora está conduzindo essa campanha pelo fim do foro privilegiado. Algo muito importante para que nós tenhamos uma igualdade verdadeira neste País.

Por que o foro privilegiado? Muitos dizem assim: "O Brasil segue o exemplo da Suprema Corte norte-americana; lá também os ministros são escolhidos com indicação política da presidência." Eu tenho um projeto aqui que cria concurso público, mas com mandato de cinco anos, para os cargos de ministro de tribunal superior e de ministro e conselheiro de tribunal de contas, com o objetivo de acabar com a vitaliciedade, passar a ser um serviço e não uma profissão, acabar com as influências político-partidárias e, dessa forma, fazer com que tenhamos cortes totalmente isentas.

Agora, a Suprema Corte norte-americana não julga parlamentares, ela não é um tribunal penal. A Suprema Corte brasileira é, e aí engarrafam-se os processos lá...

E isso é ruim, tanto para o culpado quanto para aquele que é inocente, porque os que são culpados não pagam por ter lesado o contribuinte brasileiro, e os que são inocentes ficam com uma espada na garganta durante anos, porque os seus processos não são julgados. E isso não é justo.

Então, quero fazer aqui um apelo, reconhecendo o valor da luta que o jornal *Correio Brasiliense* tem feito, reconhecendo a importância do tema, relembrando que, na minha primeira semana aqui como Senador, falei e me pronunciei pela extinção do foro privilegiado. E lembrando a todos que está na pauta da CCJ desta Casa o projeto que acaba com o foro privilegiado.

Penso que essa seria uma bela atitude deste Parlamento, em sintonia com o desejo das ruas, com o...

(Soa a campainha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – ... desejo da opinião pública nacional. Esta Casa representa a opinião pública nacional. Todos os que estão aqui foram eleitos. Goste-se ou não se goste dos que estão aqui, todos foram eleitos. Então, esta Casa daria uma boa mensagem para a opinião pública nacional ao aprovar essa PEC do fim do foro privilegiado.

Assim como houve a vitória nos salários extras, que terminaram – ficaram até dois – um no início da legislatura, um no final da legislatura –, acabaram o décimo-quarto e o décimo-quinto que havia.

Nós podemos avançar, e vamos avançar com as pessoas de bem não se omitindo e com as pessoas de bem se unindo, independentemente de partido político, de filiação partidária, para que construirmos um Brasil mais justo, e um Brasil mais justo não pode ser um Brasil com impunidade.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Reguffe, a Srª Regina Sousa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Rocha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Reguffe. Parabéns por trazer a este Plenário temas tão importantes para este Senado debater e aprovar.

Continuando a ordem dos oradores, chamamos o Senador José Pimentel.

V. Exª dispõe inicialmente de dez minutos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pronuncia o seguinte



discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Paulo Rocha, Sras Senadoras, Srs. Senadores, no último dia 20 deste mês de novembro, o Banco do Brasil editou um fato relevante: comunicou à sociedade brasileira, ao mercado, à Comissão de Valores Mobiliários e aos órgãos de controle que esse banco teria tomado a decisão de reduzir o seu quadro em até 18 mil funcionários. E o mecanismo que o banco está tomando para reduzir esses 18 mil funcionários é chamado de política de incentivo à aposentadoria.

Nós tivemos também, nos anos 90, mais precisamente em 1996, algo parecido: era o chamado PDV (Programa Voluntário de Demissão). Àquela época o número era em torno de 15 mil, e, quando não se atingiu esse número, a partir dos estímulos aos funcionários que deveriam deixar o banco, aí, sim, passaram para a luta bruta: a demissão sem justa causa.

Só no meu Estado, o Estado do Ceará, tivemos em torno de 400 funcionários demitidos sem justa causa ao longo da sua história. Lembro que esse banco foi criado em 1808 e faliu uma vez, em 1822, quando a Família Real deixou o Brasil e rapou o caixa do banco, mas, mesmo assim, no seu retorno em 1829, logo após as finanças se organizarem minimamente, boa parte desse pessoal foi retomada.

De lá para cá, nós tivemos a crise neoliberal dos anos 90, quando foram afastados em torno de 15 mil funcionários. É bom lembrar que lá, em 1996, esse banco teve um prejuízo, valores nominais, de R\$7,526 bilhões. Portanto, além de inviabilizar o banco, levou o banco a ter um prejuízo.

Agora, em 2015, o ano da grande crise política e econômica, esse mesmo banco cobriu os R\$7,526 bilhões do período neoliberal e teve um saldo positivo de R\$14,4 bilhões, lembrando que, de 2003 a 2015, esse banco nunca teve prejuízo, e todos os resultados líquidos, de 2003 a 2015, são superiores ao último ano do governo do PSDB, quando foi de R\$2,028 bilhões.

No primeiro ano do governo do PSDB, em 1995, eles levaram esse banco a um prejuízo de R\$4,2 bilhões. No segundo ano do governo do PSDB e do Sr. Fernando Henrique Cardoso, levaram esse banco a um prejuízo de R\$7,526 bilhões. Durante os 13 anos do governo do Partido dos Trabalhadores, esse banco teve lucro, todos os anos, e, em 2013, teve o melhor resultado: de R\$15,758 bilhões. No ano passado, quando o PIB foi negativo, tivemos recessão, tivemos dificuldade política, econômica e social, o ano do golpe institucional, esse banco deu lucro de R\$14,4 bilhões. Ao mesmo tempo, nesse período dos 13 anos do governo do Partido dos Trabalhadores, não demitimos nenhum funcionário do Banco do Brasil, ao contrário do governo neoliberal do PSDB, do Sr. Fernando Henrique Cardoso.

A Srª Regina Sousa (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O Senador me concede um aparte?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Claro.

Quero registrar que a Senadora Regina é também servidora do Banco do Brasil, concursada igual a mim. Eu sou dos anos 70, do início dos anos 70; ela é um pouquinho depois.

Por gentileza, Regina.

A Srª Regina Sousa (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador, mas eu queria registrar porque eu tenho que embarcar, não vou poder falar. Então, dizer assim: a gente viveu isso, está parecido com aquilo que nós vivemos, nós éramos sindicalistas na época, não é? Eu era Presidente do Sindicato dos Bancários em 1996, então mostrando que é a mesma intenção. Ah, vêm dizer para a gente que “não, não vai demitir; só vai se aposentar quem já tiver tempo de aposentadoria”... Mas a gente tem o direito de desconfiar, porque nós vivemos isso, e naquele período, exatamente, a intenção era de privatizar. Era botar o banco do tamanho que tinha que ser, que era para vender para os outros bancos que estavam de olho nesse filé. Porque é estranho: por que é que os bancos privados não estão fechando agência? Não é? Por que é que os bancos privados não estão fechando agência? Justo o Banco do Brasil, que vai lá no rincão do cafundó do judas, como a gente diz, para atender o trabalhador. Aí é esse banco, que tem que ter uma função social – porque ele é um banco público, tem que ter uma função social –, vai fechar agências. Pode até ser que em algum lugar haja exageros, mas ele tem que se manter como banco que atende à população mais pobre, ao aposentado que vai pegar o seu dinheiro e que não sabe nem mexer naquela máquina. “Não, mas vai ter posto!” – o aposentado não sabe mexer, nunca aprendeu, precisa ter um bancário orientando. Então, na verdade, é o ajuste fiscal. E está dito nas manchetes: “PDV nas estatais vai reforçar o ajuste fiscal”. Na verdade, a PEC já está em andamento. Isso já faz parte. Não é só o Banco do Brasil. Vem aí o pacote da Caixa, dos Correios, a Eletrobras vai demitir 5.800 e lá acho que há até PDV também, e outros aí: Correios, Caixa e BB, quer dizer, é o mesmo programa neoliberal daquela época, de privatizar as estatais, as empresas públicas, porque ainda resta o pouquinho que ainda há, porque na época lá foi privatizado o filé. Então, o que resta ainda de estatal, de patrimônio, vão preparar para privatizar. Por isso, este enxugamento: vão 19 mil servidores, então vai ficar nos 80 mil, que é o palatável para o setor privado. Aposto que onde um banco fechar o Bradesco vai abrir, ou outro qualquer aí. Então, a gente precisa alertar os nossos companheiros, porque não é possível



entregar um patrimônio desses como o banco, porque ele tem uma função social, precisa ter, à bancarização, principalmente depois do Governo Lula, que bancarizou muita gente. A não ser também que estejam com a intenção de desidratar também esse pessoal que foi bancarizado. E quando eu digo que a PEC já está em andamento é porque há outras medidas. Por exemplo, universidade aberta não há mais! Mandaram cortar 78% das vagas. Então, assim, cumpre esse ajuste mesmo. As universidades federais foram todas notificadas para apresentar um plano de redução de vagas nas licenciaturas, quer dizer, não precisa mais formar professor. Todo dia se ouve dizer que precisa de professor, mas para o Governo não precisa formar, é para diminuir as vagas. Então, a PEC já se realizando, e a gente precisa mobilizar nosso povo, que ainda tem – o pessoal pensa que não tem, mas nós ainda temos muita gente para mobilizar e que é contra essa PEC. E nós vamos lutar até o fim contra ela. Obrigada.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Quero incorporar a sua fala na totalidade ao nosso discurso e registrar que, ao afastar esses 18 mil funcionários, não há concurso público para repor essas vagas de trabalho. Portanto o banco – que hoje já explora os seus funcionários com as metas implantadas para cada um, que já trabalha mais de oito horas e que por isso tem hora extra, porque a jornada de trabalho é de seis horas –, retirando 18 mil, só tem um jeito: é chamar de lixo parte dos seus correntistas,...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... como era feito lá em 1995 e 1996. E o gerente que conseguia fechar a conta bancária, que conseguia expulsar de dentro do banco os seus empresários, os seus clientes, os seus agricultores, recebia um prêmio na política que levou o banco a ter um prejuízo de R\$7,526 bilhões, em 1996.

Esse banco também, nesse fato relevante, determina que fechará 402 agências. Serão simplesmente fechadas. Eu não vejo nenhum outro banco privado fechando agência em qualquer parte do Território nacional...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... porque hoje, Sr. Presidente, um dos instrumentos que efetivamente dão lucro a um banco são as operações de varejo, e essas operações de varejo só se tem quando há agência bancária.

O Banco do Brasil, que vem de 1808, está fechando 402 agências e está retirando 18 mil funcionários. Esse banco, no ano passado, teve R\$14,4 bilhões. Com menos funcionários, com menos agências, os primeiros a serem prejudicados são os pequenos empreendedores, os empreendedores da micro e da pequena empresa e o empreendedor individual. Hoje há 11,4 milhões de micro e pequenos empreendedores formais, e o Banco do Brasil é o seu principal agente de crédito.

Na última alteração da lei geral, que fizemos aqui antes do recesso de julho, nós aprovamos, por unanimidade, a criação de um sistema novo de crédito, descentralizado, coordenado pelo Banco Central, para atender o micro e o pequeno empresário. Parece-me que nós estávamos adivinhando que o principal banco do Brasil iria ter essa postura.

Infelizmente, este Governo ilegítimo vetou os artigos da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que é a Lei Complementar nº 155. No dia 30 de novembro, agora, esse voto, que esvazia o Simples Nacional, vai a voto, no plenário do Congresso Nacional, na sessão do Congresso Nacional. Espero que os mesmos Parlamentares que votaram para a criação de um instrumento de crédito simplificado, descentralizado, com juros menores consigam derrubar o voto, para que se possa viabilizar a grande bandeira do Sebrae Nacional e das entidades das micro e pequenas empresas.

Esse banco também, por esse fato relevante, está comunicando que 379 agências, além das 402 que serão extintas, serão transformadas em meros postos de atendimento. Em outras palavras, você faz o saque, mas não tem condição de fazer nenhuma outra operação mais significativa que alavanque a economia brasileira.

Esse banco, que, lá em 1822, a Família Real levou à falência, eu espero que essa elite que deu o golpe do Estado nacional não o leve de novo a ter prejuízo, como teve em 1995 e em 1996, no início do processo neoliberal do PSDB e do Sr. Fernando Henrique Cardoso.

Quero também registrar que esse banco que, lá em 2002, aplicou em torno de R\$300 bilhões em toda a economia brasileira, no agronegócio, na agricultura familiar, na micro e na pequena empresa, no setor importador, no setor exportador e financiando as várias políticas de Estado, hoje, em 2015, finalizou com um ativo de R\$1,4 trilhão, o mesmo banco que, em 1995 e 1996, dava prejuízo. Isso é resultado de uma sociedade



que trabalha, que produz riqueza, que tem clareza de que precisa de bancos públicos para que efetivamente o crédito possa chegar na mão de quem necessita, porque infelizmente a rede privada não tem compromisso tão forte com a economia nacional.

Quero lembrar ainda que, em 2003, com todos os bancos públicos do Brasil, seja o BNB, lá da minha Região Nordeste, o Basa, da Região Norte, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o BNDES, o que sobrou de bancos públicos estaduais, a nossa participação no crédito brasileiro era de 19%. De 2003 a 2015... Em 2015, Senador Raimundo Lira, nós chegamos a 47% de todo o crédito ofertado no Brasil. Por isso, o agronegócio conseguiu se desenvolver e é esse grande instrumento de acumulação e de produção de riqueza.

V. Ex^a, Senador Raimundo Lira, que é um empreendedor com êxito, seja na nossa Paraíba, seja em outras praças, tem clareza desse papel. Por isso, concedo a V. Ex^a a sua fala.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Senador Pimentel, meu amigo, V. Ex^a está abordando um assunto da maior importância para o nosso País. Pode até, para algumas pessoas ou alguns setores da sociedade brasileira, parecer que fechar quatrocentas e poucas agências não é nada, considerando que há 5 mil agências. Mas o que está acontecendo aqui, Senador, é um fator que tem de ser resolvido. É o que nós chamamos de o Novo Cangaço: quadrilhas estão assombrando as cidades do interior do Nordeste brasileiro, explodindo, estourando as agências bancárias e deixando a população sem essa prestação de serviço. Então, é um prejuízo imenso sob todos os aspectos. Primeiro, porque nós estamos retornando a procedimentos da Idade Média. Em 1938, o governo Getúlio Vargas acabou com o Cangaço, quando extinguiu, em Angicos, a quadrilha do Capitão Virgulino, chamado Lampião. Em 1938, não havia comunicação, não havia modernidade, era tudo muito longe, tudo muito distante, tudo muito precário, tudo muito artesanal. Mesmo assim, com a polícia destreinada, com armamento antiquado, extinguiu o Cangaço que assombrava o Nordeste brasileiro. E agora nós temos esse Novo Cangaço que nos impressiona sob todos os aspectos. Depois eu chego lá no Banco do Brasil. Eles usam explosivos, e o controle do explosivo no País é de exclusividade do Exército brasileiro. Então, essas pessoas têm explosivos como se compra pão em panificadora, o que é uma coisa absolutamente inadmissível. Esse assunto tem que ser resolvido por aí, tirando primeiro esse instrumento de trabalho importante, que é o explosivo dessas quadrilhas, porque estão assombrando nossas cidades. Isso faz com que surja um novo problema social, que é o esvaziamento das cidades do interior. Nós sabemos que a nossa população não vive no País, vive no Município. E, à proporção que os Municípios pequenos são esvaziados, vão inchar os Municípios grandes com periferias, com toda a dificuldade de infraestrutura que as cidades grandes, maiores e médias têm para atender a qualidade de vida da nossa população. Então, esse problema, Senador, tem que ser resolvido. Será que o País não tem meios para resolver esse problema? Será que esses cangaceiros são mais fortes, têm mais instrumentos de luta do que o Estado brasileiro? Então, esse assunto tem que ser resolvido, porque, quando eu, dias atrás, semanas atrás, junto com o Deputado Rômulo Gouveia procuramos o Banco do Brasil para reabrir algumas agências que foram explodidas, eles informaram que teve caso de agência que foi reformada três vezes. Agora mesmo nós temos o caso de uma cidade de médio porte na Paraíba, que é São João do Rio do Peixe, onde a agência foi explodida. Então, a população, com o comércio dinâmico, que tem uma atividade econômica significativa e um meio rural bem ativo, vai ficar sem uma agência, porque o banco não está mais disposto a reformar agências que os bandidos explodiram. Mas vamos voltar ao caso das 432 agências do Banco do Brasil. O Banco do Brasil historicamente tem prestado um grande serviço ao nosso País. Os funcionários do Banco do Brasil foram a base da criação do Banco Central, porque eram os melhores quadros técnicos da burocracia brasileira de que o País dispunha naquele momento. Então, o Banco do Brasil foi um grande fornecedor de mão de obra para o serviço público brasileiro. O Banco do Brasil foi muito importante nas cidades do interior, porque os bancários, por terem uma renda estável, serem pessoas respeitáveis, iam para as cidades do interior, terminavam ensinando nos colégios do interior, casando com famílias do interior, servindo, dessa forma, essa prestação de serviços na educação e de integração nacional, porque vinham bancários de outros Estados, muitas vezes do sul do País, casando com nordestinos e vice-versa. Isso criou essa integração nacional, semelhante ao que faz as Forças Armadas brasileira. O que é que os técnicos e economistas falam? O Banco do Brasil hoje é uma empresa de economia mista, uma empresa com ações na bolsa e precisa dar lucro, precisa ser tão lucrativo quanto o banco Itaú, quanto o banco Bradesco ou um banco particular ou privado, mas não pode ser assim. O próprio nome, o símbolo do nome, Banco do Brasil, já está dizendo que é Banco do Brasil. Então, ele tem que ter essa característica de um banco social. Quando alguém compra uma ação do Banco do Brasil, tem que comprar sabendo que o banco vai ter algumas agências, muitas agências, sei lá, 20% a 25% das agências, que não são lucrativas, porque ele tem uma conotação social, uma conotação de integração do País, uma conotação educacional e dá esse conforto do uso de uma agência bancária para a população daquela cidade e das cidades circunvizinhas a uma agência do Banco do Brasil. Portanto, não se justifica, Senador José Pimentel, esse negócio de dizer que o banco tem



que dar... Tem que dar lucro, mas não pode ter a eficiência que tem um banco particular, como o Bradesco ou o Itaú. Por isso, repito, primeiro, porque ele usa o nome Banco do Brasil. Isso é uma patente, Brasil é uma patente, é o nome do nosso País. Segundo, porque ele sempre teve essa característica de banco social. É um banco econômico, financeiro e social. Quem quiser ações do Banco do Brasil tem que saber que é um banco lucrativo, mas não queira exigir do banco a mesma rentabilidade, a mesma lucratividade, a mesma eficiência financeira de um banco privado, senão nós ficamos só com a parte agressiva, a parte ruim do capitalismo, que é o lucro. O lucro só é bom para a economia, só é bom para o País quando também tem função social.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Raimundo Lira, comungo com V. Ex^a toda essa visão do papel desse importante banco público.

Só para registrar, esse banco público, em 2015, ano em que o Produto Interno Bruto brasileiro foi negativo, teve um saldo positivo, um lucro líquido de R\$14,4 bilhões, depois de compensar tudo, como os prejuízos naturais dessa atividade, pagar seu funcionalismo, pagar os impostos e trazer o desenvolvimento brasileiro.

Se nós voltarmos a 2003, o dinheiro para a agricultura familiar em todo o Território nacional foi R\$2,5 bilhões. Agora, em 2015, foi para R\$32,5 bilhões. Em torno de 80% desses recursos são operacionalizados pelo Banco do Brasil, o restante da rede fica com menos de 20%. Se nós pegarmos a micro e a pequena empresa, em torno de 70% do crédito para 11,4 milhões micro e pequenas empresas e empreendedores individuais vêm do Banco do Brasil. E, se você for para o agronegócio, para o setor exportador, em todos eles o Banco do Brasil é que tem mais crédito. E faz isso, como V. Ex^a diz muito bem, porque é o Banco do Brasil e não deste ou daquele governo.

E ali nós temos um quadro de pessoal de excelência, que enfrenta dificuldades, enfrenta a crítica brasileira e precisa criticar o banco, mas dá lucro e faz política social. E esse banco é vítima, sim, do assalto às suas agências bancárias. Lamentavelmente essas experiências se iniciaram no eixo Rio-São Paulo e depois se propagaram para todo o Território nacional. Nós precisamos criar um ambiente para superar isso.

Por isso, Senador Lindbergh...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Ex^a me concede um aparte breve?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu só queria cumprimentar V. Ex^a pela profundidade, pela importância do tema.

Eu me lembro do Governo de Fernando Henrique Cardoso, quando houve 50 mil demissões através do PDV do Banco do Brasil, inclusive com 28 suicídios de funcionários depois. Agora, falam em 19 mil do Banco do Brasil e 11 mil da Caixa Econômica Federal.

Eu queria ressaltar o papel dos bancos públicos naquela crise de 2008/2009, porque naquele momento os bancos privados não emprestavam. Se não fosse o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, nós não tínhamos saído daquela crise, como conseguimos. O Presidente Lula agiu de forma exemplar naquele período, pediu para as pessoas consumirem, acreditarem no país, ampliou gastos sociais, ampliou investimentos e crédito. Foi o Banco do Brasil e a Caixa Econômica.

O que é interessante ver na história do banco, Senador Pimentel, é que ele teve déficit em 1995 e 1996, mas foi melhorando. Em 2009 teve um lucro de R\$10 bilhões, em 2010, R\$ 11 bilhões, em 2012, R\$ 13 bilhões. E o Senador Pimentel falou muito bem. Em 2015, lucro crescente. Num momento difícil da economia, lucro de R\$ 14 bilhões.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Catorze bilhões e quatrocentos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu não consigo entender como é que um banco com um lucro desse... Parece que estão pagando a conta do *impeachment* à Febraban. Eu só consigo entender assim, porque estão abrindo espaço para os bancos privados. É redução do papel dos bancos públicos.

Há uma preocupação nossa muito grande com a privatização total desses bancos, que sempre foi o interesse, desde lá atrás, no Governo Fernando Henrique Cardoso. E quando falo em banco público, só para encerrar, eu fico vendo o BNDES, porque fizeram uma operação agora para tirar R\$100 bilhões do BNDES, uma operação ilegal. Essa sim, uma operação de crédito, Senador Pimentel. Mas o que me preocupa é a destruição do papel do BNDES como banco de desenvolvimento. Vemos nos Estados Unidos o Trump falando em criar um banco de desenvolvimento, como Obama estava falando também. E aqui nós estamos destruindo o BNDES.

Então, eu pedi este aparte para cumprimentar muito V. Ex^a pelo seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Quero incorporar tanto



o pronunciamento do Senador Raimundo Lira quanto o de V. Ex^a ao nosso pronunciamento.

Para finalizar, nós apresentamos, eu e a Senadora Regina, um requerimento de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos para que o Presidente do Banco do Brasil possa vir e esclarecer ao Senado Federal, ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o porquê dessas ações.

Por isso, Sr. Presidente, vou pedir à nossa Senadora Gleisi Hoffman que, na próxima reunião, terça-feira, dia 29, nós possamos pautar esse requerimento para que o Presidente do Banco possa nos esclarecer o porquê dessa decisão que está sendo tomada.

Muito obrigado.

Grato pela concessão do tempo, que foi bastante generoso.

(Durante o discurso do Sr. José Pimentel, o Sr. Paulo Rocha deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Reguffe)

(Durante o discurso do Sr. José Pimentel, o Sr. Reguffe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Lindbergh Farias.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado, Senador José Pimentel.

A Senadora Gleisi vai assumir a Presidência, mas ela saiu um pouco, Senador Pimentel. Será que o senhor consegue ficar aqui por um minuto, até ela chegar? Antes disso, Senador Pimentel, temos dois requerimentos.

Requerimento nº 884, de 2016, do Senador Sérgio Petecão, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para representar o Senado Federal, conforme indicação da Presidência, no período de 5 a 8 de dezembro, na qualidade de observador Parlamentar nas sessões plenárias por ocasião da 71^a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América. E comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estará ausente do país no período da missão.

As Srs. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Requerimento nº 882, de 2016, do Senador Ataídes Oliveira, solicitando a prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Especial das Obras Inacabadas.

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Vou passar a Presidência para a Senadora Gleisi Hoffmann.

(O Sr. Lindbergh deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Gleisi Hoffmann.)

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, eu quero começar falando da redução da mortalidade infantil no Brasil.

Nós chegamos a um número em 2015, o melhor número da nossa história. As mortes de crianças com menos de um ano de idade representaram 2,5% do total de óbitos no Brasil em 2015. É o menor índice desde 1974, quando o IBGE iniciou a série histórica baseada em dados do registro civil. Esse percentual representa uma queda acentuada nas mortes de bebês no País, que, em 1995, representavam 9,2% do total de óbitos. Caiu, em 2005, para 4% e agora chega em 2,5%. A faixa até cinco anos de idade teve participação de 3% no total de óbitos em 2015. Em 2005, era 4,8%.

Segundo estudo do IBGE, 31.160 crianças menores de um ano morreram em 2015 no País, número que expressa queda de 21,9% em relação ao apurado dez anos atrás, de 39 mil.

O IBGE aponta que essa queda está relacionada à melhora da qualidade de vida do País, à ampliação do acesso a serviços básicos e de saúde. O Instituto cita ainda a relativa melhoria na qualidade do atendimento pré-natal e durante os primeiros anos de vida dos nascidos. Programas implementados nos governos petistas, como Bolsa Família, Brasil Carinhoso, Mais Médicos, entre outros, deram sua contribuição para esse avanço.

Em 2015, 14 milhões de famílias eram beneficiadas pelo Bolsa Família. Em maio daquele ano, um relatório do FMI já apontava a eficiência do programa e das demais ações do Plano Brasil Sem Miséria no combate à extrema pobreza no País. Segundo o FMI, um dos pontos altos do Bolsa Família era aliar a transferência de renda



ao acompanhamento da saúde e da educação das crianças, adolescentes e mulheres grávidas que recebiam o benefício. O baixo peso ao nascer, a mortalidade infantil, a subnutrição e a diarreia têm menor incidência entre os participantes do Bolsa Família, enquanto as taxas de amamentação e de vacinação aumentaram, atestava o relatório do Fundo Monetário Internacional divulgado em maio de 2015.

Senadora Gleisi, podem atacar o PT, podem falar o que quiserem do Lula e da Presidenta Dilma, mas uma coisa eles não podem tirar do resultado dos nossos governos: uma profunda inclusão social que houve neste País, a melhora de vida de milhões de brasileiros, mais de 20 milhões de brasileiros que saíram da pobreza extrema, um grande processo de mobilidade social que nosso País viveu nesse processo todo. E esse dado é a demonstração de tudo isso.

A nossa preocupação como brasileiros que defendem uma verdadeira democracia com inclusão das pessoas mais pobres e dos trabalhadores, a nossa grande preocupação é com a destruição de todo um processo que começou com a Constituição de 88.

Na Constituição de 88, nós começamos a construir o nosso Estado de bem-estar social, algo que foi montado nos países da Europa depois da Segunda Guerra Mundial. Nós começamos tardivamente com a Constituição de 88 e demos um grande salto no governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Estão querendo desmontar tudo isso. A discussão da PEC 55 se encaixa nesse debate.

Fiquei muito preocupado com a fala da ex-Ministra Tereza Campello, preocupada com a possibilidade de o Brasil voltar ao mapa da fome, porque a PEC 55 vai atingir muito fortemente essas conquistas sociais. Não tenha dúvida. Para eles fazerem o que estão prometendo, que é reduzir as despesas primárias de 19,8% do PIB para 14,8%, uma queda de cinco pontos percentuais em dez anos, só com um *mix* de maldades, só mexendo na Previdência, acabando com a vinculação do salário mínimo com as aposentadorias – 70% dos aposentados recebem um salário mínimo – e mexendo em benefícios sociais.

Tem uma coisa em que eles vão mexer, e já anunciaram: Benefício de Prestação Continuada – BPC. Nós estamos falando de idosos acima de 65 anos de idade, de pessoas com deficiências que têm uma renda familiar inferior a um quarto de salário mínimo. Essas pessoas ganham um salário mínimo. Eles já estão falando em atacar o Benefício de Prestação Continuada, porque dizem que gastamos muito com despesas obrigatórias. E, de fato, as despesas obrigatórias correspondem a 4% do PIB. Gasta-se mais em abono, seguro-desemprego e Benefício de Prestação Continuada.

Esse é só um ponto. Estou falando de benefícios sociais, mas a gente sabe que, para essa PEC ter o efeito que eles querem, o ataque à saúde e à educação pública será gigantesco.

E trago aqui, Senadora Gleisi, uma preocupação, que foi a reunião dos governadores com o Presidente Michel Temer, quando eles fizeram um acordo que diz o seguinte: a PEC do Teto vai haver em todos os Estados brasileiros. E isso vai ser destruidor na área da saúde e da educação. Foi uma vitória da Constituição de 88, do Dr. Ulysses, dizer o quê? Vincular 18% do orçamento à educação.

E foi uma vitória da luta de quem defende a saúde pública no País a Emenda Constitucional nº 86, que colocou 15% da receita corrente líquida vinculada a investimento em saúde. Nós estamos acabando com esse piso se essa PEC for aprovada. Agora imagine isso nos Municípios, nos Estados brasileiros.

Todo Município tem que investir 25% em educação e 15% em saúde e os Estados, também. E agora? No fundo, o que está acontecendo é o seguinte: eles estão indicando que o ajuste fiscal, que vai existir nos Estados e Municípios, vai ser em cima dessas rubricas, em cima de educação e saúde, ou seja, fechamento de postos de saúde.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Permite um aparte, Senador Lindbergh?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro que permito.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu estava ouvindo V. Ex^a falar sobre o índice de mortalidade infantil. Esse é um grande legado dos governos do PT. Aliás, reiteradamente neste plenário nós escutamos que os legados do PT são o aumento desenfreado da dívida e uma gastança do governo. Já provamos por A + B que não foi isso que aconteceu, inclusive com dados do Banco Central. Quando temos uma notícia como essa, com um dado tão impactante, só podemos ficar felizes por ter feito parte desse governo e por saber que foi um governo que investiu na qualidade de vida das pessoas.

Eu queria, inclusive, trazer outro dado. Foi uma pesquisa publicada pelo PNUD na semana passada, pelo IPEA e pela Fundação João Pinheiro falando do Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil, um índice que foi criado em 2013, em cima de 60 indicadores da PNAD, que é a Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios. O que eles falam? Que, sob o Governo Dilma, melhorou a qualidade de vida das pessoas. De 2011 a 2014, nós tivemos um aumento desse índice.



Além dos 60 indicativos, são três pilares básicos: a renda *per capita*, o aumento da expectativa de vida e a educação. A educação cresceu em um ritmo de 1,5% ao ano no índice de desenvolvimento.

Eu fico me perguntando: se essa PEC for aprovada, o que vai acontecer? E olhe que nós já estávamos em um período de pré-crise, tínhamos dificuldade. V. Ex^a sabe que tinham sido feitos cortes nos orçamentos. Desde 2011 a Presidenta Dilma fez cortes. Isso afetou a área, tivemos dificuldades, mas mesmo assim crescemos.

Essa PEC, se vier, tudo o que nós construímos, tudo que o Brasil ganhou, conquistou, nós vamos perder. Depois, para repor isso, quanto tempo nós vamos levar? E temo por índices como esse da natalidade. Nós vamos reduzir, com certeza, não tenha dúvida, porque isso tem a ver não só com a questão de saúde, mas com a questão de nutrição, de acompanhamento e de educação dos pais.

Então, é uma situação muito triste estarmos vivendo essa discussão aqui no Congresso Nacional. Fico triste por fazer parte de uma legislatura que vai mudar a Constituição Federal exatamente naquilo em que ela mais patrocinou benefícios para o povo brasileiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora Gleisi, para a senhora ter uma ideia, se essa PEC existisse dez anos atrás - o economista João Sicsú apresentou um estudo -, o orçamento de 2015, que foi de R\$103 bi, teria sido, em educação, de R\$31 bi. Olhe o absurdo! No governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, nós investimos 140% acima da inflação em educação. Em saúde, em vez de R\$102 bi, seriam R\$65 bilhões.

Eu fico vendo o impacto de determinadas políticas. Você sabe que, agora, o Governo Temer já deu um aperto no Bolsa Família. Tirou 1,1 milhão de famílias, num momento de crise como este, em que deveria expandi-lo. Então, a receita está errada.

Eles tentam passar a ideia de que o problema do Brasil foi gastança – o Governo Federal gastou muito e, por isso, pela situação fiscal ruim, houve uma recessão econômica. Isso é uma loucura, não há base alguma para isso. Na verdade, a situação fiscal do Brasil, hoje, é ruim porque houve uma desaceleração econômica muito grande. E essas políticas de austeridade não resolvem esse problema. Muito ao contrário, agravam o problema.

É muito interessante, Senadora Gleisi, o estudo dos pesquisadores do Ipea Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair. Eles fizeram um estudo sobre multiplicadores fiscais; esse estudo foi premiado pelo Tesouro Nacional, foi o segundo colocado pelo Tesouro Nacional. Ele diz o seguinte: em situação de recessão econômica, se você investe 1% do PIB em benefícios sociais, você tem um impacto no crescimento da economia de 1,5%. As pessoas, às vezes, acham que o gasto público é neutro. Não, 1% gera 1,5% a mais de crescimento, em investimentos, em obras públicas. Um por cento do PIB em investimentos tem um multiplicador de 1,6. Agora, o inverso também é verdadeiro. Quando você faz um ajuste fiscal muito forte, você derruba a economia. Isso me preocupa muito, num momento em que estamos vivendo uma grave crise econômica e política. Na minha avaliação, nós estamos entrando numa crise social seriíssima.

O cientista político Aldo Fornazieri falava de um termo chamado convulsão social – é quando o governo não governa e cada parte puxa para um lado, sem ter um rumo bem definido. Acho que é a situação em que a gente está entrando, porque esse Presidente Michel Temer não tem legitimidade. Além disso, é um Governo fraco, tem medo do Geddel, tem medo da delação do Eduardo Cunha, pode cair a qualquer momento. E mais: não tem um projeto para o País.

Nessa situação em que Estados estão quebrados, em que prefeituras estão quebradas, em que empresas estão quebradas – e 80% do PIB é dívida das empresas –, em que as famílias estão com dificuldades, só há um jeito de a economia crescer: com a ampliação de investimentos, de gastos sociais. E o que a gente está fazendo? Justamente o contrário, justamente o contrário. Então, essa política de austeridade que está expressa nessa antiga PEC 241, agora PEC 55, só vai agravar esse problema.

Espero estar errado, mas, na minha avaliação política, a gente pode ter um 2017 com muita turbulência nas ruas deste País, com um sentimento generalizado contra a política. Acho que já existe e que vai piorar, na minha avaliação, porque o que os bancos... Qual é a avaliação dos bancos, do mercado, sobre desemprego? Sabe qual é? O crescimento do desemprego para 13%, 14%. Nós estamos num barril de pólvora e estamos fazendo austeridade no meio de uma depressão.

Hoje nós recebemos uma representante do Parlamento grego. Lá acontecia a mesma coisa: "O problema é a dívida", "O problema é fiscal". O que faziam? Corta, corta, corta. A economia afundava cada vez mais, havia frustração de receitas e a dívida aumentava.

Eu pergunto aos senhores: em 2015, quando o Levy começou a fazer aquele ajuste, ele fez um corte de 2,3% do PIB. Melhorou a situação da dívida? Não. Piorou, porque aconteceu o que eu falei: ele cortou, houve frustração de receitas, o déficit nominal, que tinha sido de 6,7% do PIB em 2014, subiu para 10,34%, está subindo neste ano e vai continuar subindo. A grande agenda do Brasil tinha de ser a agenda do crescimento



econômico, do emprego, da proteção do emprego.

Então, eu vejo um Governo completamente fragilizado. Nós temos de voltar a defender diretas já, porque eu acho que esse Governo, com essas vulnerabilidades e com essa situação de crise social, não aguenta o próximo ano. E todo mundo aqui no Senado já fala: "Qual vai ser a saída do golpe dentro do golpe?" Porque, se esse pessoal está achando que o povo vai aceitar eles fazerem eleição indireta, o povo não vai aceitar, e nós também não vamos aceitar. A saída tem que passar pelo povo. Só com um novo programa aprovado nas urnas, legitimado pelo povo brasileiro, você vai ter um Presidente com força política para tirar o País dessa situação em que se encontra.

Agora, Senadora Gleisi, temos falado muito aqui de alternativas. Apresentamos – e V. Ex^a foi uma das protagonistas – propostas muito objetivas. Eu acho que seria até bom V. Ex^a lembrar aqui sobre a PEC 55; nós apresentamos propostas concretas. Eu tenho conversado com vários economistas, conversado com muita gente da política, para apresentarmos ao País uma proposta alternativa, ou seja, uma proposta diferente dessa que está aí. Quanto a essa que está aí, eles dizem o seguinte: "Vamos votar a PEC 55, fazer a reforma da Previdência. Aí, vai voltar a confiança dos empresários, os empresários vão investir e a economia vai se recuperar."

Se vocês se lembram, no meio do *impeachment* da Dilma, naquele golpe, eles diziam isso: "Vamos tirar a Dilma, aí vai ser uma beleza. A confiança dos empresários vai estar restaurada e vai haver investimentos". Sabe o que aconteceu, Senadora Gleisi? A confiança dos empresários de fato subiu, a da indústria está lá em cima. Só não subiram os investimentos; só não melhorou a economia, que continuou em baixa.

Agora, os jornais... O *Valor Econômico*, na segunda-feira, trouxe uma manchete meio surpresa: olha, de fato, a confiança aumentou, mas a realidade objetiva não acompanhou a questão da confiança. Como se algum empresário investisse mais por causa da confiança – ele investe quando existe gente para comprar. Está faltando é demanda! Está faltando é demanda, que está lá embaixo. Então, tínhamos de ter medidas de estímulo à economia. E nós estamos discutindo essas alternativas.

Eu queria entrar aqui em alguns pontos, de forma bem rápida, alguns pontos que eu considero...

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Se V. Ex^a me permite, Senador Lindbergh Farias...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Antes de entrar nesses pontos, eu queria só relembrar as propostas que nós apresentamos durante esta semana como alternativa à PEC nº 55.

De fato, não é só com expectativa que se melhora a economia. Aliás, nos jornais de hoje há uma crítica muito forte à questão econômica: o Governo não está conseguindo produzir crescimento econômico, reverter os dados, e já projeta para o ano que vem um PIB negativo. Vamos relembrar aqui que eles estavam projetando um PIB de quase 1,5% de crescimento. Já projetam que pode ser negativo.

Então, imagina: nós vamos ficar três anos consecutivos com um PIB negativo. Mas bastava tirar a Dilma que estaria consertado, porque o problema era a Dilma, o problema era o PT. Quer dizer, ninguém levou em consideração que nós tínhamos uma crise internacional, um enfraquecimento da economia, preço das *commodities* caindo e o mercado internacional com problema. Mas o que eles estão apresentando de fato vai levar o Brasil para o fundo do poço.

Nós apresentamos na Comissão de Assuntos Econômicos – e V. Ex^a apresentou alguns projetos e foi relator de outros – projetos que nós consideramos importantes para a retomada de investimentos do Estado. Primeiro, o Estado não pode – e isso nós já falamos claramente – retomar os recursos do BNDES. Não há porque trazer esses recursos para o Tesouro Nacional. São 100 bilhões que estão no BNDES. Aliás, hoje eu fiquei feliz porque nós fizemos uma audiência pública na CAE sobre securitização de dívidas e estava lá o Presidente da Abdi, que é associação das indústrias pesadas, de base, do Brasil, que assinou uma matéria de jornal em apoio à PEC 55, e eu entendi perfeitamente que ele fez uma autocritica lá, voltou atrás, porque reconheceu que o Estado é indutor de investimento e que, se o BNDES devolver esse dinheiro para o Tesouro, esse dinheiro não vai virar investimento, vai ficar para pagar conta, vai ficar para pagar despesa corrente ou até serviço da dívida. Ele disse que o Estado tem que investir. Então, ele tem de reconhecer que, com a PEC 55, nós não vamos investir. E mesmo outros Senadores da base do Governo estão muito incomodados com essa situação de o BNDES devolver o dinheiro para a Fazenda. Isso significa que não vai haver crédito, não há subsídio. Quem é que vai pôr dinheiro na economia? Uma das primeiras coisas que a gente tem defendido é que, primeiro, esse dinheiro fique no BNDES; segundo...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Só sobre BNDES, para...



A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... a senhora entrar no segundo ponto. Vale dizer que lá nos Estados Unidos o Trump está falando em montar um banco de desenvolvimento.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Até o Trump está defendendo a proposta que era do Obama, inclusive.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E é uma loucura completa, porque o BNDES teve um papel decisivo naquela crise de 2008. Não só o BNDES, o Banco do Brasil, que está sendo atacado.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Dezenove mil demissões. A Caixa Econômica Federal. Eles tiveram um papel quando os bancos privados se recolheram, eles que foram emprestar. Então, sem os bancos públicos não teria havido aquela retomada do crescimento.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Foram emprestar e com taxa de juros menor, que, aliás, derrubou a taxa de juros dos outros bancos. E eu lembro que o Banco do Brasil e a Caixa, V. Ex^a falou aqui e o Senador Pimentel também, tiveram lucro com isso, não perderam.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quatorze bilhões no ano passado.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Quatorze bilhões. Tiveram lucro. Agora a gente pergunta: o que vai ser dos agricultores, pequenos agricultores, com essas agências fechadas? A agricultura familiar cresceu porque nós demos crédito, e quem dava crédito era o Banco do Brasil, não havia um banco privado dando crédito, o Pronaf. Quem é que quer emprestar para agricultor familiar um dinheiro pequeno? Você tem toda a administração do banco, muitas vezes a agência não quer se incomodar, mas nós fazíamos isso porque tínhamos clareza de que era preciso colocar dinheiro na mão do pequeno produtor para que ele ficasse no campo e produzisse. Quem vai fazer isso? Vai acabar, com certeza.

Mas só lembrando, a outra proposta que eu acho muito importante, que é de sua autoria, é o duplo mandato do Banco Central. Não dá para o Banco Central ser sindicato dos bancos, preocupar-se apenas e exclusivamente com a taxa de inflação, e combater essa taxa de inflação com aumento de juros, como se sempre a inflação fosse decorrente de demanda. Então, hoje nós temos uma taxa Selic exorbitante – a maior taxa de juros do mundo é no Brasil – e não estamos nem aí com emprego. Se tiver que desempregar... Aliás, o Presidente atual do Banco Central, que é do Itaú, Ilan Goldfajn, lembro muito bem que, antes de assumir, inclusive ainda no governo da Presidenta Dilma, ele fez um artigo de jornal e deu entrevista dizendo que o que nós tínhamos de emprego, que era quase o pleno-emprego, fazia mal para a economia, que nós precisávamos de um pouquinho de desemprego para dar competitividade para as empresas. Como é que alguém pode pensar isso? Fico pensando: será que ele abriria mão do emprego dele para dar competitividade? Eles tratam as pessoas como números. Então, eu acho que esse projeto é muito importante.

A taxação de lucros e dividendos – ontem nós tivemos aqui a discussão da repatriação. A primeira entrada de recursos pela repatriação deu cerca de 50 bilhões. Agora se votou uma segunda oportunidade de repatriar recursos. Pode ser que dê isso, não sei se vai dar um pouco mais. O fato é que o Imposto de Renda sobre lucros e dividendos dava 54 bilhões por ano. E acabou, o Brasil acabou com isso em 1996. Então, nós abrimos mão de tributar quem ganha para botar tributo em cima do consumo, em cima do trabalho do pobre.

E a outra proposta que nós discutimos na CAE esta semana, que eu acho muito importante – são três projetos, um de minha autoria, inclusive –, é a redução de taxas de juro para o consumidor. Não é possível pagar 400% no cartão de crédito.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quatrocentos e oitenta, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Quatrocentos e oitenta por cento no cartão de crédito!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Isso é um roubo!

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Põe roubo!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não há outra justificativa.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É usura.



O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Se a taxa Selic é 14%...

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Além de roubo, é pecado, usura.

Quer dizer, como é que pode? E mesmo que não seja no cartão de crédito, você pega um cheque especial, cento e poucos por cento. Você vai fazer capital de giro para uma empresa, como é que se quer que empresário viva? Como é que se quer que ele invista ou tenha confiança? Isso é impossível. Então, nós temos... Não é questão de limitar juros; tem de regulamentar o mercado financeiro. Não pode esse mercado financeiro ficar solto. A Bélgica tem regulamentação, Portugal tem, França tem; por que o Brasil não tem? E nós discutimos isso na CAE.

E também uma redução dos salários dos Senadores aqui, porque eu acho muito cômodo os Senadores virem aqui fazer discussão sobre austeridade, acho até bonitinho. Fazem um discurso belíssimo sobre austeridade: "Não, porque tem que ser austero, nós temos que cortar as contas, não sei o que, a Previdência." Eles sabem onde vai cair isso, que é na maioria pobre, que ganha um salário mínimo da Previdência, porque beneficiário da Previdência com salário mínimo é 80%. Eles fazem isso candidamente, mas não têm coragem de discutir uma redução salarial. É tão bonitinho isso! Assim: aqui no Senado, ganha-se bem, tem-se assistência saúde de forma vitalícia, e ninguém tira isso. E quando você apresenta projeto, todo o mundo fica indignado.

Eu lembro, quando nós apresentamos o projeto de retirar décimo-quarto e décimo-quinto, um projeto meu que V. Ex^a relatou, a reação que houve aqui. Onde já se viu Senador – nós não estamos na época da criação do Senado; portanto, a maioria tem facilidade para vir e voltar de Brasília – ganhar décimo-quarto e décimo-quinto salários, que era a justificativa para os deslocamentos que nós tínhamos? Mas já ganhamos passagens, já temos verba de gabinete.

Eu estou dizendo isso porque eu acho que os Senadores têm que se acordar. Não é possível exigir dos outros que fiquem desempregados, exigir dos outros que tenham redução de salário, exigir dos outros que não tenham acesso ao SUS e esteja tudo bem aqui dentro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E V. Ex^a mesma, no discurso, falou aqui, da tribuna, que na PEC 55 há uma válvula de escape que protege os altos salários do Judiciário,...

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Do Ministério Público.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... do Ministério Público e do Legislativo. Eles dizem o seguinte: se eles ultrapassarem o teto, a União pode entrar com até 0,25% do PIB para cobrir o teto deles.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O Executivo vai tirar...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O Executivo!

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... do seu orçamento. De onde vai sair?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ou seja, é um ajuste todo em cima do mais pobre, em cima de quem ganha salário mínimo, porque é isso que eles estão fazendo.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – E eles põem tão claramente na justificativa, no relatório que veio da Câmara. É muito claro, eles dizem assim: "Não, é porque foram concedidos aumentos salariais para o Judiciário, para o Ministério Público e para o Legislativo."

Eles não vão conseguir cumprir o teto. Então, como eles não vão conseguir cumprir o teto, aí o Executivo pode tirar do seu orçamento 0,25% por até três anos para eles cumprirem o teto. Agora, o salário mínimo eles vão cortar. A gente não pode deixar passar. Isso é uma indecência. A coisa mais indecente que já passou por essa Casa chama-se PEC 55. Desculpe, Senador, falei muito.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não falou muito! Vamos ficar aqui nessa dobradinha, destruindo essa PEC 55 por tempos! (Risos.)

Deixe-me falar, Senadora. Na verdade, é a destruição do Estado social brasileiro. Nós estamos rasgando violentamente a Constituição. Agora, nós estamos querendo aqui apresentar alternativas. Porque, veja bem, eu quero sair até desse debate do Fla-Flu: "Ah, foi você, PSDB, PT".

Na verdade, veja bem, nós chegamos a 2014 com o menor desemprego da história do País, 4,8% do PIB – pleno emprego. Essa foi uma das grandes conquistas do nosso Governo. O Presidente Lula, quando assumiu, tinha uma taxa de desemprego de mais de 12%. E olha que aquela era uma pesquisa feita em seis regiões



metropolitanas. Agora nós estamos com a PNAD Contínua. Porque, na verdade, aqueles 12%, se fosse PNAD Contínua, eram uns 15%, lá atrás. Conseguimos inclusão social e conseguimos trilhar um caminho, chegando a 4,8% de desemprego em 2014.

Qual foi o erro? Eu aqui digo muito claramente: nós começamos a sair, em 2015, a partir da nomeação de Joaquim Levy, quando mudou a política econômica e decidiu entrar nesse caminho que nós estamos até agora, de austeridade. Aquele foi o grande erro. Foi o grande erro. Aquilo era o que defendia o PSDB. O Levy entra, faz um ajuste de 2,3% do PIB, e a economia caiu por causa desse ajuste.

Volto a dizer, Senadora, há economistas que explicam em vários estudos o efeito multiplicador do gasto público. Você cortar 2,3% do PIB! Você fique certo de que algo em torno de 3% do PIB foi por causa desse ajuste, que caiu. Aí frustrou receita. Eles diziam que ia melhorar a dívida, não melhorou. E nós estamos agora, no Governo do Temer, e eles querem esse ajuste por 20 anos! Isso vai nos matar.

Agora, eu estou apresentando aqui uma proposta inicial que está sendo construída por muita gente: eu cito o economista José Carlos de Assis, o professor João Sicsú, a professora Esther Dweck, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, o Gustavo, o pessoal do gabinete do Senador Requião, Jaldes Meneses, que trabalha comigo. Na verdade, não é nenhuma proposta pronta; é o início de uma discussão. Porque tem muita gente achando que não tem saída: "Ah, a crise dos Estados é tão grande que não tem saída!" Tem saída, sim! E a saída passa pela busca do crescimento econômico. Nós colocamos aqui seis eixos:

1. Proteger os trabalhadores na crise, seus direitos e patrimônio;
2. Fortalecer as empresas brasileiras;
3. Recuperar a capacidade de investimento do Estado;
4. Massivo investimento em infraestrutura para uma economia dinâmica e eficiente;
5. Salvar a Petrobras e o Pré-Sal, os maiores patrimônios brasileiros;
6. Novo pacto federativo: salvar Estados e Municípios.

Proteger os trabalhadores na crise, seus direitos e patrimônio.

Aqui, a gente começa pelo salário mínimo, falando de aumento real do salário mínimo.

A gente sabe que, em 2015 e 2016, pelo PIB negativo, não haverá aumento real do salário mínimo, pela lei hoje vigente. Além disso, a PEC 55 vai acabar com a política de valorização do salário mínimo.

Então, o que nós queremos com isso aqui, falando de aumento real do salário mínimo neste momento de crise? Porque a economia, Senadora Gleisi, não tem como se recuperar se a gente não mexer no consumo das famílias. O consumo das famílias representa 63% do PIB. Está lá embaixo. As pessoas não estão com dinheiro para comprar, porque está havendo uma queda de rendimento, as famílias estão endividadas e o desemprego é alto. Então, uma política que aumente o salário mínimo neste momento teria um impacto muito grande na economia. E isso...

Você sabe que aumento de salário mínimo... Há um estudo do Ipea que tenta entender a criação desse grande mercado de consumo de massa que o Presidente Lula conseguiu fazer, com a inclusão de muita gente. Ele diz que são vários os fatores, como o crédito. Mas ele diz que o mais importante foi a influência do salário mínimo na previdência, com o que eles querem acabar, inclusive. Porque aquele dinheiro que chega do aposentado, aquele salário mínimo, aquilo vai para a economia. Então, você tem como melhorar a situação, estimular a demanda com uma política, num momento de crise, de aumento do salário mínimo.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Se me permite, Senador Lindbergh, são dois ataques que eles querem fazer. Primeiro, desvincular o salário mínimo do benefício previdenciário. Então, se subir o salário mínimo do trabalhador que está na ativa, necessariamente, não precisa subir o benefício previdenciário. E o segundo é não garantir que o benefício previdenciário seja de um salário mínimo, porque, antes da Constituição de 88, nós tínhamos um problema: nós tínhamos cidadãos de segunda categoria no Brasil. O trabalhador rural, por exemplo, quando se aposentava, com o Funrural, ganhava meio salário mínimo. Então, foi a Constituição de 88 que disse que nenhum trabalhador, nenhum beneficiário da Previdência neste País poderia ganhar menos que um salário mínimo. Isso já foi uma conquista.

Depois, nós começamos a trabalhar para que o salário mínimo fosse pelo menos de US\$100,00, e com o Presidente Lula a gente conseguiu esse salário mínimo.

Então, além de eles permitirem que beneficiários da Previdência ganhem menos de um salário – ou seja, nós vamos voltar a ter aquela situação de meio salário –, ainda assim vai ser desvinculado do aumento real quem ganhar salário mínimo.

Então, é lastimável o que nós estamos vivendo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Você sabe que nos governos de Lula e de Dilma o salário mínimo subiu 77% acima da inflação.

Então, Senadora Gleisi, uma das medidas de estímulo à demanda aqui seria aumento real do salário



mínimo. Outra seria aumentar o Bolsa Família, aumentar em 20% o Bolsa Família agora, e ampliar a base de pessoas que possam receber o recurso, fazer o contrário do que o Governo Temer está fazendo, porque ele está apertando. Ele tirou 1,1 milhão de pessoas do Bolsa Família.

Terceiro, programa de investimentos em obras sociais na região da seca no Nordeste.

Quarto, ampliação do Programa Minha Casa, Minha Vida. Retomar as obras da faixa de rendimentos mais baixos, com o que eles acabaram. Isso aqui tem um estímulo muito grande à economia.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Aliás, eles não só acabaram, como lançaram um programa para financiar habitações a partir de R\$700 mil. Olha a cabeça dessa gente! Setecentos mil reais! (*Risos.*)

Aí a Caixa Econômica Federal, que é um banco público – não é nem de economia mista, como é o caso do Banco do Brasil –, vai passar a financiar imóveis de R\$700 mil porque isso é melhor para a Caixa, dá mais segurança, porque ela vai ter mais lucro. Mas por que a Caixa quer mais lucro se não é para fazer investimento social?

A Caixa é um braço operador do Governo! É uma barbaridade isso, financiar imóvel de R\$700 mil!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então, Senadora Gleisi, olha lá: aumento do salário mínimo, aumento do Bolsa Família, programa de investimento em obras sociais no Nordeste, ampliação do Programa Minha Casa, Minha Vida, aumento das parcelas do seguro-desemprego, porque está lá na legislação. Em 2009, o Presidente Lula fez isso no meio da crise econômica: ampliou a parcela. Isso é uma forma de estimular a demanda pelo lado do consumo das famílias. Então, esse é o primeiro ponto.

Na verdade, nós estamos falando em proteger os trabalhadores. O item 2, de que eu tinha falado: fortalecer as empresas brasileiras. V. Ex^a falou do BNDES. Aqui, nós sabemos que as empresas brasileiras estão extremamente endividadas, há um processo de quebra, paralisação de produção. Portanto, em vez de devolver os 100 bilhões para o Tesouro, o BNDES deveria fazer como em 2009/2010: uma linha de crédito de giro e renegociar as dívidas das empresas em pior situação financeira. O BNDES voltar a jogar um papel para o desenvolvimento, num momento de recessão, como ele fez em 2008/2009.

Ponto 2, do lado das empresas: recuperar as empresas de construção civil, um dos setores mais importantes em termos de emprego. O setor de construção civil foi devastado nos últimos anos. Em vez de punir apenas os donos das empresas, a pessoa física, como ocorre em todos os países, houve punição severa às empresas, com interrupção das linhas de crédito, paralisação de diversas obras. Milhares de empregos foram perdidos, milhares estão ameaçados. É preciso urgentemente separar a pessoa jurídica da pessoa física, por meio de acordos de leniência e outras medidas, para permitir que esse setor volte a ser dinâmico e empregador. Construção civil. Isso é fundamental. É emprego na veia.

Câmbio competitivo, porque novamente o atual Presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, assumiu e voltou a utilizar o câmbio para segurar a inflação. E já houve uma mudança: o setor exportador estava ganhando vitalidade. É preciso ter um câmbio competitivo.

Fortalecer o Banco do Brasil e expandir o crédito agrícola para investimento e com refinanciamento de dívidas. O setor agrícola, que V. Ex^a conhece muito, tem um potencial de expandir a economia brasileira, pois é o setor com maior dinamismo no momento. Um aumento das linhas de crédito, em especial para investimento, permitiria uma recuperação dos investimentos, estimulando o setor de máquinas e implementos agrícolas. Para os agricultores mais endividados, poderia ser feita uma renegociação das dívidas para recuperar a capacidade de voltarem a expandir a produção.

Apoio a setores de alta tecnologia e defesa, ou seja, uma política muito concreta, para tentar a resolver um problema que eu volto a dizer que não é um problema qualquer. Alguns economistas dizem que talvez seja o maior problema que estamos enfrentando: o alto endividamento das empresas brasileiras, superior a 80% do PIB. Isso aqui é gravíssimo. Então, precisamos ter uma política para isso, e eu não vejo política alguma por parte do Governo.

O terceiro ponto é recuperar a capacidade de investimento do Estado. O primeiro ponto, que é fazer a tributação progressiva. Aqui, nós temos várias alternativas, como a taxação de grandes fortunas. Estou convencido de que a melhor forma é restituir a tributação que existia sobre lucros e dividendos no nosso País. Isso a senhora falou: 54 bilhões.

Em 1995, existia isso aqui no Brasil, era 15% a taxação. Só dois países do mundo que não têm: Brasil e Estônia. Esse seria um dinheiro a mais, para facilitar a capacidade de investimento do Estado brasileiro.

Combate à sonegação também no mesmo ponto. Estima-se R\$500 bilhões de sonegação. Temos uma dívida ativa em torno de R\$1,3 trilhão.

Meta fiscal para crescimento econômico. É preciso urgentemente estabelecer uma nova regra fiscal que



seja ajustada ao ciclo econômico para evitar o caráter pró-cíclico da política fiscal, crescimento dos gastos na expansão e cortes na recessão. Com essa nova regra, seria possível estabelecer um plano de médio prazo para estabilização da dívida pública que permitiria metas mais baixas nesse período de baixo crescimento econômico, que, combinadas com o aumento de carga tributária, recuperariam a capacidade de investimento do setor público, o grande dinamizador do crescimento.

Aqui é óbvio. Nós achamos que, em momentos de recessão como este, nós temos que ter políticas anticíclicas; em momentos de crescimento econômico, temos que fazer superávit, como Lula e Dilma fizeram. Essa história da gastança não se sustenta. Nós tivemos superávit todos os anos até 2013. Em 2014 é que tivemos o primeiro déficit primário, de 0,6% do PIB.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Como é que pode ter gastança quando você tem durante dez anos consecutivos uma economia de quase 3% do PIB? O que é isso? É você ter receita pagando suas despesas e sobrando dinheiro. É isso. Nós tivemos. Então, como esse Governo que está aí agora disse que houve uma gastança nos governos de Lula e Dilma? Tivemos déficit em 2014 e 2015 por conta da crise econômica e da redução de receita.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro. O outro ponto é este: juros, redução dos encargos da dívida pública, porque isso não entra na PEC 55.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Juros, usura, pecado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Porque juros... Repito isso sempre, mas vale, porque, nessa discussão da PEC 55, temos que repetir. Do déficit do ano passado, de 10,34% do PIB, 8,5% foram juros, 1,88% que foi despesas primárias, previdência, saúde e educação. Aí eles querem cortar daqui e não falam nada de juros, a maior taxa de juros do mundo. Não tem jeito. Estamos com juros reais de 7% ao ano. Se não voltarmos a ter juros reais... Os juros na Europa são negativos; no Japão, negativos; nos Estados Unidos de 0,25%. E aqui é uma taxa de juros como esta. Quem é que vai investir?

O Presidente do Banco Central Europeu deu uma entrevista, há 15 dias, quando reclamaram dos juros negativos. Ele disse o seguinte: se não tiver juros negativos, ninguém vai investir. É o que temos repetido. Agora, isso aqui parece coisa de comunista. Parece que é um absurdo falar de baixa taxa de juros. Não tem como recuperarmos o crescimento econômico...

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Comunista é o sistema financeiro brasileiro, que não corre risco, tem o juro certo e está tudo bem. O Estado paga tudo. Não tem risco!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Nessa discussão da tributação progressiva de lucros e dividendos, semana passada, nós tivemos uma audiência pública e eles mostraram o seguinte: nos Estados Unidos, são 50%; na Alemanha, 45%; na França, 60% e nós aqui isentamos. Eu disse que devem ser países comunistas esses. Porque é o que acontece em todo lugar do mundo: taxar os mais ricos e não taxar os mais pobres. Aqui no Brasil é o contrário.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Aqui se taxam os mais pobres e se cortam as despesas sociais, os programas sociais.

Se me permite, Senador Lindbergh, eu só queria anunciar que nós temos no plenário do Senado a presença do Deputado Ricardo Izar, que está aqui conosco.

Ricardo preside a Frente Parlamentar em Defesa dos Animais, esteve comigo na CCJ contra a vaquejada – não é, Deputado? Estamos na luta. E ele está trazendo estudantes de Direito, alunos do Mackenzie, do FMU e da faculdade de Mogi, para conhecer o Congresso.

Sejam muito bem-vindos aqui.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E essa virou uma causa sua também.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Com certeza, não é, Deputado Ricardo Izar? É uma causa que a sociedade toda está abraçando. Não há por que fazer diversão, não há por que haver atividade cultural em cima do sacrifício, em cima da crueldade com os animais. Acho que nós deveríamos ter virado essa página há muito tempo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Permitam-me, Senadora Gleisi, Deputado Ricardo Izar: eu estava no meu gabinete, com a televisão ligada, passava o debate sobre a vaquejada, V. Ex^a se pronunciando contra, e alguém quis provocar V. Ex^a, dizendo: "Ah, mas na hora de comer a carne..." E V. Ex^a respondeu que é vegetariano há muito tempo. Mas eu acho esse debate muito válido.

Eu quero cumprimentar o Deputado Ricardo Izar por sua luta em defesa dos direitos dos animais.

Por fim, existe nessa área também, de financiamento do Estado, um Fundo Nacional de Desenvolvimento



e Emprego, utilizando parte das reservas internacionais. Um programa de infraestrutura, saneamento, habitação, recuperação da Petrobras... Nós temos algo em torno de US\$380 milhões de reservas internacionais.

Ponto 4: massivo investimento em infraestrutura, para uma economia dinâmica e eficiente; concluir com urgência absoluta a transposição do São Francisco, que está parada; recuperar e duplicar as principais rodovias de acesso a todas as capitais e principais cidades brasileiras; redução, pela metade, do custo de energia elétrica; expandir a produção de energia elétrica, focando em energias renováveis e baratas; completar as obras ferroviárias de integração nacional.

Cinco: salvar a Petrobras e o pré-sal, os maiores patrimônios brasileiros; concluir obras paradas da Petrobras, especialmente plataformas e refinarias. Aqui é o seguinte: o Brasil não recupera seu crescimento se não recuperarmos a capacidade de investimento da Petrobras. Mais da metade dos investimentos do País são da Petrobras, que encolheu muito. A crise do Rio de Janeiro teve de tudo: teve excesso de isenções fiscais, teve corrupção, mas não tenha dúvida: além da desaceleração econômica que o País está vivendo, o impacto da cadeia de óleo e gás no Rio de Janeiro, na arrecadação, é enorme! Não há como salvar o Rio de Janeiro sem discutir a cadeia de óleo e gás.

Então, há um programa de financiamento da Petrobras via BNDES, via reservas internacionais, para dar fôlego para a Petrobras retomar sua capacidade de investimento.

Trabalhar com bancos públicos para reestruturar a dívida, em moeda nacional e estrangeira, da Petrobras, tendo como fonte de financiamento, respectivamente, o Tesouro e as reservas cambiais; impedir e reverter a fragmentação, destruição e privatização da Petrobras, especialmente a preços vis, e a entrega de blocos gigantescos do pré-sal, que estão sendo realizadas por este Governo; fortalecer a política de conteúdo nacional e compras da Petrobras na indústria brasileira. Isso aqui está profundamente ameaçado. E a gente sabe como o setor da indústria naval cresceu com o Presidente Lula. Nós fazíamos todas as plataformas fora do País, e o Presidente Lula disse: "É possível fazer aqui no País." E nós criamos uma grande cadeia de indústria nacional, que foi completamente destruída.

Adequar a tributação estadual sobre o petróleo e outros minerais, para tornar os Estados produtores mais preparados para as oscilações dos preços do petróleo; fortalecer o financiamento da educação brasileira, por meio da adequação da tributação federal sobre a exploração do pré-sal.

E, por fim – esse seria o último ponto: um novo Pacto Federativo; salvar Estados e Municípios; renegociação da dívida dos Estados.

Há um consenso de que as taxas de juros que vigoraram sobre a dívida dos Estados foram abusivas e que é preciso renegociá-las. O projeto encontra-se no Senado Federal, e o ideal é aprová-lo logo, sem muita alteração, para não voltar para a Câmara dos Deputados.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O que devemos fazer na terça-feira, na CAE, na Comissão de Assuntos Econômicos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Está pautado?

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... da renegociação da dívida dos Estados. Está pautado. O Relator é o Senador Armando Monteiro. Se nós votarmos na CAE na terça-feira, deve vir ao Plenário e, aí, claro, há a preocupação de não fazer aquelas medidas compensatórias, para os servidores terem problema.

Senador Lindbergh, permita-me.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É que chegou uma notícia aqui que eu acho importante e que V. Ex^a pode, inclusive, comentar: o ex-Ministro da Cultura Calero está dizendo à Polícia Federal que o Presidente Michel Temer o pressionou no caso Geddel. Eu acho isso extremamente grave!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O Temer? Agora?

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Exatamente.

Eu quero, só para completar... Eu acabei de receber essa notícia pelo grupo de ativistas Coalas, que são militantes, ativistas das redes sociais. Quero aproveitar para dizer que estão presentes com a gente, aqui, o Nelsinho Santos, que é do coletivo Coalas, o coordenador, o Pedro Trengrouse e o Max Garcez. Sejam bem-vindos aqui. O pessoal trabalha muito com notícias, trabalha no ativismo das redes, e acabou de me passar essa notícia aqui. Eu acho isso de uma gravidade muito grande!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É extremamente grave! Nós estávamos falando da demissão do Ministro Geddel Vieira Lima, porque este tinha pressionado o Calero. A notícia agora é que Temer pressionou o Calero. Ou seja, um Presidente da República envolvido em



negócios. E há mais: eu acho que nós temos que sair daqui e fazer uma reunião com a nossa área jurídica, porque nós vamos, com certeza, tomar uma medida jurídica. Não sei qual, talvez uma representação na PGR... Vamos estudar, mas é um assunto da mais alta gravidade! E, se confirmada essa informação da Polícia Federal, nós temos que convocar e o Presidente da República tem que vir depor aqui no Congresso Nacional, no Senado Federal. É da mais alta gravidade! Imagine se fosse a Presidenta Dilma que tivesse pressionado por um negócio realizado numa empresa. Imagine o escândalo que seria! Agora, nós vemos como... Todo mundo trata essa turma como sócios, não é?

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – São pesos e medidas diferentes. Aliás, desde que iniciou o Governo Temer, não se trata o Governo com a severidade que se tratava o governo da Presidente Dilma ou o governo do Presidente Lula.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E veja bem: todo mundo diz aqui que Geddel, Padilha, Moreira, Temer e Eduardo Cunha – que já está preso – eram sócios. Eu vejo novamente o que parece, nisso aí, uma sociedade do Temer com o Geddel Vieira Lima, porque veja bem: não era só o apartamento, porque Geddel disse que tinha um apartamento. Aí, o que foi que a gente percebeu? Não era isso. Um primo dele era advogado da empresa, assim como um sobrinho. Esse primo é sócio do Geddel num restaurante, o restaurante Al Mare. Ou seja: era uma clara atividade de lobi, de tráfico de influência. Agora, colocar o Presidente da República nisso? É o Presidente da República também fazendo tráfico de influência, para beneficiar um grupo privado. Isso é gravíssimo!

Se for confirmado isso, nós vamos tomar as medidas jurídicas cabíveis, mas não vai passar em branco. É mais uma desmoralização para este Governo.

E aqui, pessoal – vocês estão nos assistindo –, nessas cadeiras aqui do Senado, todo mundo fala para a gente: “Olha, se o Eduardo Cunha fizer delação, acabou o Governo. Este Governo não se sustenta.” E todo mundo começa a ver também que é um Governo sem projeto nacional, é um Governo que não tem o que oferecer num momento de crise como este.

Em momentos de crise, Senadora Gleisi, tem que haver um Presidente forte, um Presidente que possa olhar a Nação, como o Lula fez em 2009. O que o Lula fez? Pediu uma cadeia de rádio e televisão e disse que era uma marolinha, que as pessoas consumissem, que acreditasse no País. E, aí, o que ele fez? Ampliou o gasto social, ampliou as obras do PAC, pediu para os bancos públicos emprestarem a preços mais baratos, porque os bancos privados subiram muito a taxa de juros.

Agora, não: nós temos um Presidente sem legitimidade, perdido. Esse Presidente parece o Forrest Gump: é um homem à procura de ideias, porque não tem nada ali. A Dilma que o definiu muito bem: “O Temer é menor que o Brasil.” Na verdade nem é uma figura menor; nunca seria Presidente da República com voto popular.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Rebaixou o cargo de Presidente da República.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Nós vamos ficar hoje, aqui, a noite toda, fazendo esse... (*Risos*.)

Eu peço desculpas, Senadora Gleisi, pelo tempo que estou tomando de V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Só estou preocupada porque nós temos uma audiência pública na CAE, sobre a PEC 55. Mas eu acho que esse tema não podia deixar de ser anunciado aqui. Sei que V. Ex^a tem falado sobre isso, porque eu considero muito, muito grave.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu vou encerrar, Senadora Gleisi, dizendo isso, que nós vamos, ainda hoje, reunir a nossa assessoria jurídica, para tomar uma decisão sobre o que fazer.

Com certeza, no dia de amanhã, estaremos ou entrando com uma representação na Procuradoria-Geral da República... Mas estaremos anunciando o que vamos fazer neste caso que desmoraliza mais ainda esse Presidente ilegítimo que é Michel Temer.

E, no mais, quero dizer que amanhã vai ser um dia nacional de mobilização dos servidores públicos contra a PEC 55. É um dia de luta. As mobilizações nos Estados podem ter um papel muito grande aqui no Senado. Então, você que é servidor público, que estiver protestando no dia da manhã, também mande *e-mails* para os seus Senadores, de cada Estado.

No domingo vai haver um ato em São Paulo, também contra a PEC 55 e em defesa da democracia, um ato em que eu estarei presente, mas as grandes figuras desse ato serão o Presidente Lula, o ex-Presidente do Uruguai, Pepe Mujica, e o nosso grande Chico Buarque. Será um ato em que nós esperamos contar com a presença de mais de cem mil pessoas na Avenida Paulista. Eu tenho certeza que vai ser um grande ato, que vai



impactar este Congresso Nacional e, com certeza, a votação da próxima terça-feira.

E, na terça-feira, haverá mobilização em Brasília. São várias caravanas do Brasil. Nós, inclusive, temos que conversar com o Presidente do Senado, Renan Calheiros, porque estão impedindo que o povo entre aqui no Senado. As galerias estão ficando vazias em dia de votação como essa. Vai vir muito estudante, vai vir muito trabalhador da área da educação, vai vir muito professor, vai vir muito profissional da saúde.

Então, nós queremos recebê-los aqui. Vocês vão fazer um ato, a gente quer participar do ato também, mas nós queremos que a Casa do povo, o Senado Federal, tenha garantida a presença dessas pessoas aqui dentro. Nós não vamos aceitar... Porque, agora, qualquer pessoa que venha aqui... Engraçado: empresário passa direto, para fazer lobi. Quando é trabalhador, petroleiro, estudante...

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Febraban, Fiesp... Todo mundo tem acesso aqui. Juízes, Ministério Público, o pessoal da Receita, da Polícia... Todo mundo que é corporativo tem acesso aqui. O povo não consegue entrar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Presidenta Gleisi Hoffmann, eu encerro esse meu breve pronunciamento, agradecendo a V. Ex^a pela tolerância do tempo. Mas é um final de dia, nesta quinta-feira, e eu acho que foi importante nós discutirmos, mostrarmos que existe alternativa, sim, pessoal.

O que está acontecendo no Brasil é uma loucura. No meio dessa depressão econômica, eles querem um plano de austeridade. Existe caminho, sim. Nós começamos essa discussão e esperamos, ainda no mês de dezembro, apresentar um plano bem concreto, mostrando que é possível retomar o crescimento, proteger os empregos e fazer o Brasil avançar.

Muito obrigado, Senadora Gleisi.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Parabéns, Senador Lindbergh, pelo pronunciamento breve, mas contundente... (Risos.) ... e muito importante para o Brasil. Também acho que a gente tem que debater e informar.

Queria agradecer a todos que estão nos acompanhando até agora pela TV Senado, pela Rádio Senado, e desejar a todos uma boa sexta-feira.

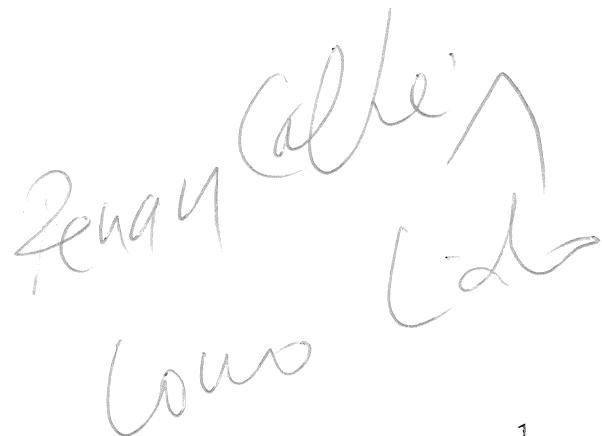
Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 25 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 180^a SESSÃO**EXPEDIENTE****Discurso encaminhado à publicação****Discurso dia Consciência Negra. 24-11-2016**

A instituição do Dia da Consciência Negra, que comemoramos nessa sessão especial, é uma oportunidade de refletirmos a respeito das vicissitudes que a população negra ainda hoje enfrenta em nosso país. A importância que o negro tem na cultura brasileira é bastante reconhecida por toda sociedade, devido à enorme, evidente e qualificada participação em todos os setores da vida nacional, seja no campo das artes, da literatura, da política, da gastronomia, da música, na dança, entre muitos outros.



Renan Calheiros

1



São tantos os expoentes e tantos são feitos que ninguém ousa negar a importância de Machado de Assis, Pelé, Grande Otelo e tantos outros. Apesar deste reconhecimento porém, sabemos o quanto essa camada de nossa população carece de respeito, de consideração e de tratamento igualitário.

Tudo isso por que a discriminação contra os afrodescendentes, insidiosa e perversa, sobrevive nos escaninhos escuros dos preconceitos e da ignorância. Assim, pois, muito a propósito se faz necessário um dia dedicado à consciência negra para relembrar a todos que não é, definitivamente, a cor da pele que define a personalidade humana. Tampouco o valor, a honradez, ou o caráter.



O Dia da Consciência Negra é comemorado em 20 de novembro em homenagem a Zumbi dos Palmares que morreu, em 1695, assassinado por soldados da Coroa Portuguesa devido a sua resistência contra a escravidão. Zumbi foi o último líder do maior dos quilombos do Brasil, o dos Palmares, localizado na região que à época pertencia à capitania de Pernambuco, e que hoje fica na cidade União dos Palmares, em Alagoas.

Morto em uma emboscada, após ser traído por um companheiro, Zumbi foi decapitado em Pernambuco, para servir de exemplo a outros escravos. A bravura e a determinação dos afrodescendentes, contudo, não deixou que a luta pela sobrevivência e pelo reconhecimento findasse naquela praça pública de Recife, onde teve sua cabeça cortada e exposta.



Apesar da abolição da escravatura ter se dado a mais de um século, a população de afrodescendentes ainda hoje sofre as marcas de um povo excluído e perseguido, que precisou resistir bravamente para se manter vivo e íntegro. Tendo sobrevivido às senzalas e às masmorras, atualmente continua sendo necessário lutar para manter seus valores e heranças culturais, vítimas continuadas que são dos nossos preconceitos.

Por tudo isso, essa luta não deve ser tão somente dos afrodescendentes, mas de todos nós que, não tendo consciência da exclusão a que são eles vitimados, colaboramos para o discurso do ódio, para as injustiças raciais, e para o sofrimento social a que são submetidos.



O mais cruel ainda é que a nossa indiferença colabora para o desconhecimento do velado extermínio a que a população dos jovens afrodescendentes é submetida.

De acordo com o Mapa da Violência de 2014, que contabiliza dados oficiais do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde, cerca de 30 mil jovens de 15 a 29 anos são assassinados por ano no Brasil. Desses, 77% são negros.

A leitura que devemos fazer de tais dados é que são os afrodescendentes as maiores vítimas da violência que campeia em nosso país. Quando não fatais, são eles as maiores vítimas morais dos preconceitos e da discriminação.



O Senado além de dar muita ênfase às datas e condecorações que simbolizam a luta contra o preconceito também tem dado contribuições legislativas relevantes. A mais recente, aqui concebida e votada, estendeu a todos os trabalhadores domésticos os direitos trabalhistas. Sabe-se que a grande maioria desses trabalhadores é afrodescendente e, até bem pouco tempo, eram vítimas de uma discriminação trabalhista injustificável. Ao estender todos os direitos trabalhistas aos empregados domésticos o Senado implodiu a última senzala brasileira. É um avanço que levarei com muito orgulho por toda minha vida.



Por tudo isso necessário se faz comemorarmos o Dia da Consciência Negra, pois de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, para conseguir romper o preconceito racial é necessário criar e fortalecer alianças com a sociedade. Esse é, considera o programa, o único modo de mudar a mentalidade preconceituosa forjada durante anos de escravidão e quase cinco séculos de discriminação. É com esse intuito que realizamos hoje esta sessão solene e que, anualmente, concedemos o prêmio Abdias Nascimento, ilustra senador que brilho no plenário desta Casa.

Obrigado a todos.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 181^a SESSÃO**EXPEDIENTE****Comunicação**

Expediente do Senador Jorge Viana, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado, por meio do qual relata participação na missão objeto do Requerimento nº 551, de 2016, previamente aprovado em Plenário. O Requerimento vai ao Arquivo.



Discursos encaminhados à publicação:

(1) ATA

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ÂNGELA PORTELA

PRONUNCIAMENTO QUE FAZ NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL A SENADORA ÂNGELA PORTELA, DO PT DE RORAIMA, EM 24 DE NOVEMBRO DE 2016

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores!

O Mapa da Violência 2015, que fez um estudo focado especificamente nos homicídios de mulheres no Brasil, para fortalecer a campanha UNA-SE Pelo Fim da Violência contra as Mulheres, lançada pelas Nações Unidas, revelou que entre 2003 e 2013, o número de mulheres vítimas da violência, passou de 3.937 para 4.762, evidenciando incremento de 21%, no período, em todo o país.

Neste trabalho, Roraima apareceu entre os estados mais violentos da federação, com relação à mulher, revelando que, na década estudada, o número de assassinatos de mulheres pulou de 6 para 36 casos. No tocante à taxa de homicídio por 100 mil mulheres, Roraima apareceu com a taxa 15,3, revelando um crescimento de 343,9%, na década. Um absurdo que recrudesceu em anos seguintes, mas que continua a nos preocupar.

Utilizo essa triste ascensão para registrar a passagem, nesta sexta-feira, 25 de novembro, do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra a Mulher, estabelecido em 1981, no Primeiro Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, realizado em Bogotá, na Colômbia.

O Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra a Mulher, como sabemos, faz uma merecida homenagem às irmãs Mirabal, ou como são mais conhecidas "Las Mariposas", que foram brutalmente assassinadas no dia 25 de novembro de 1960. Antes de serem assassinadas, as irmãs Mirabal que lutaram por democracia e perderam suas vidas por causa desta luta, sendo por grandioso gesto político, reconhecidas pelas Nações Unidas, foram presas e torturadas, por determinação do governo autoritário de Rafael Trujillo, da República Dominicana, que entre 1930 e 1961, governou aquele país com mãos de ferro.

Lembro a data, ressaltando que a violência contra a mulher vem aumentando a cada dia em nosso país. De acordo com o





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ÂNGELA PORTELA

Disque 180, do governo federal, nos dez primeiros meses de 2015, foram registradas 63.090 denúncias de violência contra a mulher, no Brasil; o correspondente a um relato a cada 7 minutos. Entre estes registros, quase metade (31.432 ou 49,82%) refere-se a denúncias de violência física, sendo que 58,55% foram relatos de violência contra mulheres negras.

Em movimento contrário, destaco, todavia, iniciativas positivas, implantadas durante os governos do ex-presidente Lula e da presidente afastada Dilma Rousseff, legitimando as reivindicações dos movimentos de mulheres, de entidades feministas e de lideranças políticas, ligadas à luta pela superação dessa violência como condição necessária para a construção de uma sociedade mais humana.

São desse período, por exemplo, a criação do programa Mulher Viver Sem Violência, que propõe estratégias para melhorar e dar celeridade ao atendimento às vítimas da violência de gênero.

Por meio do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, este programa também reforça as ações de proteção às vítimas, por meio da rede de serviços públicos do governo federal, estados, Distrito Federal, municípios, tribunais de justiça, ministérios e defensorias públicas.

Também é legado deste período, a construção em todas as unidades da federação da Casa da Mulher Brasileira. Em Roraima, nossa Casa, que abrigará mulheres vítimas de violência de gênero, já está com 95% da obra concluída, defendo ser inaugurada ainda este ano.

Portanto, a data que faz uma merecida homenagem às Mariposas, só vem nos relembrar que ainda temos um longo caminho e muitas jornadas, se quisermos superar este problema social e de ordem pública, que é tão antigo quanto a humanidade.

Fruto de uma visão patriarcal, machista e arcaica, que ainda persiste em nossa sociedade, a superação da violência contra a mulher requer a consolidação de estruturas específicas, no âmbito de aparelhos policial e judicial, capazes de proteger as vítimas e punir exemplarmente os agressores. Por isso mesmo, esta etapa nos impele a irmos à luta, em Roraima e no País.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ÂNGELA PORTELA

Era o que tinha a dizer sobre tão importante data para as mulheres brasileiras.

Muito obrigada.

Brasília/DF, 24 de novembro de 2016.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'ÂNGELA PORTELA'.

Senadora ÂNGELA PORTELA

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras Senadoras e Srs. Senadores, raras vezes, desde que o Brasil reconquistou a democracia, vimos o País tão mobilizado contra uma proposta de emenda constitucional como a onda popular que estamos assistindo nas últimas semanas.

A PEC 55, antes PEC 241 na Câmara dos Deputados, também chamada PEC da Maldade, ou PEC do Fim do Mundo, mobilizou até mesmo a Consultoria Técnica deste Senado, que produziu diversos estudos e pareceres sobre a proposta. Um deles, talvez o mais importante, classifica a PEC 55 como inconstitucional. Outros, questionam, do ponto de vista jurídico, se a decisão deliberada de impor sacrifício à população, particularmente os mais pobres, contrariam ou não as funções do Poder Executivo constitucionalmente definidas. A essas interrogações, eu acrescento mais uma: até que ponto não será inútil e até prejudicial à economia brasileira?

A inconstitucionalidade da PEC 55, causa espanto até mesmo entre os senadores da base do governo. A emenda pretendida, entretanto, é bom que se lembre, é fruto de um governo ilegítimo, sem a aprovação do voto popular. Só com o referendo da cidadania, conforme estamos propondo, as medidas claramente recessivas, causadoras de pobreza, desemprego e desamparo social, estariam plenamente em conformidade com a lei. Somente o povo pode avaliar se aceita ou não sacrifícios como os que estão sendo propostos.

Mas a PEC 55 não é apenas inconstitucional - é também imoral, porque pretende impor para próximos 20 anos um modelo financeiro ultra neoliberal que privilegia bancos, rentistas milionários e especuladores do mercado financeiro no acúmulo diário de fortunas construídas com títulos do governo federal, enquanto castiga a maioria da população com menos escolas, menos postos de saúde, menos segurança nas ruas, entre outros de seus efeitos nefastos.

Entre os deputados, a medida foi aprovada na Câmara depois que o trator do governo, com uso do Tesouro, esmagou as resistências com o convencimento daqueles votos sempre vacilantes, que vendem seu apoio em troca de vantagens.

Mas no Senado, a minha esperança, é que essa lógica não prevalecerá, pois já se forma a conscientização do desastre que representa o chamado Novo Regime Fiscal pretendido pela PEC 55.

Na sociedade, a reprovação é generalizada, como o próprio Data Senado pôde comprovar na consulta popular que abriu em seu site que 93% dos que participaram da sondagem se posicionaram contra a PEC.

A base do governo pode querer rebater esses números repetindo a ladainha de que houve aparelhamento das hordas petistas na pesquisa. A realidade desmente essa lorota. Não há sequer um movimento social, espontâneo ou organizado, que tenha vindo a público para defender a PEC 55. Pelo contrário, sua condenação como medida amaldiçoada mobilizou desde médicos e cientistas reconhecidos pelos serviços que prestaram à Nação, até artistas, líderes religiosos e sindicatos de trabalhadores. Todos, sem exceção, apontaram a catástrofe social que ela vai causar. Todos preveem ruína no horizonte do Brasil, caso ela seja aprovada.

Os danos não serão apenas de ordem material – são também, o que é mais grave, de ordem moral.

O parecer da Consultoria Técnica do Senado que estabelece que a PEC 55 é inconstitucional, tem como baliza a conclusão de que o texto da emenda desrespeita várias cláusulas pétreas da Constituição. A primeira delas, que também já foi apontada pela Procuradoria-Geral da República, é de que a PEC 55 fere o princípio da separação dos



Poderes – essencial para qualquer regime que queira ser chamado de democrático. A segunda violação afeta a segurança jurídica do País, pois a deterioração dos direitos trazida no bojo da PEC vai estimular para uma judicialização ainda maior. O resultado nós já sabemos: o STF será entupido com dezenas, centenas, talvez milhares de ações, reivindicando direitos sociais fundamentais, cujo provimento é obrigação do Estado.

O quadro de caos na Justiça, por sua vez, servirá de argumento para investidores não depositarem sua confiança no Brasil. Seu produto final e a cabo é a incerteza. No lugar de políticas públicas que, com diferentes graus de sucesso, são conduzidas de forma organizada e planejada pelo Executivo, o que teremos serão decisões judiciais pontuais que causarão perdas ainda maiores nas contas públicas.

Outro parecer dos técnicos deste Senado aponta outra deformidade constitucional na PEC 55. Ela viola o chamado “princípio de vedação do retrocesso social”, pois o governo ilegítimo está jogando com o futuro dos próximos 20 anos, com a imposição de um limite declinante para as despesas e investimentos sociais, tomando como ponto de partida uma conjuntura recessiva que vai aumentar a pressão por mais serviços públicos essenciais. O investimento será declinante em relação à renda gerada na economia, à arrecadação federal e, principalmente, por cidadão. O retrocesso social, nessa conjuntura, portanto, é líquido e certo, é plenamente previsível, constituindo nova ilegalidade quando é implantado conscientemente pelo governo.

A destruição de direitos e as garantias sociais e sua inconstitucionalidade é o insulto mais grave à consciência cidadã da Constituição de 1988. Nascida após o fim do período repressivo e desastroso da ditadura militar, nossa Carta Maior também garantiu esperança e total liberdade de manifestação para o cidadão. Hoje, não por acaso, enquanto o governo ilegítimo de Michel Temer, cobra rapidez na aprovação da PEC neste Congresso, com uma mão, com a outra desfere seu porrete autoritário contra a oposição e os movimentos sociais que se opõem à emenda.

Como se não bastasse, a PEC 55 também viola o princípio da razoabilidade. Outros países já mostram que há soluções mais adequadas e justas para tratar a questão do equilíbrio dos gastos públicos e dos problemas a ele associados. Nunca, em tempo algum, em nenhum país soberano, foram definidas restrições orçamentárias que podem durar até 20 anos. É também um disparate, porque estipula o prazo de 20 anos para emendar justamente o Ato das Disposições Transitórias da Constituição, 20 anos para uma disposição transitória é mais do que um contrassenso – é uma agressão à nossa inteligência.

Entre 2014 e 2015, o que caiu foi a arrecadação do governo. Para fazer política anticíclica o nosso governo deu uma série de desonerações para os industriais, IPI e contribuições sociais sobre a folha de pagamento. Somando a isso, houve uma desaceleração econômica muito forte. Assim, houve um impacto gigantesco na arrecadação. O governo abriu mão de receitas achando que os patrões iam investir. Mas os patrões ficaram com as desonerações para eles e o governo ficou sem arrecadação. Uma alternativa seria manter a arrecadação e usar o governo para investir, o que não foi feito.

Uma economia desindustrializada, que não vende produtos com valor agregado, só commodities (cujos preços são e estão baixos), entra em crise, ainda mais num contexto mundial de retração e com forte queda dos preços desses produtos. E um governo golpista, que não se elegeu, adota a plataforma política que atende aos seus próprios interesses sem a menor vergonha.

Se aprovada, a PEC da maldade levará o Brasil a se converter no principal paraíso da agiotagem na Terra, com o intuito claramente de beneficiar o sistema financeiro e a prática do rentismo através da especulação financeira.



Usa-se o argumento de que com a criação de um suposto "Novo Regime Fiscal" – nome dado pelo governo golpista a esta engenharia anti-povo programada para durar 20 anos – os gastos públicos na saúde, educação, ciência e tecnologia, cultura, agricultura familiar e etc., competem com a meta do "superávit primário", conceito contábil que corresponde ao valor poupado pelo governo para pagar o sistema da dívida, e este é o primeiro passo para uma série de retrocessos sociais, que vai reduzir os gastos de saúde e educação em relação aos atuais mínimos constitucionais, redução do número de famílias contempladas com o Bolsa Família; evitar novos aumentos reais do salário mínimo; reforma na previdência com impactos imediatos; reforma do abono salarial e do seguro desemprego; redução dos subsídios agrícolas e industriais; redução dos investimentos públicos, além de revisão de diversas leis e atos normativos de repasse a estados e municípios.

É desonesto afirmar que os gastos com saúde, assistência social e educação, que respondem por apenas 11% das despesas federais, são a causa do desequilíbrio fiscal. Estudos da associação de secretários municipais de educação, saúde e assistência social estimam que nos primeiros 10 anos de vigência do "Novo Regime Fiscal", as perdas dessas áreas poderão alcançar R\$ 1,3 trilhões de reais, que serão canalizados à especulação financeira.

Para os servidores públicos, será o fim da reposição da inflação nos salários e não haverá novos concursos por 20 anos.

Com todos esses argumentos concretos, faço desta tribuna um chamamento à responsabilidade dos meus colegas parlamentares. Nós não estamos aqui, como representantes eleitos majoritariamente nos nossos estados, para atropelar nossa Constituição com a aprovação rasteira desta emenda, apenas para dar o verniz da legalidade ao chamado Novo Regime Fiscal.

Não, Sras Senadoras e Srs. Senadores. Nós estamos aqui para representar os cidadãos que nos escolheram para defender os seus direitos. Nós estamos aqui para assegurar dignidade e bem-estar à cidadania que nos escolheu pelo voto.

Sr. Presidente, Sras Senadoras e Srs. Senadores, a PEC 55, que ganhou aqui o nome de "PEC dos Gastos Públicos", tristemente representa o aniquilamento de todas as esperanças de que, a cada nova lei que aprovamos, estamos erguendo um país mais igualitário. E, pior de tudo, é que essa imposição parte de um governo que não recebeu o aval das urnas. Por via indireta, estão nos forçando a aceitar um projeto de país que vinha sendo sistematicamente derrotado nas urnas nos últimos anos. Não é só a esperança de um País mais justo que vai se esvaindo, é também a esperança de um Brasil mais democrático que se fragmenta.

Tentam nos convencer de que esta PEC é a única saída que temos. Esboçam um diagnóstico apocalíptico, tentam demonizar os governos democráticos das últimas décadas, apresentando-os como irresponsáveis e corruptos. Apontam para uma explosão da dívida pública nos últimos anos. Mas nada disso é verdade, Sr. Presidente.

Nos últimos anos, a partir de 2013, a conjuntura recessiva favoreceu efetivamente um aumento do endividamento – e vale observar que o governo Dilma, em seu segundo mandato, preparava-se para realizar um ajuste, o qual não foi concretizado pelas razões que todos conhecemos. Caso tivesse tido a oportunidade de governar plenamente, hoje sem dúvida não estariamos diante dessa alternativa obscura que nos apresentam.

O que se espera desta PEC senão o fim do mundo? Deixemos de lado as entrelinhas, onde pode se esconder um universo de coisas, ou as agendas não confessadas – porque são mesmo inconfessáveis. O que esse governo ilegítimo propala em sua propaganda é que a PEC 55 trará o equilíbrio das contas públicas, condição necessária para se evitar a



volta da inflação, propiciar a redução dos juros e criar condições para que a economia volte a crescer.

Vista assim, parece até razoável, impressão que se dissolve quando refletimos um pouco sobre seu conteúdo. No fim das contas, o que a PEC sustenta é que o remédio para tudo isso é a imposição de uma austeridade sem precedentes, que em larga parte será paga justamente pelos mais pobres.

Pergunto aos mesmos propagandistas do governo: será que essa austeridade sem precedentes é mesmo necessária para combater a inflação? Aparentemente, a resposta é um sonoro não, porque a inflação, depois da absorção dos reajustes de vários preços administrados como os dos combustíveis e da energia e do aumento do dólar, voltou ao seu rumo em direção à meta, como aponta o próprio Banco Central.

Pergunto mais uma vez: Será que essa austeridade trará a redução dos juros? Mais: os juros absurdos cobrados no Brasil têm como única causa a dívida pública? As respostas, de novo, são não e não. Há muitos outros fatores que interferem na definição dos juros no Brasil. A dívida pública é apenas um elemento da equação.

Há ainda muitas outras perguntas à espera de uma resposta convincente. A austeridade é pré-condição para a volta do crescimento econômico ou agrava ainda mais a recessão? Por que o Brasil vai na contramão da maioria dos países soberanos que, ao contrário do que aqui se pretende, usaram recursos do Estado para estimular a economia? Afinal, recessão se combate com austeridade? Evidentemente que não, como comprova a grande discordância existente entre os economistas. Embora seja importante deixar claro que a maior discordância entre economistas é quanto ao papel da austeridade em períodos normais. Numa recessão, como a que estamos vivendo, há quase um consenso entre os economistas sobre o papel essencial do Estado para a recuperação econômica.

O pior dos mundos ocorrerá se, depois de a população ser obrigada a suportar sacrifícios que literalmente não pode pagar, ter ainda de suportar os efeitos negativos de uma austeridade de proporções injustificadas, sem a garantia de que os resultados esperados irão se tornar realidade. Nada nos garante que a redução dos investimentos em saúde, educação, segurança e infraestrutura incidirão favoravelmente para a recuperação da economia. Muito pelo contrário.

A PEC pretende instalar o que seus criadores chamam de Novo Regime Fiscal. De novo, fica a pergunta: o que ela traz de novo, senão o mesmo surrão sistema tributário anual, que prima pela injustiça ao sobrecarregar os produtos de grande consumo popular e aliviar a cobrança de tributos sobre a renda dos detentores do grande capital.²⁹ Por fim, não posso deixar de rebater uma frase de efeito criada pelo pai do neoliberalismo, o economista Milton Friedman, que vem sendo intensamente repetida pela base do governo, na falta de argumentos mais sólidos e convincentes. “Não existe almoço grátis”, repetem eles, como se fosse um mantra. O que deveriam estar se perguntando é quem vai pagar pelo almoço que a PEC pôs sobre a mesa? A resposta, todos nós sabemos: a conta do almoço será paga pelos mais pobres, por aqueles que lutam para que o salário não acabe antes do final do mês.

Tudo que afirmei até aqui, caras senadoras, caros senadores, não quer dizer que eu seja contra o controle de despesas públicas e a solidez das contas públicas. Pelo contrário, considero até que ela é valiosa, pois ninguém em sã consciência pode defender o desperdício. O que reitero e insisto para que todos nesse plenário reflitam, é que mesmo a austeridade também tem de ser considerada com equidade e a justiça. A PEC 55 não cobra austeridade dos mais ricos, mas sim, se omite.

Pelo cronograma de votação previsto no Senado, estaremos votando a PEC em segundo turno aqui no Plenário no dia 13 de dezembro – data de triste memória para



todos os democratas deste País, quando foi promulgado o infame Ato Institucional nº 5. Triste símbolo para esta triste fase política que atravessamos. Espero, Sras Senadoras e Srs. Senadores, que esta Casa tenha a sabedoria de passar ao País uma outra mensagem, ao derrotar esta PEC tão nefasta para o futuro do Brasil.

Se sucumbirmos e a PEC 55 for aprovada, cada um de nós, senadoras e senadores, terá uma dívida junto à população. Dívida essa que seguramente será cobrada no futuro. E, para aqueles que pretendem aprová-la, que pelo menos aceitem a nossa proposta de submeter a vigência ou não dos seus efeitos à população brasileira, pois é ela que será a mais afetada com essa proposta.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



Mensagem do Presidente da República

Junta-se ao processado do

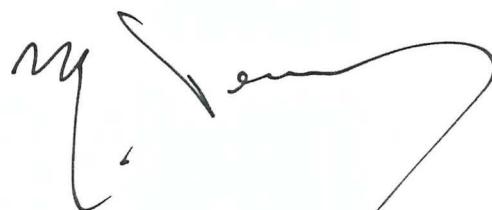
nº _____, de _____
Em _____ / _____ / _____

Mensagem nº 622

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei de conversão que “Altera a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança pública”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.361, de 23 de novembro de 2016.

Brasília, 23 de novembro de 2016.



Requerimentos



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador José Medeiros

Assinado
em 24/11/16
L. Ruy

Barcode
SF/16774.49156-37

REQUERIMENTO N° 892, DE 2016

Requeremos, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2016, que “*Altera a remuneração de servidores públicos; estabelece opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho às aposentadorias e pensões; e dá outras providências*”.

Sala das Sessões,

Página: 1/1 23/11/2016 14:52:37

40662577c87530adacbb0746caeecd86c0192039





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 894, DE 2016

Requer dispensa de apreciação de parecer da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) referente ao Projeto de Lei do Senado Federal nº 650/2015 e o consequente envio do processado para a Comissão seguinte, tendo em vista que o prazo regimental, para a manifestação por aquela Comissão, previsto no art. 118, II, do RISF, esgotou-se.

AUTORIA: Senadora Gleisi Hoffmann

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

**REQUERIMENTO
N.º , de 2016**

SF/16810.47325-92

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 119 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requeiro a dispensa de parecer da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) sobre o PLS nº 650/2015, de minha autoria, e o consequente envio do processado para a comissão seguinte, tendo em vista que a matéria foi despachada para a CRA em 29/09/2015 e o prazo regimental de 15 dias úteis para manifestação da comissão, previsto no art. 118, II, do RISF, já foi há muito tempo esgotado.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 2016.

Senadora GLEISI HOFFMANN



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 144/2015



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

PARECER N° 910, DE 2016

Aprovado.
 À Câmara dos
 Deputados.
 Em 24/11/16

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2015 (nº 5.568, de 2013, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2015 (nº 5.568, de 2013, na Casa de origem), que altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores.

Senado Federal, em 24 de novembro de 2016.

Renan Calheiros,
 Presidente
 Jorge Viana, Relator
 Off.º: _____
 Sessão Fina.



910
ANEXO AO PARECER Nº 910, DE 2016.

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da nº 144, de 2015 (nº 5.568, de 2013, na Casa de origem).

Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores.

Emenda nº 1

(Corresponde à Emenda nº 3 – CCJ, de redação)

Suprime-se a expressão “no § 2º do art. 302,” constante do § 3º do art. 291 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), nos termos do art. 2º do Projeto.

Emenda nº 2

(Corresponde à Subemenda nº 1 – CCJ à Emenda nº 1 – CCJ)

Dê-se ao § 3º do art. 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), nos termos do art. 3º do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 302.

.....
 § 3º Se o agente conduz veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência:

Penas – reclusão, de 5 (cinco) a 8 (oito) anos, e suspensão ou proibição do direito de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.” (NR)



Emenda nº 3**(Corresponde à Emenda nº 2 – CCJ)**

Inclua-se no Projeto o seguinte art. 6º, renumerando-se o atual art. 6º como art. 7º:

“Art. 6º O art. 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 306. Conduzir veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência.

Penas – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, multa e suspensão ou proibição do direito de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

§ 1º A verificação do disposto no *caput* poderá ser obtida por meio de teste de alcoolemia ou toxicológico, exame clínico, perícia, vídeo, prova testemunhal ou outros meios de prova em direito admitidos, observado o direito à contraprova.

§ 2º Qualquer concentração de álcool por litro de sangue ou por litro de ar alveolar sujeita o condutor às penalidades previstas no *caput*.

§ 3º O Contran disciplinará as margens de tolerância quando a infração for apurada por meio de aparelho de medição, observada a legislação metrológica.’ (NR)”



Projeto de Lei da Câmara nº 62/2016**SENADO FEDERAL****COMISSÃO DIRETORA****PARECER Nº 911, DE 2016**

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2016 (nº 1.901, de 2015, na Casa de origem).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2016 (nº 1.901, de 2015, na Casa de origem), que *altera as Leis nºs 8.906, de 4 de julho de 1994, e 13.105, de 16 de março de 2015, para estipular direitos e garantias para as advogadas gestantes, lactantes e adotantes e dá outras providências*, consolidando as emendas nºs 2 a 4 – CCJ, de redação, aprovadas pelo Plenário.

Senado Federal, em 24 de novembro de 2016.

RENAN CALHEIROS, PRESIDENTE

JORGE VIANA, RELATOR

ELMANO FÉRRER

ROMERO JUCÁ



ANEXO AO PARECER Nº 911, DE 2016.

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2016 (nº 1.901, de 2015, na Casa de origem).

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estipular direitos e garantias para a advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz e para o advogado que se tornar pai.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estipular direitos e garantias para a advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz e para o advogado que se tornar pai.

Art. 2º A Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º-A:

“Art. 7º-A. São direitos da advogada:

I – gestante:

a) entrada em tribunais sem ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raios X;

b) reserva de vaga em garagens dos fóruns dos tribunais;

II – lactante, adotante ou que der à luz, acesso a creche, onde houver, ou a local adequado ao atendimento das necessidades do bebê;

III – gestante, lactante, adotante ou que der à luz, preferência na ordem das sustentações orais e das audiências a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação de sua condição;

IV – adotante ou que der à luz, suspensão de prazos processuais quando for a única patrona da causa, desde que haja notificação por escrito ao cliente.



§ 1º Os direitos previstos à advogada gestante ou lactante aplicam-se enquanto perdurar, respectivamente, o estado gravídico ou o período de amamentação.

§ 2º Os direitos assegurados nos incisos II e III deste artigo à advogada adotante ou que der à luz serão concedidos pelo prazo previsto no art. 392 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

§ 3º O direito assegurado no inciso IV deste artigo à advogada adotante ou que der à luz será concedido pelo prazo previsto no § 6º do art. 313 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil)."

Art. 3º O art. 313 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 313.

.....
IX – pelo parto ou pela concessão de adoção, quando a advogada responsável pelo processo constituir a única patrona da causa;

X – quando o advogado responsável pelo processo constituir o único patrono da causa e tornar-se pai.

.....
§ 6º No caso do inciso IX, o período de suspensão será de 30 (trinta) dias, contado a partir da data do parto ou da concessão da adoção, mediante apresentação de certidão de nascimento ou documento similar que comprove a realização do parto, ou de termo judicial que tenha concedido a adoção, desde que haja notificação ao cliente.

§ 7º No caso do inciso X, o período de suspensão será de 8 (oito) dias, contado a partir da data do parto ou da concessão da adoção, mediante apresentação de certidão de nascimento ou documento similar que comprove a realização do parto, ou de termo judicial que tenha concedido a adoção, desde que haja notificação ao cliente." (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Projeto de Decreto Legislativo nº 38/2016



SENADO FEDERAL

PARECER N° 912, DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 38, de 2016 (PDC nº 281, de 2015, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, assinado em Brasília, em 11 de novembro de 2009.*

RELATOR: Senador **SÉRGIO PETECÃO**

Relator “ad hoc”: Senador Antonio Anastasia

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 38, de 2016, que *aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, celebrado em Brasília, em 11 de novembro de 2009.*

O texto do referido Acordo foi encaminhado à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 177, de 27 de maio de 2015, da Presidente da República.

A mensagem presidencial é acompanhada de exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Cultura, na qual se define o Acordo como instrumento que estabelece as condições institucionais para facilitar a cooperação entre o produtor audiovisual brasileiro e o israelense, conhecido por sua expressiva capacidade de produção nesse campo.

O Acordo em exame é composto por 19 (dezenove) artigos e conta com 1 (um) anexo, que estabelece as “regras de procedimento”.



No art. 1 são oferecidas definições relevantes, entre as quais as das Autoridades Competentes responsáveis pela implementação do Acordo, que são, no Brasil, a Agência Nacional de Cinema (ANCINE) e, em Israel, o Israel Film Council (Conselho de Cinema de Israel).

Os arts. 2 a 8 tratam de aspectos relativos à realização das coproduções, incluindo, neste último artigo, a definição dos aportes financeiros mínimo e máximo, em relação ao custo total, dos coprodutores brasileiro e israelense.

O art. 9 versa sobre a possibilidade de coproduções multilaterais, enquanto o seguinte trata dos direitos de propriedade intelectual.

Os arts. 12 a 15 definem condições relacionadas à exibição das obras audiovisuais, enquanto os arts. 16 a 18 referem-se a instrumentos para modificação do Acordo e solução de controvérsias.

Trata-se, no último artigo, da entrada em vigor do Acordo, que se estenderá por cinco anos, com renovação automática por períodos adicionais de mesma duração, a menos que uma das Partes o denuncie.

A matéria, após sua aprovação no Plenário da Câmara no dia 10 de novembro último, seguiu para esta Casa, sendo encaminhada, em caráter exclusivo e não-terminativo, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

De acordo com art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

A proposição adequa-se aos mandamentos da Constituição da República, em particular ao disposto no art. 49, inciso I, e no art. 84, inciso VIII.

Não detectamos, tampouco, vícios relativos a sua conformidade à ordem jurídica ou a qualquer das disposições regimentais.

Ao prever meios para o estabelecimento de produções culturais conjuntas com outra Nação, o Projeto de Decreto Legislativo mostra-se



consoante com o disposto no art. 4º, inciso IX, da Constituição Federal, o qual estabelece como princípio a reger as relações internacionais da República Federativa do Brasil a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

O encontro entre culturas diversas, mas que revelam inúmeros pontos de afinidade, ao resolver-se no plano da criação e da produção conjuntas de obras artísticas e de outras naturezas, passa a constituir um meio relevante para o mútuo enriquecimento.

Facilita-se, ademais, com as medidas acordadas, o desenvolvimento da produção audiovisual brasileira, envolvendo aspectos técnicos e artísticos, juntamente com a abertura de novos mercados.

Deve-se destacar, ainda, que o Acordo em análise, como já argumentado na exposição de motivos, não cria ônus para quaisquer dos Estados-Partes, oferecendo tão somente balizas para o estabelecimento de futura cooperação entre entidades privadas.

De tal sorte, tal instrumento de entendimento mútuo entre duas nações vem não apenas reforçar seus laços culturais e econômicos, mas propor também um modelo de intercâmbio onde a diversidade se resolve por meio do diálogo e da soma de forças criativas e produtivas.

III – VOTO

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2016.

Sala da Comissão, 24 de novembro de 2016

Senador Aloysio Nunes Ferreira , Presidente

Senador Antonio Anastasia , Relator “ad hoc”





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CRE, 24/11/2016 às 10h - 32ª, Ordinária

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)

TITULARES	SUPLENTES
JORGE VIANA	1. JOSÉ PIMENTEL
LINDBERGH FARIAZ	2. TELMÁRIO MOTA
GLEISI HOFFMANN	3. VAGO
LASIER MARTINS	4. HUMBERTO COSTA
CRISTOVAM BUARQUE	5. VAGO
ANA AMÉLIA	6. BENEDITO DE LIRA

Maioria (PMDB)

TITULARES	SUPLENTES
EDISON LOBÃO	1. JOÃO ALBERTO SOUZA
ROBERTO REQUIÃO	2. RAIMUNDO LIRA
SÉRGIO PETECÃO	3. MARTA SUPLICY
VALDIR RAUPP	4. KÁTIA ABREU
RICARDO FERRAÇO	5. HÉLIO JOSÉ

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)

TITULARES	SUPLENTES
JOSÉ AGRIPINO	1. RONALDO CAIADO
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
TASSO JEREISSATI	3. JOSÉ ANÍBAL
PAULO BAUER	4. ANTONIO ANASTASIA

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)

TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO BEZERRA COELHO	1. JOÃO CAPIBERIBE
VANESSA GRAZZIOTIN	2. LÍDICE DA MATA

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)

TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO AMORIM	1. MARCELO CRIVELLA
ARMANDO MONTEIRO	2. MAGNO MALTA



(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 2016
(nº 281/2015, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, assinado em Brasília, em 11 de novembro de 2009.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, assinado em Brasília, em 11 de novembro de 2009.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto do Acordo encontra-se publicada no DSF de 18/11/2016



Projeto de Decreto Legislativo nº 39/2016**SENADO FEDERAL**
PARECER N° 913, DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2016 (nº 56, de 2015, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do *Protocolo de Emenda ao Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana, celebrado em Córdoba, Espanha, em 28 de novembro de 2007*.

RELATOR: Senador **ROBERTO REQUIÃO**

Relator “ad hoc”: Senador Antonio Anastasia

I – RELATÓRIO

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2016, que aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana, celebrado em Córdoba, Espanha, em 28 de novembro de 2007.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem nº 371 do Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, datada de 12 de novembro de 2014, encaminhada pelo Aviso nº 477 da Casa Civil e acompanhada da Exposição de Motivos EMI nº 42/2014 MRE/MinC, de 3 de fevereiro de 2014, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Cultura, foi distribuída às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), de Cultura (CCULT) e Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC) (art. 54 RICD), que transformou a mensagem em projeto de decreto legislativo.



A proposição foi encaminhada ao Senado Federal em novembro de 2016, onde foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, na comissão, a este Relator em 17 de novembro de 2016, após cumprimento do prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

O projeto de decreto legislativo em análise tem por objetivo aprovar o texto do texto do Protocolo de Emenda ao Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana, celebrado em Córdoba, Espanha, em 28 de novembro de 2007.

O referido Protocolo busca o aperfeiçoamento da integração regional, pelo incremento da produção ibero-americana, por meio de atualizações técnicas do Convênio firmado em 1989, bem como do próprio fortalecimento da CACI, a qual passa a ser dotada de personalidade jurídica e, consequentemente, apta a celebrar acordos necessários ao cumprimento de suas metas institucionais.

O Ministério das Relações Exteriores, em sua Exposição de Motivos, ressalta que “o referido Protocolo de Emenda introduz alterações com vistas à atualização e à modernização do texto do Convênio de 1989. Desde a assinatura do referido Convênio, no final da década de 1980, a economia do cinema e, em maior escala, do setor audiovisual, passou por transformações que impactaram profundamente alicerces e mecanismos de produção, distribuição, exibição e difusão de conteúdos, principalmente por aquelas decorrentes da revolução digital ocorrida na virada do século XX para o século XXI. Além disso, o Protocolo de Emenda ao Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-americana define a Conferência de Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas da Ibero-América (CAACI), órgão máximo do Convênio, como um organismo internacional dotado de personalidade jurídica e capacidade para celebrar atos e contratos necessários para o cumprimento de seus objetivos, e aprimora a estrutura de instâncias auxiliares da CAACI”.

O Ministério ainda destaca a participação ativa da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), autarquia especial vinculada ao Ministério da Cultura, na elaboração do texto do Protocolo de Emenda em apreço e a aprovação de sua versão final.

O texto do Protocolo de Emenda ao Convênio, encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 371, de 2014, do Poder



Executivo, foi distribuído inicialmente à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, que aprovou o parecer do relator, o Deputado Jean Wyllys, em reunião deliberativa ordinária ocorrida em 29/04/2015, por intermédio do Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 2015 (na Casa de origem). A seguir, foi distribuída à Comissão de Cultura (CCULT), que semelhantemente concluiu por sua aprovação, em reunião realizada em 10/6/2016. Por fim, foi distribuída à Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC) que, em reunião ordinária realizada em 30/6/2015, opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria. Em 10/11/2016, o Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 2015 (na casa de origem) foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, em sessão deliberativa extraordinária.

Trata-se de proposição sujeita à apreciação do Plenário, tendo sido distribuído à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, para exame integral.

É o relatório.

II – ANÁLISE

Conforme determina o art. 103 do Regimento Interno desta Casa, compete a esta Comissão emitir parecer sobre “I – proposições referentes aos atos e relações internacionais (Const., art. 49, I) e ao Ministério das Relações Exteriores”.

O art. 84, VIII, da Constituição Federal, outorga competência ao Presidente da República para celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos ao referendo do Congresso Nacional. Já o art. 49, I, da mesma Carta Política, nos diz que é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais.

Assim sendo, está na competência do Poder Executivo assinar o presente Protocolo, bem como compete ao Congresso Nacional sobre ele



decidir, sendo o projeto de decreto legislativo a proposição adequada para tanto.

No tocante à constitucionalidade, tanto o projeto de decreto legislativo em exame quanto o Protocolo por ele aprovado, não afrontam dispositivos de natureza material da Carta Magna, bem como obedecem aos requisitos constitucionais formais.

No que tange à juridicidade, o projeto de decreto legislativo em exame e o Protocolo por ele aprovado estão em inteira conformidade com o ordenamento jurídico vigente, sendo, portanto, totalmente jurídicos.

No tocante à técnica legislativa, não há qualquer restrição quanto ao texto apresentado tanto no Projeto de Decreto Legislativo quanto no texto do Protocolo firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai.

Quanto ao mérito, cumpre destacar as importantes alterações propostas no texto original, visando alcançar: I- O efetivo desenvolvimento da comunidade cinematográfica dos Estados Partes, com a adoção de medidas necessárias para facilitar a entrada, permanência e circulação dos cidadãos respectivos, assim como da importação temporária dos bens provenientes dos Estados membros; II- A criação em suas Cinematecas de seções dedicadas a cada um dos Estados Partes, bem como a promoção da presença de sua cinematografia nos canais de difusão audiovisual existentes ou que venham a ser criados em cada um dele; III- A proteção e defesa dos direitos de autor, em conformidade com as leis internas de cada um dos Estados Parte; IV- O estabelecimento como seus órgãos principais: a Conferência de Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas da Ibero-América (CAACI) e a Secretaria Executiva da Cinematografia Ibero-americana (SECI), e tendo como órgãos auxiliares: o Conselho Consultivo da CAACI e as Comissões a que se refere o Artigo XXIII; V- A definição das atribuições, competência e prerrogativas do CAACI e do SECI; VI- A livre determinação dos Estados Partes para firmar acordos ou compromissos bilaterais no campo da cooperação ou co-produção cinematográfica; VII- A abertura para a adesão de outros Estados Ibero-americanos, do Caribe ou de fala hispânica ou portuguesa.

Depreende-se da leitura dos dispositivos do Protocolo de Emenda demonstra que se trata de instrumento internacional destinado a promover a



integração e desenvolvimento do setor audiovisual ibero-americano e de cooperação entre os Estados Partes do Convênio.

Nesse contexto, evidencia-se que o referido Protocolo de Emenda ao Convênio acha-se em harmonia com os princípios regentes das relações internacionais brasileiras, notadamente o princípio da cooperação entre os povos, insculpido no inciso IX do artigo 4º da Constituição Federal, assim como ao princípio do incentivo e integração à cultura, não apenas no âmbito nacional como externo.

III – VOTO

Isso posto, visto que observadas a adequação legislativa e regimental, a conveniência e a oportunidade, bem como a constitucionalidade e a juridicidade, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2016 (nº 56/2015, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana, celebrado em Córdoba, Espanha, em 28 de novembro de 2007.

Sala da Comissão, em 24 de novembro de 2016.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente

Senador Antonio Anastasia, Relator ‘ad hoc’





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CRE, 24/11/2016 às 10h - 32ª, Ordinária

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)

TITULARES	SUPLENTES
JORGE VIANA	1. JOSÉ PIMENTEL
LINDBERGH FARIAZ	2. TELMÁRIO MOTA
GLEISI HOFFMANN	3. VAGO
LASIER MARTINS	4. HUMBERTO COSTA
CRISTOVAM BUARQUE	5. VAGO
ANA AMÉLIA	6. BENEDITO DE LIRA

Maioria (PMDB)

TITULARES	SUPLENTES
EDISON LOBÃO	1. JOÃO ALBERTO SOUZA
ROBERTO REQUIÃO	2. RAIMUNDO LIRA
SÉRGIO PETECÃO	3. MARTA SUPLICY
VALDIR RAUPP	4. KÁTIA ABREU
RICARDO FERRAÇO	5. HÉLIO JOSÉ

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)

TITULARES	SUPLENTES
JOSÉ AGRIPIINO	1. RONALDO CAIADO
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
TASSO JEREISSATI	3. JOSÉ ANÍBAL
PAULO BAUER	4. ANTONIO ANASTASIA

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)

TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO BEZERRA COELHO	1. JOÃO CAPIBERIBE
VANESSA GRAZZIOTIN	2. LÍDICE DA MATA

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)

TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO AMORIM	1. MARCELO CRIVELLA
ARMANDO MONTEIRO	2. MAGNO MALTA



(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 2016
(nº 56/2015, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana, celebrado em Córdoba, Espanha, em 28 de novembro de 2007.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo de Emenda ao Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana, celebrado em Córdoba, Espanha, em 28 de novembro de 2007.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto do Protocolo encontra-se publicada no DSF de 18/11/2016



Projeto de Decreto Legislativo nº 40/2016**SENADO FEDERAL**
PARECER N° 914, DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2016 (PDC nº 103, de 2015, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, celebrado em Brasília, em 28 de setembro de 2012.*

RELATOR: Senador **ARMANDO MONTEIRO**

Relator “ad hoc”: Senador Antonio Anastasia

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 40, de 2016, que *aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, celebrado em Brasília, em 28 de setembro de 2012.*

O texto do referido Acordo, assinado em Brasília, em 28 de setembro de 2012, foi encaminhado à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 80, de 31 de março de 2015, da Presidente da República.

A mensagem presidencial é acompanhada de exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Cultura. Na referida



mensagem, destaca-se que o *Acordo em questão prevê a criação de condições mais favoráveis para a colaboração entre os setores produtivos dos dois países, tanto na produção de obras cinematográficas quanto na produção de obras direcionadas para o segmento televisivo, possibilidade reivindicada por ambos os setores produtivos. Além disso, o Acordo prevê a constante reavaliação pelas duas partes, buscando garantir que os resultados de sua aplicação sejam igualmente favoráveis aos dois países.*

O Acordo em exame é composto por 13 (treze) artigos e conta com 1 (um) anexo, que cuida dos requisitos gerais para o reconhecimento de coprodução.

O Acordo indica, de início, as definições dos termos e expressões nele empregadas (Artigo 1). Na sequência indica as respectivas Autoridades Competentes para tomar decisões sobre diversos aspectos do tratado: a Agência Nacional do Cinema (ANCINE) é designada pelo Brasil e o Departamento de Cultura, Mídia e Esporte pelo Reino Unido (Artigo 2). Os Artigos 3 a 9 versam sobre aspectos técnicos que tratados desta natureza consideram. Dentre eles, merece destaque o dispositivo que prevê medidas para o devido equilíbrio entre apoios relativos à produção cinematográfica e contribuições culturais que beneficiem cada Parte (Artigo 5).

A vigência, que será por prazo indeterminado, tem seu início previsto para a data da última notificação por escrito de uma parte à outra, com informação sobre o cumprimento dos seus respectivos requisitos constitucionais para a entrada em vigor (Artigo 10, 1). Do mesmo modo, a denúncia deverá se dar por meio de notificação escrita e por via diplomática, produzindo efeitos após 6 (seis) meses (Artigo 10, 2).

Há previsão de que eventuais controvérsias relacionadas à interpretação ou à implementação do Acordo serão solucionadas por meio de consultas e negociações entre as Autoridades Competentes, com uso da via diplomática (Artigo 12, 4).

Após ser aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados em 10 de novembro de 2016, a matéria seguiu para esta Casa e foi encaminhada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na qual me coube a relatoria.

No âmbito desta Comissão, não foram oferecidas emendas ao projeto.



I – ANÁLISE

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Ela está de acordo com o art. 49, I, e o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal.

Além disso, não constatamos vícios quanto a sua juridicidade.

No mérito, o Acordo em exame está em consonância com o disposto no art. 4º, inciso IX, da Constituição Federal, o qual prevê que a República Federativa do Brasil se regerá em suas relações internacionais pela cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Certamente a dimensão cultural assume papel de extrema relevância nas ações de cooperação entre os povos, sobretudo por vivermos numa sociedade internacional cada vez mais globalizada.

Nessa linha, não há como negar a importância do Acordo em análise. Para além disso, ele está, como indicado na exposição de motivos, em consonância com os objetivos de integração e desenvolvimento do setor audiovisual brasileiro com terceiros países. Busca-se, assim, tanto a excelência técnica e artística quanto a internacionalização das obras audiovisuais brasileiras.

Outro aspecto relevante, ainda em conformidade com a exposição de motivos, está relacionado ao fato de que o ato internacional em apreço não cria ônus para o Estado, já que ele serve de base para futuros ajustes entre entidades privadas.

Diante desse quadro, o presente Acordo constitui marco jurídico e mesmo institucional de grande destaque para ambos os países. Ele há de servir também como caminho sólido para que sejam fortalecidas as relações de amizade e para que se firme a paz entre as nações, com o fomento do intercâmbio de valores e experiências nas mais variadas dimensões do espectro cultural.



III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2016.

Sala da Comissão, 24 de novembro de 2016.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente

Senador Antonio Anastasia, Relator “ad hoc”





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CRE, 24/11/2016 às 10h - 32ª, Ordinária

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)

TITULARES	SUPLENTES
JORGE VIANA	1. JOSÉ PIMENTEL
LINDBERGH FARIAS	2. TELMÁRIO MOTA
GLEISI HOFFMANN	3. VAGO
LASIER MARTINS	4. HUMBERTO COSTA
CRISTOVAM BUARQUE	5. VAGO
ANA AMÉLIA	6. BENEDITO DE LIRA

Maioria (PMDB)

TITULARES	SUPLENTES
EDISON LOBÃO	1. JOÃO ALBERTO SOUZA
ROBERTO REQUIÃO	2. RAIMUNDO LIRA
SÉRGIO PETECÃO	3. MARTA SUPLICY
VALDIR RAUPP	4. KÁTIA ABREU
RICARDO FERRAÇO	5. HÉLIO JOSÉ

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)

TITULARES	SUPLENTES
JOSÉ AGRIPIINO	1. RONALDO CAIADO
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
TASSO JEREISSATI	3. JOSÉ ANÍBAL
PAULO BAUER	4. ANTONIO ANASTASIA

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)

TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO BEZERRA COELHO	1. JOÃO CAPIBERIBE
VANESSA GRAZZIOTIN	2. LÍDICE DA MATA

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)

TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO AMORIM	1. MARCELO CRIVELLA
ARMANDO MONTEIRO	2. MAGNO MALTA



(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 40, DE 2016
(nº 103/2015, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, assinado em Brasília, em 28 de setembro de 2012.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, assinado em Brasília, em 28 de setembro de 2012.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto do Acordo encontra-se publicada no DSF de 18/11/2016



Requerimento nº 893/2016

Aprovado
Em 29/11/2016
GRV

REQUERIMENTO N° 893, de 2016

Requeremos nos termos regimentais a inclusão em Ordem do Dia do dia 8 de dezembro, do corrente, das proposições apresentadas no Relatório Final da Comissão Especial destinada à análise de efetividade do limite remuneratório imposto pelo teto constitucional aos agentes públicos e com finalidade de vedar a vinculação remuneratória automática entre subsídios, criada nos termos do Ato do Presidente nº 24, de 2016.

Sala das Sessões em _____

Senador Renan Calheiros



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSDB - Pinto Itamaraty** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Aníbal** (S)

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PTB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Deca* (S)
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalírio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-PSC - Virginio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Pastor Valadares** (S)

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Ângela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 19

Dário Berger	SC
Edison Lobão	MA
Eduardo Braga	AM
Eunício Oliveira	CE
Garibaldi Alves Filho	RN
Hélio José	DF
Jader Barbalho	PA
José Maranhão	PB
João Alberto Souza	MA
Kátia Abreu	TO
Marta Suplicy	SP
Raimundo Lira	PB
Renan Calheiros	AL
Roberto Requião	PR
Romero Jucá	RR
Rose de Freitas	ES
Simone Tebet	MS
Valdir Raupp	RO
Waldemir Moka	MS

Bloco Social Democrata - 16

PSDB-12 / DEM-3 / PV-1

Aécio Neves	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB / SP
Alvaro Dias	PV / PR
Antonio Anastasia	PSDB / MG
Ataídes Oliveira	PSDB / TO
Dalírio Beber	PSDB / SC
Davi Alcolumbre	DEM / AP
Deca	PSDB / PB
Flexa Ribeiro	PSDB / PA
José Agripino	DEM / RN
José Aníbal	PSDB / SP
Paulo Bauer	PSDB / SC
Pinto Itamaraty	PSDB / MA
Ricardo Ferraço	PSDB / ES
Ronaldo Caiado	DEM / GO
Tasso Jereissati	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 13

PT-10 / PDT-3

Ângela Portela	PT / RR
Fátima Bezerra	PT / RN
Gleisi Hoffmann	PT / PR
Humberto Costa	PT / PE
Jorge Viana	PT / AC
José Pimentel	PT / CE
Lasier Martins	PDT / RS
Lindbergh Farias	PT / RJ
Pastor Valadares	PDT / RO
Paulo Paim	PT / RS
Paulo Rocha	PT / PA
Regina Sousa	PT / PI
Telmário Mota	PDT / RR

Bloco Moderador - 12

PTB-3 / PR-4 / PSC-3 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro	PTB / PE
Cidinho Santos	PR / MT
Eduardo Amorim	PSC / SE
Elmano Férrer	PTB / PI
Fernando Collor	PTC / AL
Magno Malta	PR / ES
Marcelo Crivella	PRB / RJ
Pedro Chaves	PSC / MS
Vicentinho Alves	PR / TO
Virginio de Carvalho	PSC / SE
Wellington Fagundes	PR / MT
Zeze Perrella	PTB / MG

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia	PP / RS
Benedito de Lira	PP / AL
Ciro Nogueira	PP / PI
Gladson Cameli	PP / AC
Ivo Cassol	PP / RO
José Medeiros	PSD / MT
Omar Aziz	PSD / AM
Otto Alencar	PSD / BA
Roberto Muniz	PP / BA
Sérgio Petecão	PSD / AC
Wilder Moraes	PP / GO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares	PSB / SE
Cristovam Buarque	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho	PSB / PE
João Capiberibe	PSB / AP
Lídice da Mata	PSB / BA
Lúcia Vânia	PSB / GO
Randolfe Rodrigues	REDE / AP
Romário	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin	PCdoB / AM

S/Partido - 1

Reguffe	DF
---------	----

PMDB	19
Bloco Social Democrata	16
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	13
Bloco Moderador	12
Bloco Parlamentar Democracia Progressista	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	9
S/Partido	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
 Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Ângela Portela* (Bloco-PT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
 Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
 Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Deca* (Bloco-PSDB-PB)
 Edison Lobão* (PMDB-MA)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
 Eduardo Braga* (PMDB-AM)
 Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
 Eunício Oliveira* (PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)
 Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
 Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)

Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (PMDB-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Aníbal** (Bloco-PSDB-SP)
 José Maranhão** (PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 Kátia Abreu** (PMDB-TO)
 Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
 Marta Suplicy* (PMDB-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Pastor Valadares** (Bloco-PDT-RO)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
 Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)

Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
 Pinto Itamaraty** (Bloco-PSDB-MA)
 Raimundo Lira* (PMDB-PB)
 Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (S/Partido-DF)
 Renan Calheiros* (PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
 Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
 Roberto Requião* (PMDB-PR)
 Romário** (Bloco-PSB-RJ)
 Romero Jucá* (PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (PMDB-ES)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
 Valdir Raupp* (PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Virginio de Carvalho** (Bloco-PSC-SE)
 Waldemir Moka* (PMDB-MS)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
 Zeze Perrella* (Bloco-PTB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PTB-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Ângela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º - VAGO



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 13 Líder Humberto Costa - PT (20,25,59,62,90,102) Vice-Líderes Lindbergh Farias (34,66,69,101) Telmário Mota (4,30,41,50,68,95) Gleisi Hoffmann (67,72,75,94) Regina Sousa (40) Líder do PT - 10 Humberto Costa (20,25,59,62,90,102) Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (34,66,69,101) Gleisi Hoffmann (67,72,75,94) Líder do PDT - 3 Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30,41,50,68,95)	Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 16 Líder José Agripino - DEM (37,61) Vice-Líderes Ricardo Ferraço (88,96) Davi Alcolumbre (89,98) Ataídes Oliveira (85) Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (22) Vice-Líder do PSDB José Aníbal (93) Líder do DEM - 3 Ronaldo Caiado (9) Vice-Líder do DEM José Agripino (37,61) Líder do PV - 1 Alvaro Dias (19,76)	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 9 Líder Randolfe Rodrigues - REDE (24,28,103) Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (60,83) Vanessa Grazziotin (21,23) Líder do PSB - 6 Antonio Carlos Valadares (60,83) Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (64,100) Roberto Rocha (43,63) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (74) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,23) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (24,28,103)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11 Líder Omar Aziz - PSD (11,52) Vice-Líderes Benedito de Lira (14,16,39,51,55) Otto Alencar (58) Líder do PP - 7 Benedito de Lira (14,16,39,51,55) Líder do PSD - 4 Omar Aziz (11,52) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (17)	Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 12 Líder Fernando Collor - PTC (5,6,77,82) Vice-Líderes Wellington Fagundes (48,53,81) Elmano Férrer (78,80) Eduardo Amorim (79) Líder do PTB - 3 Elmano Férrer (78,80) Vice-Líder do PTB Zeze Perrella (84) Líder do PR - 4 Wellington Fagundes (48,53,81) Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (54) Líder do PSC - 3 Eduardo Amorim (79) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,8,105) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,77,82)	PMDB - 19 Líder Eunício Oliveira - PMDB Vice-Líderes Waldemir Moka (87) Rose de Freitas (86)
Governo Líder Aloysio Nunes Ferreira - PSDB (38,91) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (64,100) José Medeiros (10,18,27,99) Davi Alcolumbre (89,98) Hélio José (49,57,97) Ricardo Ferraço (88,96)	Minoria Líder Lindbergh Farias - PT (34,66,69,101)	



Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
10. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
11. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),
17. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
23. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
24. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRRD).
29. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
38. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
39. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
40. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
44. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
45. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
46. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
47. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
48. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
51. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
52. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
53. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
54. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
55. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
56. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
57. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
58. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
59. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).



60. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
61. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
62. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
63. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
64. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
65. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
66. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
67. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
68. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
69. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
70. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
71. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
72. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
73. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
74. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
75. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
76. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
77. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
78. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
79. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
80. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
81. Em 06.04.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
82. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
83. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
84. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
85. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
86. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
87. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
88. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
89. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
90. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
91. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
92. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
93. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
94. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
95. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
96. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
97. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
98. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
99. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
100. Em 14.06.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 17/2016-GLDGOV).
101. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
102. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
103. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
104. O senador Cássio Cunha Lima está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 08/09/2016 a 04/01/2017.
105. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PDT-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 13/07/2016 a 31/10/2016 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 01/11/2016 a 16/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 17/11/2016 a 23/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 24/11/2016 a 30/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes - Maximiliano Godoy (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

MEMBROS



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS



7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁵⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(2,4)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁾	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

4. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)

5. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Reinalson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br



8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS



9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS



10) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁶⁾

RELATOR: Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁴⁾

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. (6)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	2. Senador José Pimentel (PT-CE)
Maioria (PMDB) ⁽³⁾	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾
Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(9,10)	2. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁵⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Pinto Itamaraty (PSDB-MA) ⁽⁸⁾
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁴⁾	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) ⁽⁵⁾	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)

Notas:

- Em 05.10.2016, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Acir Gurgacz e José Pimentel, suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 93/2016-GLBPRD).
- Em 05.10.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata (Of. 66/2016-GLPSDB).
- Em 05.10.2016, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo PMDB (Of. 159/2016-GLPMDB).
- Em 05.10.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 52/2016-BLOMOD).
- Em 05.10.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador José Medeiros, suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 30/2016-BLDPRO).
- Em 05.10.2016, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz, indicado pelo Of. 93/2016-GLBPRD, estar de licença, nos termos dos Requerimentos nºs 649 e 651/2016.
- Em 03.11.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 61/2016-GLBSD).
- Em 07.11.2016, o Senador Pinto Itamaraty foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 74/2016-GLPSDB).
- Em 07.11.2016, a Maioria (PMDB) cedeu vaga de titular para o Bloco Democracia Progressista (Of. 178/2016-GLPMDB).
- Em 07.11.2016, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Democracia Progressista, em vaga cedida pela Maioria (PMDB) (Memo. 40/2016-BLDPRO).
- Em 08.11.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi eleito Presidente da Comissão (Memo. nº 001/2016-CEOI).
- Em 08.11.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 62/2016-BLOMOD).
- Em 08.11.2016, o Senador Valdir Raupp foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2016-GLPMDB).
- Em 16.11.2016, o Senador Wilder Morais foi designado Relator da Comissão (Memo. nº 003/2016-CEOI).
- Em 17.11.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 184/2016-GLPMDB).
- Em 23.11.2016, o Senador Hélio José foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Memo. nº 4/2016-CEOI).

Secretário(a): Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



11) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 30/09/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figueiredo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.
*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33021176
E-mail: coceti@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimyr Vinyctius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

Prazo final prorrogado: 16/12/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha

Wladimyr Vinyctius de Moraes Camargos

Marcos Motta ⁽²⁾

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Marcos Santos Parente Filho

Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimyr Vinyctius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Waldimyr Vinyctius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

***. Em 07.06.2016, foi lido o Ato do Presidente nº 12, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514



14) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a debater e propor soluções para promover o desenvolvimento nacional.

Ato do Presidente nº 14, de 2016

Número de membros: 22 titulares e 22 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (11,18)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)	2. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) (2,17)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	4. Senador Lasier Martins (PDT-RS) (4,8)
Maioria (PMDB)	
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (7)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador José Antônio (PSDB-SP) (6)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	3. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (20)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (16)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (19)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (15)
Senador Cidinho Santos (PR-MT)	2.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (12,13)	3.
Senador Magno Malta (PR-ES) (14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (10)
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (10)
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 14, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Acir Gurgacz, Armando Monteiro, Cidinho Santos, Paulo Rocha, Dalírio Beber, Eduardo Lopes, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Lindbergh Farias, Otto Alencar, Paulo Bauer, Pedro Chaves, Roberto Muniz, Roberto Rocha, Simone Tebet, Tasso Jereissati, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Wilder Moraes, indicando também o Senador Otto Alencar para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 18, de 05 de julho de 2016, designa o Senador Eduardo Braga como membro da Comissão.

***. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEDN).

1. Em 05.07.2016, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 79/2016-GLBPRD).

2. Em 05.07.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

3. Em 05.07.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

4. Em 05.07.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

5. Em 06.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
6. Em 06.07.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
7. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).
8. Em 14.07.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 92/2016-GLBPRD).
9. Em 22.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 52/2016-GLBSD).
10. Em 01.09.2016, os Senadores Ciro Nogueira, Gladson Cameli e Sérgio Petecão foram designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 31/2016-BLDPRO).
11. Em 08.09.2016, o Senador Acir Gurgacz licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 649 a 651/2016.
12. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
13. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 58/2016-BLOMOD).
14. Em 05.10.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Pedro Chaves (Of. 60/2016-BLOMOD).
15. Em 05.10.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 61/2016-BLOMOD).
16. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
17. Em 19.10.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Telmário Mota. (Of. 108/2016-GLPRD).
18. Em 19.10.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 108/2016-GLPRD).
19. Em 08.11.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 64/2016-GLBSD).
20. Em 23.11.2016, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Memo. 78/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br



15) COMISSÃO DA CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Finalidade: Destinada a consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal

Ato do Presidente nº 16, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

RELATOR:

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) (1)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 16, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia, Antônio Anastasia, Jorge Viana, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá e Simone Tebet, e indicando também o Senador Romero Jucá para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

**. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memo nº 1/2016-CECR)

1. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Fernando Collor para compor a comissão (ATS nº 17/2016).

2. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Paulo Rocha para compor a comissão (ATS nº 17/2016).

3. Em 06.07.2016, o Senador José Pimentel foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Jorge Viana, que passa a suplente (Of. 86/2016-GLBPRD)

4. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 86/2016-GLBPRD)

5. Em 07.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 46/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br



16) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do pacto federativo
Ato do Presidente nº 15, de 2016

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (2)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2)
 Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	2.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)
Senador José Aníbal (PSDB-SP)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 15, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, Garibaldi Alves Filho, José Aníbal, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Omar Aziz, Paulo Paim, Pedro Chaves, Ronaldo Caiado, Valdir Raupp e Waldemir Moka, indicando também os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Antonio Anastasia, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator-Geral do Colegiado.

**. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEAPF).

1. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 85/2016-GLBPRD).

2. Em 06.07.2016, os Senadores Telmário Mota e Gleisi Hoffmann foram designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 85/2016-GLBPRD).

3. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).

4. Em 13.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 49/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Leandro Bueno e Donaldo Portela (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3508

E-mail: coceti@senado.leg.br



17) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 31/12/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



18) COMISSÃO ESPECIAL DO EXTRATETO

Finalidade: Destinada a analisar a efetividade do limite remuneratório imposto pelo teto constitucional aos agentes públicos e vedar a vinculação remuneratória automática entre subsídios.

(Ato do Presidente nº 24, de 2016)

Número de membros: 10

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

RELATORA: Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)

MEMBROS

Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)

Senador Reguffe (S/Partido-DF)

Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

Senador José Pimentel (PT-CE)

Senador Magno Malta (PR-ES)

Senador Lasier Martins (PDT-RS)

Senador José Aníbal (PSDB-SP) ⁽¹⁾

Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 24, de 2016, fixa em 8 o quantitativo de membros da Comissão e indica os Senadores Otto Alencar, Antonio Anastasia, Kátia Abreu, Reguffe, Roberto Requião, José Pimentel, Magno Malta e Lasier Martins, indicando também os Senadores Otto Alencar, Antonio Anastasia e Kátia Abreu, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relatora do Colegiado.

1. Em 17.11.2016, o Ato do Presidente nº 25, de 2016, fixa em 10 o quantitativo de membros e indica os Senadores José Aníbal e Eduardo Amorim para compor a Comissão.

Secretário(a): Donaldo Portela e Eduardo Bruno de Sá (Adjunto)

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁰⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
VAGO (6)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(4,9)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,8)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB).

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

5. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

6. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

7. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).

8. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
9. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
10. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)



2) CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽²²⁾	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(2,13)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,11,20)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,15,19,21)	
 Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(16,17)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(12,18)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ^(4,23)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁴⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

****. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015/BLUFOR).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

*****. Em 05.07.2016, foi lido o Requerimento nº 517, de 2016, que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).
8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).
14. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
15. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
16. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
17. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 87/2016-GLPMDB).
18. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
19. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cedeu vaga de titular ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na comissão (Of. 43/2016-GLDBAG).
20. Em 08.06.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 44/2016-GLDBAG).
21. Em 14.06.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 35/2016-BLSDEM).
22. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
23. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br



3)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Mariana/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁴⁾	1. 2.
Maioria (PMDB)	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(1,3)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	1.

Notas:

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
2. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
3. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
4. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,55)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(25,36,46)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(10,16,24,27)
Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(49,53)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(46,52,54)
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(24,62)	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ^(53,64)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
 Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(40,48)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. VAGO ⁽⁵⁸⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(32,44)	4. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,31)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(12,37)	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,14,21,50)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(38,43)
VAGO ^(17,28,34,45,59)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁶³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁰⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(33,35)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁴¹⁾
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(47,51,60,61)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(56,57)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,39,42)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcidio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).

21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).

23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).

24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).

25. Em 01.03.2016, o Senador Donizetti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).

26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016/CAE).

27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).

28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).

29. Em 06.04.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 16/2016-BLSDEM).

30. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

31. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 053/2016-GLPMDB).

32. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

33. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

34. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

35. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).

36. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).



37. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 068/2016-GLPMDB).
38. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
39. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
40. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
41. Em 17.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Amorim (Of. 23/2016-BLOMOD).
42. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
43. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 28/2016-GLPSDB)
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 74/2016-GLPMDB)
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 29/2016-GLDEM)
46. Em 01.06.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 36/20156-GLDBAG)
47. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
48. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 81/2016-GLPMDB)
49. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
50. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
51. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
52. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente para o Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2016-GLDBAG).
53. Em 09.06.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Walter Pinheiro, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 48/20156-GLDBAG)
54. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 17/2016-BLDPRO).
55. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
56. Em 28.06.2016, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 42/2016-BLOMOD)
57. Em 06.07.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 43/2016-BLOMOD)
58. Em 12.07.2016, o Senador José Maranhão declinou da sua indicação como suplente do Bloco da Maioria na Comissão (Of. 137/2016-GLPMDB)
59. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
60. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
61. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
62. Em 04.10.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 102/2016-GLBPRD).
63. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
64. Em 21.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 110/2016-GLBPRD).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES		SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)		1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
 Maioria (PMDB)		
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)		1. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾		
Senador Wilder Morais (PP-GO)		1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)		1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
VAGO (4,5)		1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
4. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)
5. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
- *. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(7,19,34)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(4,33)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) (11,21,37)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (11)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (30)
Senadora Ângela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Wilder Morais (PP-GO) (40)
 Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (25,26,28)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (6)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (12)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (20)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,31)	
VAGO (14,15,23,27,35)	1. Senador Deca (PSDB-PB) (17,36)
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5,8)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (13)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (41)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) (9)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ^(1,22)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (29,32,38,39)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (24)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Ângela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalírio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).
22. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
23. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
24. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
25. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
26. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 72/2016-GLPMDB).
27. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 30/2016-GLDEM).
28. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 82/2016-GLPMDB).
29. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
30. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
31. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
32. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
33. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
34. Em 22.08.2016, a vice presidência fica vaga em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
35. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
36. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 65/2016-GLPSDB).
37. Em 21.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 98/2016-GLBPRD).
38. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
39. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
40. Em 07.11.2016, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Memo. 39/2016-BLPRO).
41. Em 11.11.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Social Democrata (Ofício nº 75/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,51)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(47,50,53)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(9,28,57,58)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Ângela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽⁵⁷⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
 Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ^(52,55)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. VAGO ^(33,62)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(32,36,66)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(42,44)	4. VAGO
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ^(11,15,65)	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) ^(31,37)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(7,30,48)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(1,12,17,32)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(26,27,39,45,56,63,64)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(61,67)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ^(14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. VAGO ^(34,54,67)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(20,21,38,40)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(46,49,59,60)	2. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(18,19,41,43)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
 21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
 22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
 23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
 24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
 25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
 26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
 29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
 30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
 32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
 33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).
 34. Em 05.04.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 13/2016-BLSDEM).
 35. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 36. Em 14.04.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 050/2016-GLPMDB).
 37. Em 04.05.2016, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 58/2016-GLPMDB).
 38. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).



39. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
40. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
41. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
42. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
43. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 75/2016-GLPMDB).
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 27/2016-GLDEM).
46. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nº's 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
47. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
48. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
49. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
50. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 39/2016-GLDBAG).
51. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
52. Em 29.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 127/2016-GLPMDB).
53. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
54. Em 29.06.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Lídice da Mata (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
55. Em 12.07.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá, que deixa de compor a Comissão (Of. 132/2016-GLPMDB).
56. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
57. Em 13.09.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 94/2016-GLBPRD).
58. Em 13.09.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. nº 94/2016-GLBPRD).
59. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
60. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
61. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nº's 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
62. Em 18.10.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 168/2016-GLPMDB).
63. Em 19.10.2016, o Partido Democratas cede a vaga de suplente ao Partido Social Democrático (Of. nº 52/2016-GLDEM).
64. Em 19.10.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Partido Social Democrático, em vaga cedida pelo Partido Democratas (Memo. nº 33/2016-GLPSD).
65. Em 09.11.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. nº 182/2016-GLPMDB).
66. Em 09.11.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 181/2016-GLPMDB).
67. Em 09.11.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Memo. nº 65/2016-GLBSD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,32)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Ângela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
VAGO ⁽²¹⁾	3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(28,30,31)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
 Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
VAGO ^(18,24,27)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,29)	
VAGO ^(14,15,20,26,33)	1. Senador Pinto Itamaraty (PSDB-MA) ^(13,35)
Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽³⁴⁾	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(22,23)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
 4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
 5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).
 6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
 7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
 8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
 9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
 10. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).
 11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).
 12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Morais ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).
 13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).
 14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
 19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
 20. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
 21. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
 22. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
 23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
 24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 70/2016-GLPMDB).
 25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
 26. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 35/2016-GLDEM).
 27. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ).
 28. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
 29. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
 30. Em 13.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga ocupada pelo Senador Walter Pinheiro pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 51/2016-GLDBAG).
 31. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016-BLDPRO).
 32. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
 33. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
 34. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
 35. Em 06.10.2016, o Senador Pinto Itamaraty foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 67/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES		Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,29)		
Senador Jorge Viana (PT-AC)		1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
VAGO (20)		2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹³⁾		3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(7,13,15)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)		4. VAGO ^(5,14)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)		5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)		
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)		1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾		2. VAGO ⁽²²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)		3. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽¹⁷⁾		4. VAGO ^(6,18)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(24,26,27)		5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,12,28)		
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)		1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)		2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)		1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽³⁰⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁶⁾		
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,21,23)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25)		2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).
14. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).
16. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
17. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 052/2016-GLPMDB).
18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
20. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
21. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
22. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 71/2016-GLPMDB).
25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
26. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ).
27. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 84/2016-GLPMDB).
28. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
29. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
30. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ^(1,3)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).
 2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 3. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
- *. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO (5,8)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
 Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO (9)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
8. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Delcídio do Amaral não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
9. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
- *. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
- **. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
 Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁶⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁵⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. VAGO

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
3. Em 31.05.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).
4. Em 31.05.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).
5. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na Subcomissão (Memo 31/2016-CMA).
6. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nº 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
- *. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).
- **. Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)
- ***. Em 05.04.2016, foram designados como membros suplentes os Senadores Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força; e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016/CMA).
- ****. Em 17.05.2016, foram designados os Senadores Ivo Cassol, como titular, e Benedito de Lira, como suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo; José Medeiros, como suplente, pelo Bloco da Maioria; e Eduardo Amorim, como titular, pelo Bloco Moderador (Memo. 26/2016/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(4,28)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (8,10,14)
Senadora Ângela Portela (PT-RR) (8)	3. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) (3,33)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (23,32)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) (14)	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (20)
 Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (12)	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (13)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(19,26)	
VAGO (17,18,22,24,29)	1. VAGO (16)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (11)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (11)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²¹⁾	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (15,25,27,30,31)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizetti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Ângela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Ângela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of. 64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão (Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).
21. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
22. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
23. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
24. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 32/2016-GLDEM).
25. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
26. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
27. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
28. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
29. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
30. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
31. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
32. Em 04.10.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente (Of. 103/2016-GLBPRD).
33. Em 04.10.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Telmário Mota, que passa a ocupar a vaga de titular (Of. 103/2016-GLBPRD).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).
- **. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
- ***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).
- ****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,26)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maoria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽¹⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(15,24)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(19,20)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(23,25,27,28)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²¹⁾	2. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
19. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
20. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB).
21. Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD).
22. Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).
23. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
24. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
25. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
27. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
28. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,36)	
VAGO (22)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (31,34,35)	2. Senadora Ângela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Pastor Valadares (PDT-RO) (39)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (10,13)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
 Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (24,27)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (21)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)	5. Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (28,29)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,9)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(20,32)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (18,33,37,38)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (17)	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Deca (PSDB-PB) (38)	3.
Senador José Aníbal (PSDB-SP) (15,16,33)	4.
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (11)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (40)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (3,26)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (25,30)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) (12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM).
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
22. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2016-BLOMOD).
27. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 069/2016-GLPMDB).
28. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
29. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 76/2016-GLPMDB).
30. Em 23.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 25/2016-BLOMOD).
31. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
32. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
33. Em 07.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro titular pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que passa a integrar a comissão como membro suplente (Of. 32/2016-GLPSDB).
34. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de titular pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 46/2016-GLDBAG).
35. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 16/2016-BLDPRO).
36. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
37. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima (Of. 58/2016-GLPSDB).
38. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 64/2016-GLPSDB).
39. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 97/2016-GLBPRD).
40. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽⁴⁾
 Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
 2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 4. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
- *. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,35)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (18,33)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
VAGO (18,28)	4. VAGO (1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
 Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. VAGO (24)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) (7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (29,32)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(21,34)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (19,20,31)
Senador Deca (PSDB-PB) (5,16,38)	2. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (37,38)
VAGO (6,13,17,26,30,31,36)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (9)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (22)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (14,25,27)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
27. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
28. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
29. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
30. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 28/2016-GLDEM).
31. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permudam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).
32. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 83/2016-GLPMDB)
33. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
34. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
35. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
36. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
37. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB (Of. 60/2016-GLPSDB).
38. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 63/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,22)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,20)	
Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ⁽²³⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(12,18,19)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	3.
VAGO ⁽⁹⁾	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
 Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(14,16)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,17)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(24,25)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁰⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(13,15)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

9. Em 29.03.2016, o Senador Delcicio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).



10. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
11. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
12. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
13. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
14. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
15. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
16. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 85/2016-GLPMDB).
17. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
18. Em 14.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de titular ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 50/2016-GLDBAG).
19. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 19/2016-BLDPRO).
20. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
21. Em 03.08.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Of. 49/2016-BLSDEM).
22. Em 08.09.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de ocupar o cargo de Vice-Presidente da comissão por licenciar-se temporariamente do exercício do mandato (RQS 651/2016).
23. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 100/2016-GLBPRD).
24. Em 05.10.2016, o Bloco Social Democrata cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 61/2016-GLPSDB).
25. Em 06.10.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Memo. 33/2016-BLDPRO).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,26)	
VAGO	1. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (22)	3. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) (15,29)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (19,25)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) (8,18)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (5)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) (6)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(11,23)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Deca (PSDB-PB) (28)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (27,28)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Pinto Itamaraty (PSDB-MA) (33)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (16)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (9,32)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (21,24,30,31)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (4,20)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).
16. Em 06.04.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 017/2016-BLSDEM).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 051/2016-GLPMDB).
19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
20. Em 27.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 29/2016-BLOMOD).
21. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
22. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
24. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
25. Em 08.06.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 105/2016-GLPMDB).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
27. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB (Of. 59/2016-GLPSDB).
28. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 62/2016-GLPSDB).
29. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 96/2016-GLBPRD).
30. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
31. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
32. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
33. Em 06.10.2016, o Senador Pinto Itamaraty foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 68/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Em 05.07.2016, é aprovada a criação da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Regulamentação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Memo. 102/2016-CCT).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹¹⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES		Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,24)		
Senador Paulo Paim (PT-RS)		1. VAGO (13,19)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)		2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)		3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)		4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
 Maioria (PMDB)		
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (3,6,8,10)		1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)		2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO (4)		3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,23)		
VAGO (22,25)		1. VAGO (14,15,18)
		2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador José Medeiros (PSD-MT) (7,9)		1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (9,12)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾		
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (2,20,21)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).



19. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
20. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
21. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
22. Em 02.06.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. 33/2016-GLDEM).
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
24. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
25. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁴⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁵⁾	5.
 Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(9,10)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(3,11)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁶⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(4,12)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽¹³⁾

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplentes, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores João Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR)

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM)

6. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

7. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

8. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)

9. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

10. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 86/2016-GLPMDB).



11. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
12. Em 07.06.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
13. Em 07.06.2016, o Senador Zezé Perrella foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
14. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)
15. Em 09.11.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofício nº 109/2016-GLPRD).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 28/06/2016

Notas:

1. Em 22.12.2014, o Senador Vital do Rêgo renuncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União (Of. 23/2014DL-GSVREG).
2. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado Federal, em sessão plenária de 28.06.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995

6^a Eleição Geral: 06/03/2007

2^a Eleição Geral: 30/06/1999

7^a Eleição Geral: 14/07/2009

3^a Eleição Geral: 27/06/2001

8^a Eleição Geral: 26/04/2011

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

9^a Eleição Geral: 06/03/2013

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

10^a Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES

SUPLENTES

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)

Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(1,20)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾

Maoria (PMDB)

Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁹⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)
VAGO ⁽²⁴⁾

1. Senadora Ângela Portela (PT-RR)
2. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(4,21)
3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
4.

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(10,11)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁶⁾

1. VAGO ^(5,6,18)
2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(6,25)
3. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ^(7,8)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)

1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁹⁾
2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁹⁾

Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(12,13,15,22)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ^(14,16,17,23)

1.
2.

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)

Senador Sérgio Petecão (PSD/AC) ⁽²⁴⁾

Atualização: 08/09/2016

Notas:

- *. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.
1. A Senadora Regina Sousa renunciou à vaga de membro titular, nos termos do Ofício nº 016/16-GSRSOUSA, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
2. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
3. Eleitos na 1^a reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
4. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).
5. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
6. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.
7. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
8. O Senador Dalírio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
9. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.
10. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Moraes, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.
11. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

12. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.
13. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.
14. Nos termos do Of.º 0005/2016-BLUFOR, datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.
15. O Senador Douglas Cintra deixou de exercer o mandato parlamentar em 08.05.2016, em virtude de retorno do titular, Senador Armando Monteiro.
16. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.
17. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Souza, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
19. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
20. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
21. A Senadora Regina Sousa foi indicada para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos Ofício nº 074/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
22. O Senador Pedro Chaves foi indicado para ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Douglas Cintra, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
23. O Senador Zezé Perrella foi indicado para a vaga de titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
24. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado, em sessão plenária do dia 28.06.2016.
25. O Senador Cássio Cunha Lima licenciou-se por 119 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF e art. 56, inciso II, da Constituição Federal, a partir do dia 08 de setembro de 2016, conforme Requerimento nº 646, de 2016, deferido em 06.09.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013
7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS**PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senadora Lúcia Vânia (GO)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Hélio José (PMDB-DF)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Marcelo Crivella (RJ) ^(2,3,4,5)**Atualização:** 26/11/2015**Notas:**

- *. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.
- 1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.
- 2. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
- 3. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.

4. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
5. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga em 04/10/2016, conforme Of.º 0054/2016-BLOMOD.



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTC-AL)**MEMBROS****PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) ^(3,4,5,6)

VICE-PRESIDENTE: ⁽³⁾

1^a Designação: 23/03/2010

2^a Designação: 14/03/2011

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

VAGO ⁽²⁾

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Cidinho Santos (MT) ⁽⁷⁾

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

VAGO ^(4,6)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,8,9,10)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2017

Notas:

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.
2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.
3. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.
4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

5. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
6. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
7. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
8. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
9. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
10. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(7,8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

1^a Designação: 30/11/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 21/03/2012
4^a Designação: 11/03/2013
5^a Designação: 20/05/2014
6^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO ⁽³⁾

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,4,5,6)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.
2. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. O Senador Eduardo Lopes foi designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga, conforme Of. nº 0054/2016, datado de 04/10/2016.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Eduardo Lopes, conforme o Of. nº 0054/2016-BLOMOD, datado e lido no Plenário do Senado Federal em 04/10/2016.
7. Em 04/10/2016, o Senador Marcello Crivella reassumiu a Presidência do Conselho.
8. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência o Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1^a Designação:** 12/09/2012**2^a Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB**PTB**

VAGO

PP

VAGO

PDT**PSB**

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

1^a Designação: 22/08/2013

2^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Lindbergh Farias (RJ)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(2,4,5)

PSOL

Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 18/10/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB-RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

3. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Marcelo Crivella retornou ao exercício do mandato, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1^a Designação:** 20/12/2013**2^a Designação:** 16/09/2015**MEMBROS****PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Vicentinho Alves (TO)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEMVAGO ⁽³⁾**PP**

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,4,5,6)**REDE**

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1^a Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1^a Designação: 16/11/1995
2^a Designação: 30/06/1999
3^a Designação: 27/06/2001
4^a Designação: 25/09/2003
5^a Designação: 26/04/2011
6^a Designação: 21/02/2013
7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽²⁾

1^a Designação: 14/03/2011

2^a Designação: 21/03/2012

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 26/03/2014

5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Reguffe (S/Partido-DF)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senador Wilder Morais (PP-GO)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,3,4,5)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

3. Designado para ocupar a vaga de através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
5. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**



16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR

(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



**17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(*Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009*)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

Senador José Agripino (RN)

PCdoB

Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PMDB

Senador Jader Barbalho (PA)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PR

Senador Cidinho Santos (MT) ⁽³⁾

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(4,5,6)

PSB

Senador Roberto Rocha (MA)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PSD

Senador Omar Aziz (AM)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PT

Senador Jorge Viana (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2016

Notas:

- *. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.
1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.
3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.

Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.



Acesse: www.senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

